

**RAM**

# Revista do Arquivo Municipal

**Ano  
LXXX**

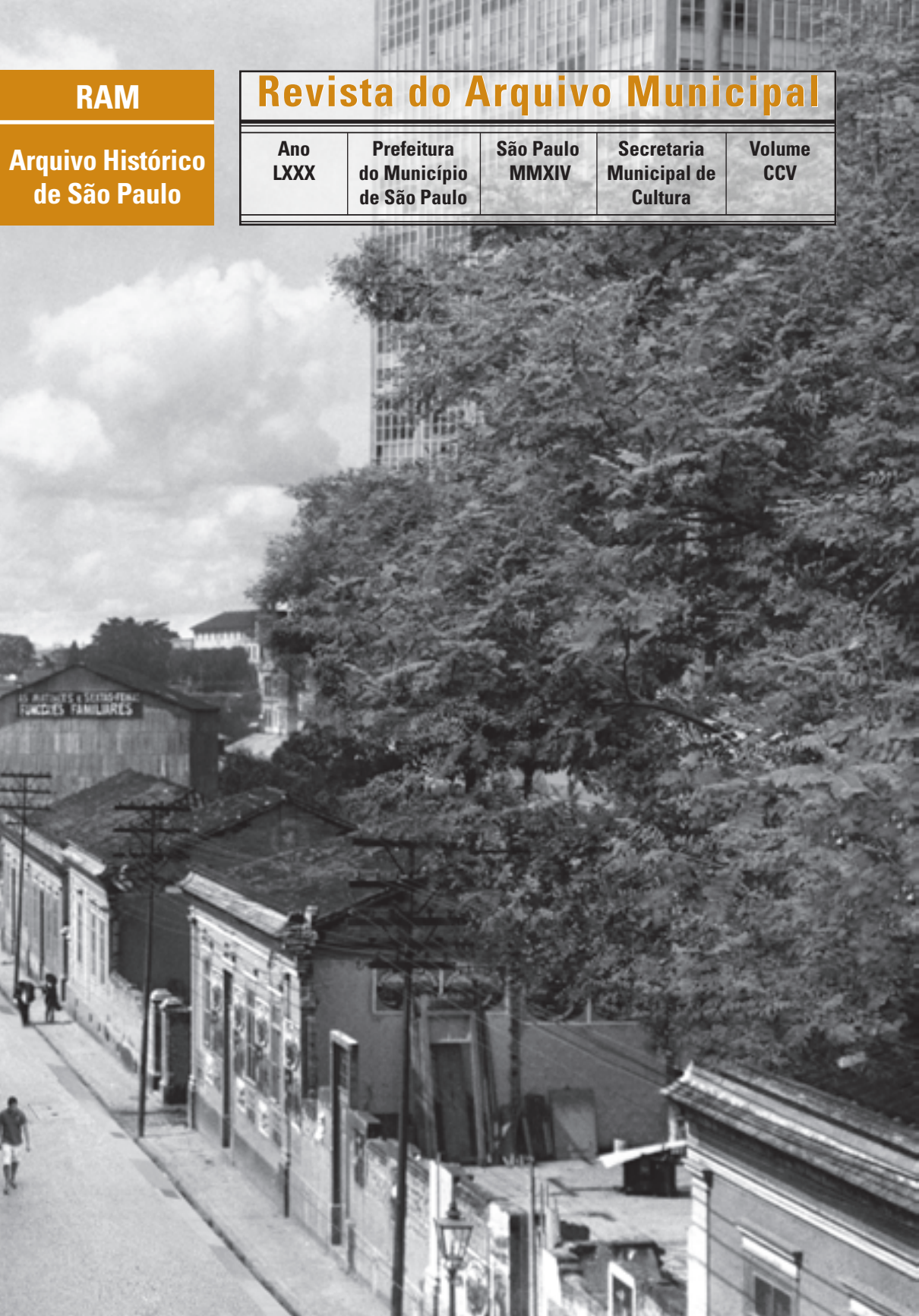
**Prefeitura  
do Município  
de São Paulo**

**São Paulo  
MMXIV**

**Secretaria  
Municipal de  
Cultura**

**Volume  
CCV**

**Arquivo Histórico  
de São Paulo**









Repaisagem #11  
Marcelo Zocchio

\*montagem sobre foto de fotógrafo desconhecido/Museu da Cidade-Casa da Imagem  
imagem retirada do livro *Repaisagem São Paulo*



Repaisagem #17  
Marcelo Zocchio

\*montagem sobre foto de Aurélio Becherini/Museu da Cidade-Casa da Imagem  
imagem retirada do livro *Repaisagem São Paulo*

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL

205

Arquivo Histórico de São Paulo

São Paulo  
Janeiro 2014

© Copyright 2014

ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO

Praça Coronel Fernando Prestes, 152 – Luz – São Paulo – SP

www.arquivohistorico.sp.gov.br

Arquivo Histórico de São Paulo – AHSP

Diretor Afonso Luz

Rev. Arq. Mun.	São Paulo	v. 205	p. 1-191	2014
Revista do Arquivo Municipal: Departamento do Arquivo Histórico de São Paulo, 1934-				
Irregular.				
ISSN 0034-9216				
1. São Paulo (SP) – História – Periódicos				
CDD 905				



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
FERNANDO HADDAD  
Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA  
JUCA FERREIRA  
Secretário

ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO  
AFONSO LUZ  
Diretor

SUPERVISÃO DE PESQUISA E DIFUSÃO  
KATIA PORTES EVANGELISTA  
Supervisora

COORDENAÇÃO DE NÚCLEOS  
JOÃO DE PONTES JUNIOR  
Coordenador

COMISSÃO EDITORIAL  
KARLA APARECIDA MAESTRINI  
LILIANE SCHRANK LEHMANN  
MARIA REGINA DAVIDOFF  
MIRIAM ARBIX  
SILVIA HELENA DO CARMO GONÇALVES

PRODUÇÃO EDITORIAL  
MIRIAM ARBIX

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO  
MARILDA CAMPAGNOLI

AGRADECIMENTOS  
BRENO BEREZOVSKY, GEANE CRISTINA SINÉSIO, IRENE DO  
CARMO COLOMBO, KARINA CONSANI FERREIRA, LUIZ  
RICARDO MAIA RABELO, MARIA BONAFÉ, MARIA STELA F.  
NOGUEIRA LIMA, MAURÍLIO JOSÉ RIBEIRO, TEREZINHA DE  
JESUS DOS SANTOS, TOMICO M. HASHIMOTO MITUMORI.

AGRADECIMENTO ESPECIAL  
ELISABETE DE LUCCA, SUPERVISORA DE PESQUISA E  
DIFUSÃO, DE JUNHO DE 2013 A MAIO DE 2014.



# **Revista do Arquivo Municipal**

<b>Ano</b> <b>LXXX</b>	<b>São Paulo</b> <b>MMXIV</b>	<b>Prefeito</b> <b>Fernando</b> <b>Haddad</b>	<b>Secretário</b> <b>Juca</b> <b>Ferreira</b>	<b>Diretor</b> <b>Afonso Luz</b>	<b>Volume</b> <b>CCV</b>
---------------------------	----------------------------------	---	---	-------------------------------------	-----------------------------



# Sumário

## APRESENTAÇÃO

Afonso Luz ... 13

---

## ASPECTOS HISTÓRICOS DA ESCOLA EM SÃO PAULO

Bruno Bontempi Jr. ... 19

---

## ANTROPOLOGIA URBANA EM SÃO PAULO

José Guilherme Cantor Magnani ... 43

---

## A HABITAÇÃO POPULAR EM SÃO PAULO ENTRE 1890-1940

Maria Auxiliadora Dias Guzzo ... 59

---

## CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL: MEDICALIZAÇÃO DA SAÚDE EM SÃO PAULO (1889-1930)

Mariza Romero ... 79

---

## FISIONOMIA URBANA E BANDEIRANTISMO: A TRADIÇÃO BANDEIRANTE NA PAISAGEM PAULISTANA

Maurício Martins do Carmo ... 101

---

## EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA VERTICALIZAÇÃO EM SÃO PAULO: BALANÇO E PERSPECTIVAS

Nadia Somekh

Guilherme Gagliotti ... 119

---

## ARQUEOLOGIA URBANA: TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS

Pedro Paulo A. Funari

Rita Juliana Soares Poloni ... 137

---

## A CIDADE E NÓS

Ugo Giorgetti ... 159

---

## ENSAIO FOTOGRÁFICO: MARCELO ZOCCHIO

A ESCUTA DO LUGAR - Jorge Menna Barreto ... 175

---

## REFERÊNCIAS

... 179

---



## Apresentação

O lançamento do número 205 da RAM – Revista do Arquivo Municipal – insere-se em um importante contexto de festejos. Em 2014, ano em que a cidade de São Paulo completa 460 anos de sua fundação, a RAM comemora 80 anos do primeiro volume publicado, ocorrido em junho de 1934. Desde então, estabelece-se longo período de atividade editorial com a divulgação da produção intelectual que ronda a cidade, reunindo em suas páginas diversas áreas da cultura e do pensamento, valorizando a memória de São Paulo e do Brasil através da prosa de grandes intérpretes e de célebres ensaios. Neste ano também o antigo Arquivo Municipal consolida-se como uma nova instituição, o Departamento do Arquivo Histórico de São Paulo, tornando-se órgão executivo autônomo na Secretaria Municipal de Cultura e deixando de integrar a estrutura administrativa do Departamento do Patrimônio Histórico, pondo em prática e regulamentando a Lei n. 15.608/12. Junto a este Departamento Histórico passará a organizar-se também o Museu da Cidade de São Paulo, o que dá forma à nova rede de equipamentos culturais de promoção das políticas públicas voltadas à gestão de acervos e promoção da memória, algo que devemos festejar como mais uma conquista institucional da Cidade.

Nesta edição reunimos textos que anotam perspectivas sobre os fenômenos urbanos, suas formações culturais, seus imaginários e suas instituições – reunindo saberes da arqueologia, etnologia, arquitetura, cinema, historiografia e sociologia – em atento diálogo com nosso tempo presente. Assim, a comemoração dos 80 anos da revista representa também uma nova fase no alargamento de seus horizontes na parceria com o Museu da Cidade, aqui iluminada nas imagens da exposição *Repaisagem* – de Marcelo Zocchio, uma sobreposição de tempos, fusão de traços e colagens históricas da paisagem urbana fotografada, o que nos dá a ver as muitas camadas desta cidade em que ainda vivemos hoje, como de outro modo o fazem os artigos inscritos nestas páginas, ambos reativando estes estratos com a reflexão viva e atual. Buscando aprimorar seu formato, também conservando as boas contribuições que fizeram sua história, a atual publicação marca o desafio de retomar a periodicidade da revista, concebendo-a inclusive nos instigantes tempos virtuais que a nós se apresentam.

O Arquivo Histórico de São Paulo vivencia esse momento especial também pela instalação, no Edifício Ramos de Azevedo, da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo, uma importante parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, com o objetivo de reparar as perdas de nossa memória e investigar violações praticadas pelo Regime Militar (1964–1988) no município, com ênfase naquelas sofridas ou praticadas por funcionários da Prefeitura. Etapa complementar à instalação da Comissão é a criação do Laboratório de Digitalização e Tecnologia da Informação no Arquivo Histórico, para que além de apuradas, as informações sejam disponibilizadas aos cidadãos por meio da internet. Isso também consolida nossa missão de dar transparência e ampliar o direito à memória, algo que devemos festejar passados os 50 anos do Golpe Militar de 1964 que nos privou da democracia.

Destacamos também a inauguração da Torre da Memória – a antiga Casa do Politécnico, ou Cadopô – que, restaurada e equipada com ótimas condições técnicas, poderá abrigar com eficiência e com maior capacidade de armazenamento os acervos da Prefeitura de São Paulo que passarão à guarda definitiva do Arquivo Histórico. Este acervo, a cada dia maior e mais complexo, constitui uma enorme série documental que registra, desde o século XVI, múltiplas perspectivas históricas da maior cidade da América Latina. Isso faz do Arquivo Histórico de São Paulo uma das grandes instituições do país, um equipamento cultural de ponta que deseja partilhar com cada cidadão e interessado os documentos aqui recolhidos e difundir as informações que dispõe com maior qualidade.

Esperamos que o leitor adentre esta edição e, que a partir daqui, se torne cada dia mais um parceiro desta nossa empreitada de conhecer cada vez mais São Paulo.

ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO











Repaisagem #8

Marcelo Zocchio

\*montagem sobre foto de fotógrafo desconhecido/Museu da Cidade-Casa da Imagem

imagem retirada do livro *Repaisagem São Paulo*

## Aspectos Históricos da Escola em São Paulo

BRUNO BONTEMPI JR.

No dia 25 de janeiro de 1937 deu-se a sessão de formatura da primeira turma da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, tendo como paraninfo um de seus principais entusiastas, o editor-proprietário de *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho. O aniversário da cidade já havia sido escolhido pelos mentores da universidade para datar o decreto de sua fundação em 1934, a exemplo de uma anterior iniciativa da família Mesquita no campo da cultura: a edição da *Revista do Brasil*, cujo primeiro número se lançou em 1916. A vinculação pretendida entre as fundações da cidade e da universidade está expressa de modo enfático no *ex-libris* da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, escola planejada para ser o centro e a cúpula da universidade paulista. Nele figura ao fundo o colégio dos jesuítas, tendo à frente uma árvore frondosa e de grossas raízes a cujo tronco se enlaça uma faixa com os dizeres “Colégio 1554”. Em sua copa, entre os brasões da cidade e do estado, surge um livro aberto em que se inscreve “Universidade 1934”. A composição sugere a vigorosa fundação do saber no solo da história, que sustenta a cidade e o estado e projeta para o futuro o legado dos padres fundadores. A universidade reedita a própria cidade que, por ter nascido de um colégio, possuiria a vocação e o destino de educar, de civilizar.

As recorrências aos símbolos que atam a cidade ao saber são indícios de que ao paulistano agrada a ideia de São Paulo ter nascido de um colégio. Agrada-lhe, ainda, imaginar que sob seu teto tenham-se dado cenas como a que Heitor Usai representou no monumento a Anchieta, inaugurado nas comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo: o inaciano, com um livro sobre os joelhos, ensinando a interessados nativos. A cada vez que se requer de um historiador da educação que escreva ou fale sobre “as origens” da educação em São Paulo, ou que se nos pergunte por qual teria sido “a primeira escola” da cidade, somos subitamente lançados a caminhar sobre fio tênue que separa a memória da história. A memória, em seus requisitos afetivos, impinge-nos a reafirmar a projeção perspectiva da escola, instituição que aprendemos a associar ao

progresso humano e social, a derramar pacificamente a bondade cristã e a cultura sobre os primeiros habitantes da cidade. O dever de ofício, entretanto, clama por fazermos jus ao que a historiografia, questionadora e lacunar, atualmente nos permite dizer.

Entre as hesitações que surgem na empreitada, há que se perguntar se o “colégio jesuíta” que marca a origem da cidade corresponderia a um estabelecimento de ensino secundário, e se nele os padres-professores ensinavam as letras aos índios, como quer o imaginário cristão e civilizador. Somos também instados a indagar se no isolado ambiente rural da Vila de Piratininga em seus primeiros tempos seria possível datar de 1554 o nascimento da escola em São Paulo. Seria mais prudente, evitando ilusões retrospectivas, compreender que, assim como a “cidade” de então não passava de um casario de taipa desprovido das funções e características pelas quais hoje a reconhecemos, também a *escola* paulistana foi, por muitos séculos, imperfeitamente “escolar”.<sup>1</sup> Diante dessas questões, não há uma resposta estática: a escolarização na cidade de São Paulo vai-se fazendo, como a própria urbanização, nos percursos e percalços da história e em trajetórias que não se atam, tampouco seguem linha evolutiva ou cumulativa, mas se cruzam. A tentativa de organizar o que se sucedeu nesse espaço-tempo será sempre parcial, porque orientada por fatos que respondem às inquietações do historiador. Será, além disso, lacunar e não exaustiva, porque limitada pelo espaço definido para este ensaio e porque, afinal, em todos os aspectos relacionados a São Paulo o volume e a variedade são sempre medidos em números estratosféricos.

Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, a serviço da Contrarreforma, tendo como missão propagar a fé e combater o paganismo e a heresia. Como apontam Custódio e Hilsdorf (1995), a educação escolar foi um recurso relativamente tardio na atividade missionária dos inacianos na América Portuguesa. A princípio, prevaleceu a forma tradicional da catequese de contato, suplantada, tendo em vista sua ineficácia, pelos aldeamentos. O colégio secundário, projetado retrospectiva e idealmente pelo historiador da Companhia, Padre Serafim Leite, para o início da atividade missionária, não existia. O chamado Colégio de São Paulo, aliás, Colégio de Santo Inácio, era originariamente uma “casa de meninos”, ou seja, um recolhimento para crianças indígenas, sustentado por confrarias e ao encargo espiritual dos inacianos, em que

<sup>1</sup> O objeto deste artigo é a *educação formal*, modalidade que se dá predominantemente nas formações urbanas e que promove a escolarização de saberes fundados no domínio da escrita. Não se abordam, portanto, outras formas experimentadas pela população paulista, tais como os processos de socialização e reprodução da ordem social indígena, que ao longo de um intenso processo de submissão e incorporação do nativo “selvagem” pelo adventício “civilizado”, realizado *pari passu* à ereção das cidades, a história tratou de apagar.

se desenvolvia a catequese associada ao ensino elementar da língua. Paralelamente, os membros da Companhia desenvolviam a prática medieval de ler um texto ou estudar juntos, que não correspondia à “escolarização secundária” propriamente dita, tampouco à “forma escolar” dos colégios que se iam formando na Europa. Entre 1560 e 1570, diante dos fracassos, mas principalmente, das fortes oposições internas ao trabalho missionário em recolhimentos e aldeamentos, os jesuítas afastam-se da catequese e se isolam em colégios secundários exclusivos para a elite branca.

A organização de espaços e materiais que era comum às universidades começava naquele momento, em algumas cidades da Europa, a dar forma característica aos estabelecimentos de ensino secundário, isto é, de ensino preparatório para os estudos maiores. Surgia o colégio, estabelecimento disciplinador, com espaço escolar próprio, mobiliário e materiais específicos. Nos estabelecimentos que passam a criar e sustentar em sua atividade missionária, visando, sobretudo, à formação de quadros, os jesuítas adotaram o *modus parisiensis*, organização pedagógica característica da Universidade de Paris, com a distribuição dos alunos em classes separadas segundo níveis de progressão (JULIA, 2001). Nos colégios do Brasil, devido às condições extraordinárias do trabalho missionário, eram admitidos alunos “leigos”, desde que residissem em uma parte separada do estabelecimento e que se conformassem aos “escolásticos”, com respeito a confissões, estudos e modo de vida. Isto valeu até que se proibisse a manutenção de internatos para educandos que não fossem ingressar na Companhia.

Das experiências de ensino dos inicianos por todo o mundo resultaria a elaboração do *Ratio Studiorum*, conjunto sistematizado de normas, saberes, condutas e práticas para o ensino na Companhia de Jesus, cujo sentido geral consiste em associar a intervenção educativa à prática das virtudes cristãs. Desse documento ressalta, não “propriamente um tratado teórico de pedagogia, mas um código prático de leis pedagógicas” (HANSEN, 2001, p.18), pelo qual são prescritos os mesmos processos intelectuais e técnicos para o ensino das Letras, Artes e Teologia: a repetição, o estímulo à competição e à atividade entre os alunos, e, uma vez que a vocação missionária exigia a pregação oral persuasiva, o ensino e a prática da Retórica. Trata-se do regramento de um estabelecimento secundário, mediante programação minuciosa de atividades e criação de ambiente específico, de rigorosa disciplina, para alunos que já

soubessem ler e escrever ao ingressar na primeira classe de estudos, em que o latim era obrigatório. Este modelo de colégio, chamado canônico, apenas a partir de 1599 foi sendo adotado nos estabelecimentos de ensino do Brasil. Sendo assim, após a restauração, em 1653, o Colégio Santo Inácio, que fora destruído em 1640 por colonos paulistas em conflito com a ordem dos inacianos, passou a funcionar “como um colégio completo, desde a aula elementar de alfabetização até os estudos teológicos”, para a elite branca local (CUSTÓDIO; HILSDORF, 1995, p.179).

Vinculando o ensino da doutrina católica à instrução dos saberes humanísticos, as ordens religiosas monopolizaram a educação dos súditos do rei de Portugal até meados do século XVIII. Em São Paulo, os franciscanos, estabelecidos na cidade desde 1639, abriram suas portas para receber estudantes externos por volta de 1730, tendo-se destacado nessa atividade ao longo do século (FRAGOSO, 1972). Aos filhos dos colonos os padres ministravam, em recintos domésticos e nas igrejas, a instrução mais elementar, encaminhando-os, quando fosse o caso de haver interesse e talento, aos colégios. No reino, toda a educação da mocidade estava a cargo dos jesuítas, que controlavam não apenas os colégios, mas a própria Universidade de Coimbra. Esta situação passou a ser vista como negativa para os interesses de Portugal, conforme formularam os “estrangeirados”, portugueses que viviam ou haviam vivido em outras nações da Europa e que, tendo em vista o progresso e a pujança daquelas, identificaram em Portugal os sinais do atraso e da decadência que haveriam de ser superados por uma política tão despótica quanto esclarecida. Sustentado ideológica e pedagogicamente por homens como Ribeiro Sanchez e Luís Antônio Verney, o poderoso ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, apontou a Companhia de Jesus como responsável por todos os males da nação portuguesa e passou a persegui-la, valendo-se de sua forte influência sobre o rei. Em 1759, Pombal conseguiu a expulsão dos jesuítas do reino, dando início a uma reação em cadeia na Europa, que culminou na extinção da ordem, em 1773, apenas revertida no início do século XIX.

A fim de suprir a ausência dos inacianos no ministério do ensino, Pombal recorreu a uma inteira reforma, que abrangeu desde os Estudos Maiores, isto é, a Universidade, até os Estudos Menores, isto é, as escolas de primeiras letras e o ensino das humanidades. Na Universidade de Coimbra, as reformas iniciadas em 1770 promoveram a reorganização

curricular e de métodos, que passaram a incorporar as ciências modernas, o ensino fundado na observação e na experimentação, além da contratação de professores estrangeiros para substituir os inicianos, acusados de intolerância às ideias de Descartes, Newton e Bacon. A expectativa de Pombal e seus homens era formar em alto nível quadros políticos e econômicos para o Estado Português, que estivessem a par de uma nova mentalidade de governança, fundada no uso da Razão, e que pudessem conduzi-lo a uma posição equivalente à de nações como a Inglaterra e a França. Quanto aos ensinamentos menores, a orientação fundamental era de abreviar os estudos, que teriam sido inconsequentemente estendidos e tornados demasiado complexos pelos jesuítas. Pelos métodos elaborados pelos oratorianos, a gramática deveria ser ensinada partindo da língua materna, e não do latim; preconizava-se ainda o emprego da observação e da experimentação (BOTO, 2010).

Ao dispensar o serviço dos jesuítas, Pombal viu-se obrigado a instituir novos mestres para o ensino das humanidades e a criar uma estrutura hierárquica para o governo da instrução. Afinal, no momento da expulsão apenas no Brasil já havia dezessete colégios e seminários jesuítas. Criou, assim, o Diretor Geral dos Estudos, a quem cabia aprovar os livros didáticos, realizar concursos e prover as cadeiras; nomeou comissários, diretores e, finalmente, criou os “professores régios”. Estes deveriam obter junto a uma mesa examinadora a licença para lecionar a matéria sobre a qual tivessem suficiente conhecimento, levando-se em conta, além disso, a boa conduta cristã do candidato. Ao ser licenciado, o mestre passava a receber seus vencimentos do Estado, ganhava *status* de nobreza e a designação para ocupar a cadeira de alguma localidade, assumindo aulas avulsas de Filosofia, Retórica, Latim, Grego e Hebraico. Como ainda não havia edifícios escolares, as aulas podiam ser dadas onde o mestre quisesse ou pudesse; como não havia organização em classes progressivas, as turmas eram compostas de alunos de todas as idades e adiantamentos, e o ensino era individualizado; como o mestre era habilitado apenas para a matéria a que concorria, não deveria ensinar outra coisa. Em suma, o mestre era ao mesmo tempo a disciplina, a classe e a escola. Sob a mão forte do despotismo de Pombal, alicerçado em séculos de práticas inquisitoriais, não havia “liberdade de cátedra”: os mestres eram obrigados, sob pena de perderem suas licenças, a ensinar pelos métodos autorizados.

Na Colônia, como era de se esperar, os efeitos da reforma pombalina foram menos imediatos e intensos do que no reino. Mesmo em Portugal, até 1761, apenas Coimbra, Évora, Porto e Lisboa tinham professores régios estabelecidos (NEVES, 2000). Em São Paulo, embora tenha sido criada em 1760 uma aula régia de Ler e Escrever, uma de Gramática Latina e uma de Retórica, não parece ter havido professores até a década de 1770. A rigor, como aponta Ramos de Carvalho (1978), as medidas prescritas pelo Alvará Régio de 28 de junho de 1759 só se tornaram minimamente viáveis após 1772, com a instituição pela Real Mesa Censória (1768) do subsídio literário (imposto sobre o comércio, “carimbado” para a instrução pública), a elaboração de mapas para a distribuição das cadeiras pelas capitânicas e a criação e provimento das cadeiras de ler e escrever. O Brasil passou a ter 44 aulas régias, sendo 17 de primeiras letras, 15 de gramática latina, seis de retórica, três de gramática grega e três de filosofia (HILSDORF, 2003). De acordo com Fragoso (1972), entre 1772 e 1801, nove professores régios ministraram aulas na capital paulista.

Quanto às dificuldades, à parte as relacionadas à precariedade da vida nas colônias, aos candidatos de além-mar impunham-se entraves cartoriais para a concessão da licença na Corte; em seguida, era preciso obter os materiais didáticos autorizados, cujo volume de impressão mal supria as demandas de Lisboa. De posse da licença e dos métodos, outros problemas surgiam, dentre os quais a insuficiência e a impontualidade dos vencimentos (CARDOSO, 2009), o desinteresse da população pela instrução formal e o apego dos locais pelos jesuítas e seus métodos (CARVALHO, 1978). O malogro das aulas régias devia-se, além disso, à mitigada demanda dos colonos. O segmento mais bem aquinhoado da população, que dava algum valor às letras e humanidades, preferia remunerar mestres privados — de preferência, seculares que houvessem aprendido com jesuítas e que ensinassem em domicílio pelos métodos antigos. O objetivo das famílias era fazer de seus filhos bons cristãos, de conduta moral decente e de habilidades que lhes garantissem cargos e privilégios vedados aos não instruídos. Aos mais ambiciosos jovens das famílias de posses, o destino mais alto eram as universidades europeias, preferencialmente a de Coimbra. Observe-se que, com a ascensão de D. Maria I ao trono português (1777), há uma preferência pelo provimento de cadeiras por padres (NEVES, 2000), o que reforça o caráter religioso da instrução no período colonial, tanto quanto adia a secularização do ensino no mundo luso-brasileiro.



A residência de filhos da elite nas universidades europeias se fez sentir na mentalidade da geração que viveu o processo da independência, o que contribuiu para modificar as ideias pombalinas sobre a instrução, cujos princípios e finalidades D. João VI fez prevalecer, ao criar na Corte e em certas províncias aulas avulsas de nível médio e superior para formar quadros da política e da administração. Martim Francisco d'Andrada Machado, irmão de José Bonifácio e Antônio Carlos, formou-se em Matemática e Direito em Coimbra, e na Europa teve acesso às *Cinco memórias sobre a instrução pública*, do liberal francês Condorcet. Foi com base nelas que Martim Francisco, então diretor geral de estudos da Capitania de São Paulo, elaborou e submeteu às autoridades do reino sua *Memória para a reforma da instrução pública na Capitania de São Paulo* (c.1816), propondo medidas para uma melhor organização dos estudos, fundados na racionalidade e na utilidade e organizados em graus sucessivos, a serem cursados progressivamente pelos mais capazes. Elogiada, mas descartada, a memória permaneceu na gaveta até que Martim Francisco visse nova oportunidade de apresentá-la, desta vez, à Constituinte de 1823. O destino da assembleia e dos Andrada abateu-se, porém, sobre o projeto, relegando-o ao esquecimento.

A Carta de 1824 mostrou pouca disposição em promover mudanças na instrução pública do Império, relativamente ao antigo regime das aulas avulsas. Embora restritiva quanto à concessão de direitos políticos e dissimulada com relação à escravidão, a Constituição concedeu generosamente a cidadania aos nascidos no Brasil, “quer sejam ingênuos ou libertos”, a portugueses residentes antes da emancipação e a estrangeiros naturalizados (Art. 6) e lhes franqueou o acesso à instrução primária pública (Art. 179, §XXXII). Isto, além da breve menção a “Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes” (Art. 179, §XXXIII), é tudo o que diz a Carta sobre a educação do povo. Omitida a condição da escravaria, ficava subentendido que, afora os suprimidos de liberdade, todos seriam aceitos na escola pública primária. A lei de 1827, que a instituiu, ordenou que fossem criadas escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império e atribuiu aos presidentes de províncias as responsabilidades de distribuir as escolas onde fossem necessárias e apresentar à Assembleia Geral os valores relativos aos ordenados dos professores. Definiu também que as escolas, a princípio nas capitais, seriam de ensino mútuo, providas por professores “sem

nota na regularidade da conduta” (Art.8). O ensino mútuo ganhou interesse e notoriedade entre os contemporâneos por ser considerado um método disciplinador, rápido, multiplicador e relativamente barato. Consistia na distribuição pelo mestre de tarefas de ensino aos alunos mais adiantados, que tinham a incumbência de ministrá-lo aos demais, controlando o tempo e a correção das lições. A fim de facilitar o controle, os alunos eram acomodados em fileiras de uma sala retangular e sem divisões, enquanto que o mestre se instalava em um ponto mais alto, de onde os poderia supervisionar. As vantagens para um Estado que desejasse dispendir poucos recursos com a instrução do povo são óbvias, pois um único professor poderia se encarregar de grande número de alunos. Havia, também, como aponta Hilsdorf (2001), uma simpatia generalizada entre os liberais, que viam neste sistema a forma ideal para a promoção de uma educação mais cooperativa, ativa e humana entre as crianças, que seriam todas submetidas às mesmas regras e à promoção individual por mérito.

Na Província de São Paulo, nas décadas de 1820 e 1830, o ensino mútuo foi amplamente recomendado para as escolas elementares, tendo conquistado os professores de mentalidade liberal, mesmo diante das dificuldades que o próprio Estado impunha; afinal, a lei de 1827 ordenava que “os professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino [mútuo] irão instruir-se em curto prazo e à custa de seus ordenados nas escolas das capitais” (Art.5). Em 1836, havia, na capital, duas escolas de primeiras letras de método monitorial, localizadas na Sé e na freguesia de Santa Ifigênia (BRUNO, 1991). Diante das dificuldades, os professores paulistas mostraram-se bastante empenhados e reivindicativos quanto às condições de trabalho necessárias para assegurar a escolarização segundo o modelo do ensino mútuo, requerendo do governo provincial lugares e materiais convenientes, dirigindo-se a ele para perguntar, opinar, sugerir, reclamar e denunciar (HILSDORF, 2001).

Para a instrução primária dos meninos, os conteúdos da escola pública imperial resumiam-se a aprender a ler, escrever e contar, além de “noções mais gerais de geometria prática”, gramática do português e “princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana”. Há ensino da leitura, e em menor proporção e intensidade, da escrita, e o aprendizado se faz oralmente, por repetição, memorização e cópia (HILSDORF, 2001). As meninas, que teriam mestras “brasileiras e de

reconhecida honestidade” com ordenados e gratificações iguais a dos mestres, seriam poupadas da geometria e da aritmética menos elementar, mas receberiam o ensinamento das “prendas que servem à economia doméstica” (Art.12). Como aponta Hilsdorf (2001), nas escolas de meninas usualmente não se empregava o ensino mútuo, mas o individual, e algumas professoras de São Paulo chegaram a manifestar sua recusa em ministrar as tais “prendas domésticas”, que, ao lado das práticas devo-cionais, eram tidas como os principais saberes a ser administrados às meninas no Império.

Englobando e integrando os conteúdos encontram-se as finalidades ou, ao menos, as expectativas que a instrução do povo despertava entre os membros da elite política ilustrada: civilizar o brasileiro, inoculando nele desde as mais elementares condutas e convenções sociais, até disciplina, doutrina e moral cristãs e os deveres cívicos do cidadão. A escolarização do povo, como observa Veiga (2008), apresenta-se como condição de homogeneização cultural cujo padrão de nivelamento está nas classes superiores. A escola primária pública não se projeta, assim, para atender aos filhos das “boas famílias”, que por sua presunção de ser europeia e pela vivência em círculos devotos, abastados e prestigiados não requeriam o aprendizado dessas noções e condutas. De resto, mostravam-se bastante satisfeitas com as governantas e professores privados, não desejando imiscuir-se no convívio com a plebe. Como afirmou o inspetor Diogo de Mendonça Pinto, em 1854 (p.42), enquanto as escolas primárias são “a partilha da multidão”, a instrução secundária cabe “à porção que, vivendo com certa comodidade, interessa e tem direito a ir além das primeiras letras”.

O público destinado às escolas elementares do Poder Público eram preferencialmente as crianças negras (desde que livres), mestiças e pobres. Mas, como aponta Veiga (2008), a própria condição social as impedia de frequentá-las com sucesso. Em discurso à Assembleia Legislativa da Província, em 1844, o presidente Manuel Felizardo de Souza e Mello lamentava o diminuto número de jovens a frequentar a escola, apontando como causas a negligência dos professores e o descuido dos pais, que não os obrigavam a ir, e por vezes os dissuadiam <sup>2</sup>. Souza e Mello (SÃO PAULO, 1844) refere 75 escolas provinciais de primeiras letras, das quais apenas 51 estavam providas. Elas eram frequentadas por 2.378 meninos, enquanto que 390 meninas frequentavam as nove escolas providas de mestras, indicando a marca de gênero preva-lente no oferecimento e no acesso à instrução. Duas escolas de ensino mútuo

<sup>2</sup> Em São Paulo, conforme o Ato Adicional de 1834, a Assembleia Provincial passou a legislar sobre o ensino, cabendo às Câmaras Municipais a inspeção e a organização de dados estatísticos. Destacam-se como medidas do legislativo provincial nesses primeiros anos o aumento da gratificação anual que os mestres recebiam por cada aluno assíduo, a partir do número de 15 (1841), e a adição do ensino de francês às cadeiras de gramática latina (1843).

estavam situadas na capital, sendo frequentadas por 69 alunos. O presidente reconhecia a escassez dos ordenados como forte obstáculo para o provimento das cadeiras por pessoas habilitadas, que por isso preferiam abrir escolas particulares. São frequentes os pedidos, por parte de várias câmaras de municípios menos populosos, para a criação de cadeiras, preteridos em função de haver muitas cadeiras vagas em lugares “mais importantes”.

Como aos professores públicos seguia cabendo o encargo de custear os próprios estabelecimentos, dos baixos ordenados decorria a precariedade dos edifícios que conseguiam alugar, que mal acomodavam os alunos. Estes, por sua vez, de tão pobres não tinham sequer recursos para cadernos e livros. Em relatório apresentado ao presidente da província em 1854, o inspetor geral da instrução pública, Diogo de Mendonça Pinto, aponta que, diante do impasse de aperfeiçoar o ensino ou multiplicar os estabelecimentos e oportunidades, a Província de São Paulo teria optado pelo pior. Segundo ele, “o que se fez foi criar exorbitante quantidade de escolas, e como havia deficiência de meios para fazer face às despesas, designaram-se-lhes vencimentos módicos e em resultados ficaram repudiados os preceitos da ciência, e insatisfeito o dever Constitucional. Não há nem algumas escolas bem ordenadas, nem abundantes para que toda a criatura neste abençoado solo adquira a instrução elementar” (SÃO PAULO, 1854, p.37). A precariedade com que se tentou lograr a civilização do povo por meio da instrução foi tão intensa e significativa, que a própria escolarização, em sentido estrito, não se realizou. Como aponta Hilsdorf (2001), a escola de São Paulo do século XIX não separava claramente seu tempo e seu espaço do mundo circundante, tampouco requeria dos professores saberes práticos especializados e iniciativas pessoais diferenciadas de práticas marcadas por relações próprias aos padrões da cultura oral. Segundo a autora, as escolas ainda não estavam plenamente “escolarizadas”, porque nelas o saber escrito não interrompia o oral, não permitindo o pleno estabelecimento da “forma escritural-escolar das relações sociais” (p.86), que caracteriza a escola moderna.

A crer nos números dados por Pires de Almeida (2000), entre 1870 e 1875 teria havido em São Paulo ao menos um aumento dos estabelecimentos públicos de ensino primário (de 240 para 638) e dos

alunos matriculados nos três institutos secundários da província (de 52 para 329). De acordo com Silva Bruno (1991), a agitação em torno do curso Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo, instalado em 1828 no Largo de São Francisco, concorreu para o aumento das escolas particulares, notadamente as que ofereciam cursos preparatórios para o ingresso naquela instituição. À medida que levadas de estudantes chegavam à capital, a cidade ia conhecendo o incremento da vida urbana em sua região central, em que floresceram pensões, cafés, boticas, restaurantes e confeitarias. Por sua vez, a atividade literária dos estudantes impulsionou a instalação e o desenvolvimento de tipografias e casas editoriais, que vieram a imprimir as revistas e livros que traziam os escritos de futuros notáveis como Álvares de Azevedo, Bernardo Guimarães, Fagundes Varela, José de Alencar e Castro Alves (BONTEMPI JR., 2004).

Um dos egressos da Academia de maior visibilidade política em fins do século XIX, Rangel Pestana (1839-1903) iniciou em 1881 uma verdadeira militância em favor do ensino em São Paulo, por meio de *A Província de S. Paulo*. Denunciava os problemas do quadro vigente, defendendo o ensino livre, a qualificação do magistério, a separação entre ensino leigo e religioso, o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela educação. Em outras seções do jornal divulgavam-se livros, comentavam-se ensaios sobre educação, promoviam-se conferências populares, incentivavam-se iniciativas como a criação de escolas noturnas de primeiras letras para pobres e a produção de métodos para a aprendizagem da leitura. Em 1884, outros críticos da educação monárquica, João Köpke e Silva Jardim, abriram uma escola primária para meninos, a Escola Neutralidade. De orientação positivista, pautava-se no ensino intuitivo<sup>3</sup> e oferecia línguas, ciências físicas, naturais e exatas, humanidades e belas-artes, primando pela atividade e atenção, em detrimento do apego aos livros e à memorização (HILSDORF, 1988).

As iniciativas dos republicanos no campo do ensino privado valeram como ensaio para o sistema que projetariam quando ascendessem ao comando do Estado e dos negócios da instrução pública. A promulgação da Constituição Paulista de 1891 fixou a competência do Congresso Estadual de legislar sobre o ensino primário, gratuito e obrigatório, e sobre o secundário, a serem ministrados por indivíduos ou associações, subvencionadas ou não pelo Estado. Cumpria mudar o aspecto irrisório da instrução primária no estado e na cidade, que se resumia a 77 cadeiras de

<sup>3</sup> Este método, criado por Pestalozzi (1746-1827), fundamenta-se no suposto de que a educação deve caminhar da intuição ao conceito. Desse princípio deriva a necessidade de o professor proporcionar ao aluno atividades educativas baseadas na observação direta e no uso dos sentidos, as quais, encadeadas em graus sucessivos de complexidade, permitem que se chegue às noções abstratas de que se compõem os conceitos.

primeiras letras, com vinte alunos em cada, e atendia a apenas 2,5% da população do município (ANTUNHA, 1976; SPOSITO, 1984). Quando veio a República, a reforma do ensino público de São Paulo foi iniciada pela Escola Normal, baseada em um programa elaborado por Rangel Pestana. Por meio dela, a tão criticada instituição destinada à formação de professores conheceu a ampliação de seu currículo e foram criadas as escolas-modelo, para a prática de ensino. Em 1894, foi inaugurado o edifício da Praça da República, dando o tom de suntuosidade que marcou a arquitetura dos prédios escolares. A escola-modelo foi criada e anexada à normal, para ser um campo de experimentação dos futuros professores das escolas preliminares. O ensino intuitivo foi instituído como método para ensinar os saberes elementares, de modo que as crianças travassem contato direto com os objetos oferecidos à percepção e realizassem atividades similares às que os adultos realizam no mundo do trabalho. O tempo escolar foi subdividido para preservar a atenção e evitar a fadiga; os espaços foram delimitados conforme a natureza das atividades; a escola passou a dispor de mobiliário e materiais para as “lições de coisas”: gravuras, sólidos geométricos, papéis coloridos etc.

A Reforma Geral da Instrução Pública, de 1892 a 1896, visando especialmente a difusão do ensino elementar, dividiu o ensino público em três graus encadeados; estabeleceu o ensino primário seriado e graduado, com oito anos de duração, sendo os quatro primeiros obrigatórios para crianças de 7 a 12 anos; determinou a construção de prédios escolares e o suprimento de mobiliário e materiais didáticos; instituiu o serviço de inspeção escolar e um conselho superior de instrução pública; adotou a sistemática de exames públicos, além do controle de matrícula e frequência; ordenou a criação de quatro escolas normais primárias, três ginásios para o ensino secundário, científico e literário, criou escolas noturnas para adultos que não houvessem cursado o primário. Em 1896, foi anexado à Escola Normal da Praça um jardim da infância modelar, preparatório para a escolarização primária e inspirado nas ideias de Fröebel.

A mais notável criação da reforma foram os grupos escolares, ou seja, escolas primárias formadas pela reunião, em um mesmo edifício, de quatro a dez escolas isoladas. Os grupos escolares foram instalados em ricos edifícios, conformes às prescrições pedagógicas, e dispunham de várias salas de aula. O ensino neles ministrado deveria ser simultâneo (ou seja, um professor para vários alunos), seriado e graduado, respeitando-se a

idade e o grau de instrução dos alunos. Os grupos seguiam os mesmos programas e prescrições, relativos a material, disciplina, calendário, exames, matrículas, frequência e higiene, adotavam o método intuitivo e o modelo de organização das escolas-modelo. A escola paulista avançava no processo de “escolarização”, adquirindo as características que consagraram o modelo graduado, disseminado no mundo ocidental ao passo da urbanização, da industrialização e do avanço dos Estados Nacionais (SOUZA, 1998). Porém, fora do “paraíso” dos grupos escolares, tanto no interior do estado como além do triângulo central paulistano subsistiam as “escolas isoladas”, a marcar a indesejada continuidade da sombria escola imperial nos tempos luminosos da República. Essas “escolas de bairro” — ou “de barro”, no sagaz trocadilho do jornalista Paulo Pestana — em nada diferiam dos antigos modos: multisseriada, desprovida de bons professores e adequados edifícios, mobiliário e material didático. Pior, eram ainda movidas à cópia, à recitação e aos doloridos golpes de palmatória.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo esforço das autoridades estaduais para a incorporação em massa da população em idade escolar ao sistema de ensino. A matrícula geral no ensino primário paulista decuplicou entre 1890 e 1914, passando de 14.427 para 157.232 alunos, enquanto que o número de grupos escolares aumentou, entre 1898 e 1915, de 38 para 160 unidades (MONARCHA, 1990). A expansão não se fez, entretanto, no mesmo padrão de excelência originalmente desencadeado. Quanto aos edifícios, por exemplo, apenas 35 haviam sido especialmente erigidos no modo desejado até o ano de 1910. Instituiu-se, então, o aproveitamento intensivo dos grupos escolares, que passaram a atender em dois e, mais tarde, em três períodos; foram reduzidos o número de anos do curso elementar e o período diário de aulas (SPOSITO, 1984). À medida que chegavam aos bairros operários, instalados sem os mesmos recursos e critérios observados para a implantação das escolas da área central, os grupos escolares adquiriam o aspecto empobrecido dos bairros periféricos. As precárias condições de estrutura física dos edifícios adaptados, combinada com a falta de mobiliário e materiais didáticos adequados e a ausência de um número suficiente de professores qualificados, comprometiam as pretensões de eficácia e de uniformidade de programas e métodos dos reformadores (SOUZA, 1998). Se a expectativa era de que as escolas isoladas tomassem a forma de grupos escolares, ocorria, em vez disso, que os grupos escolares se tornavam mais parecidos com elas.

Diante do diagnóstico de crise do sistema, generalizado entre os educadores, o Presidente do Estado, Washington Luís, designou o educador Antônio de Sampaio Dória como responsável pela reforma do ensino. Sampaio Dória, militante da Liga Nacionalista de São Paulo (1917), era partidário da ideia de que a política, naqueles anos de pleno domínio oligárquico, também andava muito mal e que se deveria “republicanizar a República” mediante estabelecimento da justiça e da representação. Estas, por sua vez, só poderiam existir se o cidadão eleitor fosse devidamente alfabetizado e cultivado no saber de seus direitos e deveres diante da pátria. Mas o percentual de população alfabetizada no estado ainda era, por volta dos anos 1920, de 30%, e havia cerca de 70% de crianças sem escola. Havia ainda mais com o que se preocupar: uma pesquisa internacional, divulgada em 1920, colocava o Brasil em vexatório último lugar, entre as nações civilizadas, em índice de alfabetização (CAVALIERE, 2003). Era preciso, sobretudo, aumentar rapidamente o número de vagas nas escolas e compatibilizar a relação entre o número de professores, escolas e crianças a serem alfabetizadas anualmente, sempre considerando a exiguidade do orçamento estadual. A opção do reformista foi reduzir a duração da escolarização primária para dois anos, separada em duas séries de promoção automática, e vetar a repetição da série, excluindo o aluno de rendimento insuficiente. Foi reduzido o tempo escolar de quatro ou cinco horas de estudo para dois turnos diários de duas horas e meia, considerados suficientes para alfabetizar em massa. A gratificação ao professor que conseguisse alfabetizar mais de doze crianças por ano, alvitre semelhante ao que havia sido lançado pelos poderes provinciais em São Paulo do século XIX, é outra das medidas da reforma de 1920 (CAVALIERE, 2003). Como se vê, algumas “novidades” muito recentemente implantadas por nossos administradores não passam de atualizações de medidas desesperadas – e fracassadas – tomadas em tempos bastante remotos <sup>4</sup>.

Quanto ao ensino profissional, as duas escolas oficiais de São Paulo iniciaram suas atividades em 1911, no bairro do Brás, ministrando artes industriais para os meninos e economia doméstica e “prendas manuais” para as meninas. Preocupada com vadios, mendigos e desordeiros que ameaçavam a ordem pública, a elite republicana apostava na função moralizadora do ensino para e pelo trabalho e criava institutos para a instrução profissional das crianças da classe operária (MORAES, 2001).

<sup>4</sup> A reforma planejada não foi implantada. Sampaio Dória, insatisfeito com as inserções, feitas à sua revelia, do governo em tópicos cruciais do decreto, exonerou-se antes mesmo da regulamentação da reforma, que permaneceu em vigor até 1925.



Alarmado com os movimentos organizados por operários, assim como com a difusão de ideologias potencialmente contraditórias aos valores nacionalistas e brasileiros da escola estatal, o Estado tratou prontamente de fechar as escolas anarquistas e estrangeiras, que vicejavam na cidade repleta de imigrantes, notadamente, italianos<sup>5</sup>. Os cursos manufatureiros ou industriais mantêm por toda a década de 1920 a missão original de habilitar os filhos dos “desfavorecidos da fortuna” para o trabalho, afastando-os física e moralmente do ócio, dos vícios e do crime, e caracterizadas por um ensino de caráter prático e imitativo (NAGLE, 1974). A escola profissional paulista, em razão do crescimento da população industrial e da emulação do Liceu de Artes e Ofícios (1873), foi dotada de instalações mais bem adaptadas para as exigências do ensino de ofícios propriamente industriais, de emprego generalizado, tais como a tornearia, a mecânica e a elétrica, diferenciando-se de suas similares brasileiras por não manter cursos de ofícios artesanais, como os de sapateiro e alfaiate (CUNHA, 2000).

Em parte devido à natureza das demandas de sua peculiar situação econômica, o ensino de tipo industrial teve em São Paulo da Primeira República um desenvolvimento diferenciado. A grande extensão de sua malha ferroviária, por exemplo, criou condições para que as empresas centralizassem e sistematizassem o ensino de seus ofícios. A Escola Profissional Mecânica, criada pelo engenheiro suíço Robert Mange em 1924, era uma fábrica-escola, consagrada à promoção do ensino técnico baseado nos princípios tayloristas de organização do trabalho industrial para as demandas de especialização do processo produtivo (MORAES, 2001). Também fora das fábricas, entre escolanovistas de meados dos anos 1920, as experiências “científicas” de ensino industrial eram vistas positivamente, uma vez que o trabalho racionalmente orientado de um operário bem formado e especializado harmonizava-se ao idioma comum do progresso pela aplicação inteligente da técnica. O impacto desse entusiasmo manifestou-se nas reformas promovidas por Lourenço Filho na Diretoria da Instrução Pública de São Paulo, complementadas por Fernando de Azevedo e seu Código de Educação (1933). Foram criados nesse período os Gabinetes Psicotécnicos nas Escolas Profissionais oficiais e o Centro Ferroviário de Ensino Profissional (CFESP), em que vários professores normalistas habilitaram-se na aplicação dos métodos desenvolvidos por Mange, difundindo-os pelas escolas estaduais (MORAES, 2001).

<sup>5</sup> Trata-se do destino escolar dos filhos de famílias de operários, residentes em uma região desprovida das mínimas condições de higiene e serviços. Para as famílias dos *oriundi* de maiores posses, havia o “Istituto Medio Italo-Brasiliano Dante Alighieri”, instalado em 1911 e próximo às chácaras da Avenida Paulista.

Ao longo dos anos 1920, a instrução pública paulista avançou na valorização da ciência e na racionalização dos métodos. Abraçando a ideia de que a reforma da educação era um desafio apresentado por uma “sociedade em mudança”, educadores procuraram reformular o projeto político-pedagógico calcado na alfabetização. Atribuiu-se à escola reformar os costumes, civilizar o homem, modernizar a sociedade, transformar os habitantes em povo e o país amorfo em nação. A regeneração da população deveria vir da incorporação de hábitos salutaros, conectados a uma “organização do trabalho” apoiada pela escola (BONTEMPI JR., 2004). Um novo sistema de ensino deveria garantir a extensão das oportunidades educacionais, promovendo a mobilidade social pelo mérito escolar. Destacam-se na escola nova a supremacia dos métodos ativos, a centralidade da criança e sua interação com a sociedade, a ênfase no aprender fazendo, o apelo ao trabalho individual baseado no interesse, e a iniciação da criança no mundo do trabalho (ARAÚJO, 2009).

O tema da educação das elites, a ser feita nos estratos superiores do sistema de ensino, começa a reverberar. Na imprensa aparecem arraoados em defesa da criação de institutos de ensino superior que não se restringissem às finalidades “profissionais” das existentes escolas de engenheiros, médicos e juristas, que desde o Império vinham formando os quadros da política nacional. Era preciso formar uma nova elite, capaz de identificar as reais necessidades do país e dar-lhe solução adequada, de modo a promover a legítima democracia, escorada no voto de uma massa esclarecida. A Universidade de São Paulo, criada nesse ideário “iluminista”, foi primeiramente organizada como um agrupamento de escolas superiores tendo como centro e cúpula a nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sendo incorporadas as pré-existentes Faculdade de Direito (1828), Escola Politécnica (1893), Escola Superior de Agricultura (1901), Faculdade de Medicina (1913), além do Instituto de Educação (1933), forma derradeira da antiga Escola Normal <sup>6</sup>. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, além de promover as pesquisas e o ensino dos saberes “desinteressados”, cuidaria da formação do magistério secundário, que nos ginásios e colégios transmitiriam à classe média os saberes e valores desenvolvidos na universidade.

No que tange ao ensino secundário, seu acesso continuava sendo restrito, seja pelo pequeno número de estabelecimentos oficiais, para os quais se

<sup>6</sup> Por razões de espaço não são abordadas neste artigo as escolas de educação superior em São Paulo.

exigia a aprovação em exames de admissão, seja pelas taxas exigidas, tanto nos particulares como nos públicos (NAGLE, 1974). No estado de São Paulo, em 1894, havia três ginásios oficiais e 44 estabelecimentos particulares, indicando a predominância dos empreendedores privados e da Igreja na formação secundária; 22 deles eram exclusivamente masculinos, o que indicava, segundo Nadai (1987), a persistência do sexismo e do patriarcalismo na sociedade brasileira. De fato, a clientela desses estabelecimentos continuava a ser, como nos tempos do Império, os moços que pretendiam se preparar para os exames parcelados que lhes dariam acesso ao ensino superior. Embora o caráter a um tempo humanístico e propedêutico do secundário tenha sido atacado por defensores de um currículo mais científico e utilitário (HAIDAR, 1972), esta orientação original dos colégios prevaleceu até meados dos anos 1920, quando a preocupação com a renovação das elites nacionais motivou tentativas de reformas que superassem o conceito “preparatório” do curso secundário em favor da organização de um ensino médio seriado e regular. Nos anos 1920 e 1930 definiu-se como função do ensino secundário a “formação geral e humanística” dos jovens, bem como a conexão com os graus primário e superior, sendo que o segundo de seus ciclos seria orientado às carreiras universitárias. A reforma de 1942, feita ao molde autoritário, centralizador e uniformizador que marcou a política educacional do Estado Novo, consagrou a divisão entre o ginásio e o segundo ciclo, de quatro anos e três anos, respectivamente, com a obrigatoriedade do “exame de licença” para todos os concluintes. Os decretos anteriores já lhe haviam conferido o privilégio de ser a passagem exclusiva para o ensino superior, enquanto que para as demais classes os decretos da Reforma Capanema (1942 a 1946) ofereciam os ramos de ensino médio manufatureiro ou industrial, comercial e agrícola, destinado a formar a mão de obra necessária para o desenvolvimento do país, sem, é claro, afetar a ordem social. Na retórica dos legisladores, para os estudantes que não tivessem como objetivo ingressar nas universidades havia a opção dos cursos profissionalizantes, para os quais os ginásios forneceriam a habilitação básica.

A seletividade do ensino secundário foi, porém, posta em xeque pela expansão do setor privado na educação, estimulada, a partir dos anos 1940, pela pressão das camadas médias urbanas em busca de ascensão social, tanto quanto pela pressão popular sobre os executivos estaduais e municipais, com vistas à ampliação do acesso à escolarização secundária em estabelecimentos oficiais. O secundário

era visado pela maioria dos egressos do ensino elementar, que almejavam os efeitos benéficos do acesso a carreiras prestigiadas, do reconhecimento social e da boa remuneração, então restritos às classes superiores (SPOSITO, 1984). Em 1945, ano em que a matrícula no secundário chegava à cifra de 96 alunos para cada 10 mil habitantes no Estado de São Paulo, criaram-se sete ginásios estaduais no Ipiranga, Mooca, Pinheiros, Santana, Vila Mariana, Lapa e Santo Amaro. A demanda popular pela criação de ginásios estaduais nos municípios do interior de São Paulo e nas regiões periféricas da capital era acolhida pelo executivo estadual, que buscava consolidar suas bases eleitorais em negociações nas quais a moeda de troca era os serviços públicos. Na expansão da escolaridade elementar e obrigatória para o secundário verifica-se a repetição das medidas de tipo “emergencial” a que já haviam recorrido os administradores da instrução primária do início do século XX. Assim, foi criado na capital o curso ginásial noturno, abrigado nos edifícios em que funcionavam grupos escolares, além das “seções” de estabelecimentos secundários, recurso extrajudiciário que criava vagas para os excedentes e permitia o funcionamento de novos cursos sem cumprir as exigências legais mínimas para a sua criação (SPOSITO, 1984). Também no ensino primário, as medidas tomadas no governo de Jânio Quadros para atender às demandas populares por vaga, no quadro da densa concentração populacional urbana conhecida nos anos 1960, tomaram o aspecto de oferecimento de uma “escola mínima” (CAVALIERE, 2003), destinada às crianças dos bairros periféricos mais pobres da capital: redução de períodos letivos, aumento do número de alunos por classe, adoção da promoção automática, instalação de escolas em galpões de madeira (HILSDORF, 2003).

Os anos 1960 são marcados pela promulgação, em 1961, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, depois de longo e acirrado trâmite que opôs os defensores da escola pública aos que, acenando com a ameaça de um “monopólio” do Estado na educação, pleiteavam não só a primazia do direito das famílias de escolher onde iriam educar sua prole, como também subvenções para que o ensino particular e confessional pudesse oferecer seus serviços gratuitamente. Em que pese a reação dos renomados educadores e das associações de classe

que foram a público defender “mais verbas públicas para a escola pública”, o substitutivo do grupo privatista foi aprovado como LDB (Lei nº. 4.024/1961), mantendo quase intacta a organização anterior e permitindo, com suas medidas de subsídio a particulares, a expansão da escola privada e a correlata recuperação da preeminência católica na formação das classes altas e médias brasileiras. Restava à população pobre o recurso a iniciativas não-oficiais de difusão cultural e educação, empreendidas por setores populares da Igreja e intelectuais e estudantes politicamente inclinados à esquerda, tais como os Centros Populares de Cultura, o Movimento de Educação de Base e o Método de Alfabetização de Paulo Freire, todos interrompidos na ditadura militar.

Quanto à política educacional do regime militar, pode-se dizer que, embora ideologicamente tingida do verde e amarelo dos “interesses nacionais”, ordem e progresso, ela acelerou a tendência de abandono do Estado quanto ao ensino público, cada vez mais controlado pela iniciativa privada, cujos caciques passaram a dominar a composição dos conselhos de educação nos âmbitos estaduais e federal, para os quais a LDB havia deslocado a atribuição de elaborar planos de educação e de criar sistemas estaduais de ensino. No campo da legislação, as reformas de 1968, do ensino superior, e de 1971, no ensino elementar e médio, seguiram do ponto de vista da economia e da administração do sistema as diretrizes do tecnicismo e da teoria do capital humano, ou seja, promovendo a educação como um investimento a ser apropriado pelos trabalhadores em vista de sua qualificação para o mercado, pela qual proporcionariam como contrapartida sua maior eficiência e produtividade. Todavia, como apontam Barreto & Arelaro (1985), é neste período que o Brasil passa a ser um dos países do mundo que menos investe em educação, e os municípios passaram a ter receitas tão exíguas, que praticamente tornaram inviável a capacidade de gerir recursos próprios. Politicamente, prevaleceram as diretrizes da doutrina de segurança nacional, consagradas pelo fortalecimento do aparelho repressor, que na universidade pautou as perseguições e aposentadorias compulsórias a “subversivos” e que, nas escolas públicas, progressivamente massificadas e pauperizadas, comandaram a extinção dos grêmios estudantis e a vigilância ostensiva aos professores e funcionários. O legado do investimento dos “salvadores da pátria” na educação brasileira foi o

brutal crescimento da exclusão e evasão escolar, o rebaixamento do padrão de escolarização da população, além da progressiva despolitização da sociedade brasileira, sufocada pelo cerceamento do espaço público e pela repressão ao pensamento divergente.



BRUNO BONTEMPI JR. É HISTORIADOR E LICENCIADO EM HISTÓRIA, MESTRE E DOUTOR EM EDUCAÇÃO PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUCSP), COM PÓS-DOUTORADO NO PROGRAMA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E ORIENTADOR PLENO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FEUSP). COORDENADOR DO CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO DA FEUSP E SUPLENTE DO DIRETOR REGIONAL SUDESTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. BOLSISTA DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA DO CNPQ.











Repaisagem #27

Marcelo Zocchio

\* montagem sobre foto de Benedito Junqueira Duarte/Museu da Cidade-Casa da Imagem  
imagem retirada do livro *Repaisagem São Paulo*

# Antropologia Urbana em São Paulo

JOSÉ GUILHERME CANTOR MAGNANI

A Antropologia, até por dever de ofício, dedica particular atenção a ritos e celebrações, não apenas porque invocam a relevância de determinados eventos, mas principalmente porque permitem atualizar seu significado: os 80 anos da Revista do Arquivo Municipal e os 460 anos da cidade de São Paulo certamente se encaixam nesse caso e merecem a devida reflexão.

Esta edição em especial, duplamente comemorativa, remete a uma iniciativa de que participei, há 10 anos, como um dos coordenadores, a “Expedição São Paulo 450 anos – uma viagem por dentro da metrópole”, em janeiro de 2004, também por ocasião do aniversário da cidade.

Foi uma experiência que congregou especialistas de diferentes disciplinas – historiadores, arquitetos, cientistas sociais, geógrafos, museólogos, etnomusicólogos, psicanalistas etc. – divididos em duas equipes dedicadas a percorrer e observar, durante uma semana, os meandros da capital: de Engenheiro Marsilac, no extremo sul, a Perus, ao norte, e do Itaim Paulista à Raposo Tavares, na rota leste/oeste.

Não se pode dizer que foi uma pesquisa antropológica *stricto sensu*, já que esta supõe contato duradouro e estreito com os interlocutores – tarefa impraticável de se levar a cabo no período previsto e no âmbito de uma cidade das dimensões de São Paulo. Mas o formato da jornada permitiu entrar em contato com a vitalidade, diversidade e criatividade dos arranjos dos moradores nas suas lides diárias de trabalho, moradia, locomoção, religiosidade, associativismo, cultura e lazer.

No texto em que fazia um balanço dessa viagem (MAGNANI, 2004), invoquei o testemunho de um ilustre antecessor em andanças pela cidade, nos idos de 1935: Claude Lévi-Strauss. Como se sabe, no livro *Tristes Trópicos* (1955), onde o antropólogo francês registra principalmente seus encontros com povos indígenas no interior do

país, há também passagens e comentários sobre sua estada na capital paulistana. As observações sobre o comércio, a arquitetura, os diferentes bairros – e também a presença dos imigrantes, a dinâmica dos mercados populares, o artesanato, algumas festas tradicionais – fazem parte do que ele próprio chamou de “etnografia dos domingos”.

Conforme depoimento prestado anos mais tarde a Didier Eribon no livro *De perto e de longe* (1990), lembra que as expedições a áreas indígenas, objetivo principal de seus estudos, tiveram início

*“[...] a partir do primeiro ano letivo. Em vez de voltar para a França, minha mulher e eu fomos para o Mato Grosso, para as aldeias cadiveu e bororo. Mas eu já tinha começado a fazer etnologia com os meus alunos: sobre a cidade de São Paulo e sobre o folclore dos arredores, do qual minha mulher se ocupava mais especificamente.”* (op. cit., p. 32)

Estas referências têm ainda um significado especial por colocar em cena outro personagem de particular relevância na trajetória da Revista do Arquivo Municipal, quando de sua incorporação ao Departamento de Cultura do Município de São Paulo: Mário de Andrade, seu diretor. Intelectual com múltiplas inquietações, é conhecido seu interesse pela cultura popular, musicologia e patrimônio histórico, desenvolvido justamente em contato com Dina Lévi-Strauss, então esposa do antropólogo, nas reuniões da Sociedade da Etnografia e do Folclore. É o próprio Lévi-Strauss que destaca a ação e iniciativa de Mário de Andrade:

*“Quando cheguei ao Brasil, não havia muito tempo que existia na municipalidade de São Paulo um Departamento de Cultura. Tratava-se de uma grande inovação, pois até então as autoridades brasileiras não se preocupavam muito com a cultura. Este departamento tinha muitas seções e Mário chefiava uma delas. Esta iniciativa constituía uma alternativa à nova universidade, fundada por grandes notáveis, para a qual eu ali estava. Enquanto estes eram liberais, mas conservadores, o Departamento de Cultura representava a vanguarda.”* (trecho de entrevista concedida ao jornal *Libération*, publicada na *Folha de São Paulo*, em 16 de fevereiro de 1997, apud MAGNANI, op. cit., p. 101)

## **Duas instituições, diferentes visões**

Lévi-Strauss fez parte da leva dos intelectuais da missão francesa que fundaram a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, instituição que, ao lado de outro centro de pesquisa, a Escola Livre

de Sociologia e Política, abriu e desenvolveu, por meio do ensino e da pesquisa, uma reflexão sistemática sobre os desafios e rumos da sociedade brasileira que emergia das transformações dos anos 1930.

A ELSP, uma iniciativa da elite paulistana com vistas, entre outros objetivos, à modernização da gestão pública, foi em busca de profissionais norte-americanos e, por obra de um pesquisador da Escola de Chicago, Donald Pierson, logo superou a informalidade de uma fase inicial, dando início de forma sistemática a um programa de pós-graduação.<sup>1</sup>

A linha que terminou caracterizando sua produção foi a dos “estudos de comunidade”, de que são exemplos *Amazon Town: A Study of Man In the Tropics*, de Charles Wagley (1953); *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*, de Emilio Willems (1947); *Cruz das Almas: A Brazilian Village*, de Donald Pierson (1951), entre outros.

Assim, diferentemente da instituição que lhe serviu de base e inspiração, voltada para os problemas postos pelo então vertiginoso crescimento da cidade de Chicago, na ELSP foram vilas e pequenas cidades interioranas que constituíram os objetos das pesquisas: pode-se dizer que foi antes Robert Redfield (*Tepoztlan, A Mexican Village*, 1930) e não Louis Wirth, (*Urbanism as Way of Life*, 1938) quem deixou sua marca.

Na USP, porém, outra foi a orientação seguida. Sob a liderança intelectual de Florestan Fernandes, as principais referências teóricas foram de autores como K. Mannheim, G. Simmel, M. Weber, o que terminou produzindo uma polarização entre Antropologia e Sociologia – aquela, vista como restrita ao trabalho de campo nos moldes dos estudos de comunidade e esta, considerada mais afeita aos métodos quantitativos e quadros conceituais universalistas. No entanto, foi da interlocução entre essas duas instituições envolvendo professores, alunos, currículos acadêmicos – e das controvérsias que daí surgiram – que se constituiu o campo das Ciências Sociais em São Paulo.

A polêmica entre as duas posturas teórico-metodológicas, contudo, rendeu: durante a década de 1960 os rumos das diferentes Ciências Sociais começam a ser trilhados de forma independente. Dependência, subdesenvolvimento, classes sociais, proletariado e burguesia, ideologia – eis os temas e categorias que, na área da Sociologia, substituem as de totalidade, aculturação, integração,

<sup>1</sup> Cientistas sociais de renome na cena intelectual brasileira como Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Juarez Brandão Lopez, Gioconda Mussolini, Oracy Nogueira e até do exterior, como David Maybury-Lewis (posteriormente professor e investigador na Universidade de Harvard), entre outros, iniciaram seus cursos de pós-graduação na ELSP. (Cfr. Kantor; Maciel; Simões (org.), 2001).

adaptação, função, cultura, presentes nos textos até então pouco diferenciados, de ambas as disciplinas, no período anterior. A produção que deu a tônica, agora nesta década, não deixa lugar a dúvidas: *Sociedade de Classes e Sub-desenvolvimento* (FERNANDES, 1968); *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento* (MARTINS, 1968); *Desenvolvimento e Mudança Social* (LOPEZ, 1968) entre outros. Tratava-se de entender a implantação do sistema capitalista, suas consequências no sistema econômico, as forças que desencadeava nas relações de poder e as contradições que produzia e acirrava na estrutura social.

E a Antropologia? Além de suas áreas de interesse tradicionais – as populações indígenas e os estudos de comunidade – temas que não estavam, como os da Sociologia, no centro dos acontecimentos, começa a se voltar para questões mais ligadas à cidade de São Paulo: “Um Ginásio na Periferia de São Paulo”, de João Batista Borges Pereira (1965) e publicada em 1976 com o título *A Escola Secundária numa Sociedade em Mudança*; “Migração, Trabalho e Família: aspectos do processo de integração do trabalhador de origem rural à sociedade urbano-industrial”, tese de doutorado de Eunice Durham defendida em 1966 e publicada em 1973 com o título *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*; *Kardecismo e Umbanda* (1961), de Cândido Procópio Ferreira de Camargo, e *A Experiência da Salvação - Pentecostais em São Paulo*, de Beatriz Muniz de Souza (1969). No Centro de Estudos Rurais e Urbanos da FFCL da USP (1964), destacam-se as pesquisas de Maria Isaura Pereira de Queiroz e Olga von Simson sobre o carnaval.

## **A emergência da Antropologia Urbana**

Escola, religião, migração, festas urbanas - eis os temas a que os antropólogos não ligados às populações indígenas começavam a se dedicar. A cidade aparece como objeto de interesse, ao menos como cenário de processos de mudança cultural e social: assim, como dar conta das inúmeras questões e problemas postos, por exemplo, pelas levas de migrantes rurais que se dirigiam para a capital paulista? “Sobreviviam”, no meio urbano, suas tradições? Qual a função ou significado das religiões populares – umbanda e pentecostalismo – no processo de “adaptação” às condições de vida na cidade? Como e onde viviam os pobres, relegados às margens da sociedade urbano-industrial? No período seguinte é que tais questões serão objeto de um enquadramento inovador e de um maior número de pesquisas.

Com efeito, foi na década de 1970 que a Antropologia adquire maior espaço e visibilidade, não mais com pesquisas em pequenos núcleos urbanos, como ocorria nos estudos de comunidade, mas em grandes cidades. Como se sabe, foi a época dos chamados “movimentos sociais urbanos” quando, em razão do golpe militar de 1964, o foco da atuação política (e, em consequência, do interesse acadêmico) passou do militante ao morador, e dos partidos e sindicatos operários para associações de bairro localizados na periferia, a porção mais carente das cidades, em comparação com as áreas centrais.

Digna de nota foi a atuação das mulheres nesse processo, de início ofuscado pelas lutas que se desenrolavam tendo como cenário o pátio e os portões da fábrica: seu espaço era o cotidiano do bairro onde começaram a protagonizar movimentos na forma de abaixo-assinados por melhorias e equipamentos urbanos, tais como creches, iluminação pública, transporte coletivo etc. Em suma, o que reivindicavam era o “direito à cidade”, para usar a expressão de Henri Lefèbvre (1969).

À época, as antropólogas Ruth Cardoso e Eunice Durham começaram, de forma pioneira, a discutir com seus orientandos, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, quadros teóricos mais ampliados, com base em textos e modelos de análise de Richard Hoggart, do Centro Contemporâneo de Estudos Culturais da Universidade de Birmingham, além das obras de Antonio Gramsci, Michel Foucault, Manuel Castells, Jean Lojikine, entre outros. Foi neste ambiente, sensível a novas questões – a ascensão das chamadas minorias e dos movimentos sociais urbanos – e aberto a experimentos etnográficos, que a cidade de São Paulo se torna objeto da pesquisa antropológica de forma sistemática e inovadora.

Os temas e objetos centrais passaram, então, a ser: os moradores da periferia e suas estratégias e projetos de vida; religiões populares urbanas (umbanda, pentecostalismo, candomblé); comunidades eclesiais de base; cultura e festas populares; formas de lazer e entretenimento; movimentos feminista, negro, homossexual; representações políticas e participação em movimentos de bairro; estratégias populares de saúde, entre outros.

Diante dessa demanda, a Antropologia teve de haver-se com inusitados problemas de ordem teórico-metodológica pois, acostumada à pesquisa de grupos com fronteiras bem definidas e de dimensões que permitiam o uso de seu instrumental costumeiro, agora enfrentava-se com *movimentos*, com sujeitos de *práticas políticas*, numa *escala* e num contexto até então alheios a seu foco costumeiro de análise.

## Da periferia ao centro

É nesse quadro em que se situa minha pesquisa sobre espaços e práticas de sociabilidade, lazer e tempo livre da classe trabalhadora em São Paulo, tese de doutorado defendida na USP e publicada com o título de *Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade* (MAGNANI, 1984). Cabe ressaltar que este não era ainda um tema tido lá muito em conta; foi justamente a valorização do método etnográfico e a renovação do aparato teórico da antropologia que permitiram recortar objetos de pesquisa vinculados à dinâmica de regiões da periferia e ao modo de vida de seus moradores. Em meu caso específico o objeto inicial de estudo foi uma forma de dramaturgia praticada nos espetáculos circenses que compunha a rede de lazer no cotidiano dos bairros populares.

Digo inicial porque as categorias de análise que surgiram a partir dessa primeira experiência de campo logo foram transpostas para outros contextos: foi o que ocorreu com a categoria *pedaco*, que descreve uma forma particular de sociabilidade, a princípio no âmbito da vizinhança e posteriormente aplicada a regiões mais centrais da cidade. Em *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana* (MAGNANI, 2012), descrevo esse processo, que envolve outras categorias de análise.

Havia aí um desafio de fundo: como dar conta da complexidade das formas de convivência numa cidade como São Paulo a partir de uma disciplina, a Antropologia, cujos métodos e conceitos foram forjados ao longo do estudo de sociedades tribais – ou de pequena escala, como passaram a ser designadas – cuja forma de assentamento não era precisamente a cidade? Enquanto se estava na periferia, essa questão até que não incomodava, pois os círculos de vizinhança, os contextos de sociabilidade, as modalidades de cultura popular, a importância dos vínculos de parentesco de certa forma invocavam os *sets* clássicos da pesquisa antropológica. Mas e agora, no centro da cidade?

O desafio logo se transformou em hipótese de trabalho: talvez fosse justamente essa condição que dava à Antropologia um diferencial para captar aspectos não previstos por outros enfoques, que buscavam entender a dinâmica urbana a partir de variáveis econômicas, demográficas, político-institucionais.

Em contraposição a essa perspectiva, que classifiquei “de fora e de longe”, pois encarava a cidade mais como resultado de interesses e decisões no plano macro do que da ação dos atores sociais concretos, propus o olhar da etnografia, “de perto e de dentro”, com ênfase justamente nesses atores



sociais e no exercício de suas atividades cotidianas na trama urbana – trabalho, lazer, religiosidade, participação política e associativa.

Havia, contudo, um perigo, que denominei de “a tentação da aldeia”, ou seja, tentar reproduzir, na paisagem heterogênea das cidades contemporâneas, aquela situação de pesquisa idealmente associada ao método etnográfico – o pequeno grupo, os contatos face a face no interior de um bairro, de uma festa, de uma associação – negligenciando o contexto mais amplo onde essas relações se desenrolam.

O desafio que se colocava era o de evitar duas dimensões aparentemente antagônicas: perder-se no nível das particularidades ou considerar a cidade como uma totalidade integrada, imaginando ser possível realizar uma etnografia que contemplasse toda sua heterogeneidade. Para enfrentá-lo, fazia-se necessário discutir os recortes de pesquisa e as categorias de análise.

Nessa altura, o Núcleo de Antropologia Urbana, que eu acabava de instituir no Departamento de Antropologia da FFLCH/USP como um espaço de discussão com meus orientandos sobre suas pesquisas em andamento, já estava em campo: “Quando o campo é a cidade” era o título do capítulo de abertura da coletânea *Na Metrópole: textos de Antropologia Urbana* (1996), que reuniu algumas dessas primeiras incursões, em equipe, realizadas entre 1989 e 1990.

Desta forma, foram percorridas as *manchas* de lazer do Bixiga e da Rua Augusta, os *pedaços* de encontro e convivência de jovens na Galeria do Rock, os *trajetos* dos frequentadores do Cine Belas Artes, entre esta sala tradicional, considerada *cult*, e os demais espaços de lazer na confluência da Rua da Consolação com a Avenida Paulista – entre os quais o famoso bar Riviera; o *circuito gay* e o dos cinéfilos, articulando os pontos de encontro e os estabelecimentos voltados para esses frequentadores, e assim por diante. Cabe esclarecer que esses termos – *pedaço*, *mancha*, *trajeto*, *circuito* – fazem parte de um sistema de categorias desenvolvido justamente para dar conta da diversidade da metrópole e ao mesmo tempo das regularidades de uso do espaço urbano.

Eventos de grande porte como a Parada Gay na Avenida Paulista, a Virada Cultural no centro da cidade, assim como outros mais tradicionais, como a festa de Nossa Senhora de Achiropita, no bairro do Bixiga, a feira do vão do MASP e da praça Benedito Calixto, em

Pinheiros, saídas de *iaô* em terreiros de candomblé, torneios de futebol de várzea, torcidas organizadas – entre tantas outras manifestações constituíram temas e objetos de interesse para pensar a dinâmica e a vitalidade desta cidade, instituindo o que veio a ser denominado de Antropologia *na* cidade <sup>2</sup>. Eunice Durham, uma das formadoras dessa linhagem em São Paulo, esclarece:

*“Esse tipo de investigação [com populações urbanas] tem uma longa tradição na antropologia brasileira. E, desde o começo, trata-se menos de uma antropologia da cidade do que de uma antropologia na cidade. Isto é, não se desenvolveu no Brasil uma antropologia urbana propriamente dita, nos moldes em que foi iniciada pela escola de Chicago, uma tentativa de compreender o fenômeno urbano em si mesmo. Ao contrário, trata-se de pesquisas que operam com temas, conceitos e métodos próprios da antropologia, mas voltados para o estudo de populações que vivem nas cidades. A cidade é, portanto, antes o lugar da pesquisa do que seu objeto.”* (op. cit., p. 361-362)

Não se trata, contudo, de um cenário já dado, onde os atores desenvolvem suas práticas. Na verdade a paisagem urbana é o resultado dessas práticas e das intervenções ou modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliário urbano, eventos etc.) em sua complexa rede de trocas. Tal resultado, sempre em processo, constitui, por sua vez, um repertório das possibilidades que, ou compõem o leque para novos arranjos ou, ao contrário, surgem como obstáculos.

Numa outra vertente, que em contraposição a esta veio a ser chamada, como atesta a citação acima, de Antropologia *da* cidade, podem ser citadas as pesquisas voltadas para descrição e análise de espaços, equipamentos e processos bem delimitados na paisagem urbana como praças, condomínios fechados, *shopping centers*, processos de *gentrification* no centro da cidade, padrões de implantação de grandes templos neopentecostais ao longo de eixos viários e em determinados bairros, o deslocamento de empreendimentos imobiliários de alto padrão na direção sudoeste da cidade etc.

Não obstante a impressão de fragmentação que este panorama pode dar, cabe ressaltar que perspectivas mais abrangentes, ou modelos de análise mais gerais – ao menos no caso da Antropologia – só cobram relevância se baseadas em pesquisas de campo, com recortes bem

<sup>2</sup> Cabe mencionar a existência no NAU de um acervo de mais de 700 trabalhos, resultado de relatórios finais apresentados por alunos de graduação na disciplina Pesquisa de Campo em Antropologia, que ministro no Curso de Ciências Sociais da FFLCH da USP desde 1988. Acresça-se a lista de 26 dissertações de mestrado, 11 teses de doutorado e 54 relatórios de Iniciação Científica por mim orientados, e se terá um alentado espectro de temas, recortes e quadros de referência no campo da Antropologia Urbana sobre a cidade de São Paulo, em sua ampla maioria.

precisos: esta é sua forma de operar, com base na aplicação do método etnográfico. A própria dicotomia apontada mais acima, se Antropologia *da* ou *na* cidade, tende a diluir-se justamente na medida em que seus recortes se articulam e apontam para campos de reflexão mais amplos, em torno de linhas temáticas comuns.

Para fechar esse item, pode ser interessante apresentar, como exemplo, uma prática que problematiza a outra dicotomia, a de “centro versus periferia”: trata-se da chamada “cultura de periferia”. Para além da esporádica notícia em algum jornal sobre um *show* de *rap*, uma apresentação de *hip-hop*, do lançamento de mais um volume da “literatura marginal” etc., cabe reconhecer que essas manifestações se articulam em *circuito*, e não só no campo da música ou da literatura, mas também do vídeo, artes plásticas, cinema, teatro, culinária, moda.

Cada uma dessas modalidades, com sua retórica própria, mobiliza determinados temas que terminam por constituir uma estética particular, a chamada “estética de periferia”, num movimento em que o termo passou de *estigma* a sinal de *distinção*: trata-se de uma forma de sociabilidade na “quebrada”, categoria nativa que evoca a de *pedaço* e traz uma conotação tanto de pertencimento como de perigo. Pois, reconhecer alguém como da mesma “quebrada” significa localizá-lo numa rede bem concreta de relações e, ao mesmo tempo, como participante de uma condição geral de vida, marcado, sim, pela violência, mas também pela disposição em enfrentar as dificuldades por meio de determinadas normas de “proceder”.

Sua disseminação e diferenciação – inclusive com o emprego de tecnologia digital que viabiliza e torna mais acessível a produção – faz com que experimentos individuais e localizados entrem em contato, façam trocas, se comuniquem e se influenciem mutuamente: ou seja, constituam um *circuito*. Esse processo se dá principalmente nos mais de sessenta “sarau da periferia” espalhados pela cidade, ao longo dos quais transitam pessoas, ideias, textos, equipamentos, com propostas originais, algumas de afirmação étnica explícita, outras de renovação estética, outras ainda de gênero.

E se algumas destas iniciativas se servem de equipamentos públicos, como o Samba da Vela, na Casa de Cultura de Santo Amaro, muitas delas, a exemplo da Cooperifa, funciona em espaços pouco afeitos a práticas consideradas culturais, como botecos, lajes, becos e esquinas. O termo “sarau” não deixa de constituir uma referência irônica às

sofisticadas reuniões da elite em ambientes refinados e exclusivos. Mas esse *circuito* não se circunscreve à periferia propriamente dita: instituições localizadas em regiões centrais da cidade como as ONGs “Ação Educativa” e “Instituto Pólis”, o Centro Cultural São Paulo, algumas sedes do SESC, entre outras, fazem parte dos *trajetos* que seus produtores percorrem em busca de parcerias para viabilizar suas propostas e de espaço para suas apresentações.

\*\*\*

Enfim, esta é a São Paulo que emerge da prática da Antropologia – ao menos na forma como no NAU se entende essa disciplina e aplica seu método – numa cidade que, dadas a escala e complexidade de seu sistema produtivo, das desigualdades sociais, diversidade cultural e problemas propriamente urbanos – não se deixa apreender em sua totalidade. Isso, no entanto, não significa embarcar no extremo oposto: um mergulho na fragmentação. Se não se pode delimitar uma única ordem, isso não significa que não há nenhuma; há ordenamentos setorizados; há recorrências, regularidades. Daí a estratégia metodológica que procura identificar as experiências e arranjos construídos, disputados e compartilhados pelos atores sociais em seus *pedaços, trajetos, manchas e circuitos*, vividos por eles como “unidades de sentido” e percebidas pelo investigador como “unidades de inteligibilidade” (AUGÉ, 1994).

Para outros enfoques, trata-se de uma “cidade global”, inserida num “sistema mundial” (MONGIN, 2009; SASSEN, 1998; BORJA, 1995) em virtude, basicamente, de sua importância econômica e das relações que estabelece no mundo globalizado. É também uma cidade cosmopolita, por onde circulam pessoas, mercadorias, recursos, onde se oferecem serviços de ponta e testam-se inovações, ocorrem eventos internacionais e que, por isso mesmo, oferece a seus moradores e visitantes uma das faces de seu cosmopolitismo: é uma cidade de oportunidades e trocas.

Trocas, no mais amplo sentido: de objetos, mercadorias e serviços, sim, mas também e principalmente de símbolos, valores, experiências, histórias. Este atributo, entretanto, não é resultante apenas de suas dimensões ou de sua importância em termos econômicos, mas de um conjunto mais complexo de fatores – históricos, demográficos, políticos, culturais. Nas palavras do antropólogo Ulf Hannerz: “[...] *um cosmopolitismo genuíno é antes de mais nada uma orientação, uma disposição para entrar em contato com o Outro. Implica uma abertura intelectual e*

*estética em direção a experiências culturais divergentes, uma busca por contrastes, mais do que por uniformidades” (1996, p. 103).*

Concluo este texto com o final (algo editado) do balanço sobre a experiência da “Expedição São Paulo 450 anos – uma viagem por dentro da metrópole”, citada anteriormente. Se fosse para refazê-la, certamente novos elementos seriam observados e registrados, porém dentro dessa matriz que alia, ao mesmo tempo, a vocação cosmopolita da cidade com os arranjos dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais que nela vivem, sobrevivem, trabalham, circulam, usufruem de seus equipamentos ou deles são excluídos.

*“A variedade e complexidade dos arranjos dos moradores que nos receberam em suas casas, contaram suas histórias e deram suas opiniões, nos diferentes contextos de habitação, religiosidade, lazer e trabalho, mais o inevitável confronto com o olhar do colega de caminhada se impuseram, abrindo novos ângulos de observação.*

*Ao longo de uma semana foram visitadas favelas, grupos de RAP e HIP-HOP, clubes de futebol de bairro, escolas e núcleos de samba, locais de culto, telecentros, cooperativas, aldeias indígenas, instituições voltadas para a saúde, educação e cultura; a cidade foi vista de cima, no topo de um heliponto na avenida Paulista e do fundo da cratera produzida por um meteorito, em Vargem Grande, no extremo sul; foram percorridas as entranhas do metrô, as ruas do centro, as vielas de conjuntos habitacionais e de parques e até quadras de cemitérios.*

*O que mais surpreendeu, porém, não foi essa lista – certamente incompleta – mas o intercâmbio das funções: o clube de futebol que abriga uma escola, o cemitério que é apropriado como parque, o local de culto onde o RAPPER aprende a ler partitura musical, o espaço escolar que oferece lazer, a associação de moradores onde se faz artesanato e serve de convivência para idosos. Seus agentes sabem como operar essas passagens, abrindo caminho entre os meandros do poder público e das instituições privadas e até entre os perversos mecanismos da ilegalidade: neste caso o que garante a inevitável negociação é um conjunto de condutas conhecido e divulgado simplesmente como “procedimento”. Espécie de PASSE-PARTOUT, é um código que permite o contato e a convivência entre atores sociais separados por fronteiras infranqueáveis e sistemas de valores antagônicos.*

*A expedição não foi, porém, um alegre e descompromissado passeio: a violência e a sensação de insegurança, a desigual repartição de equipamentos e serviços públicos, a degradação ambiental etc. lá*

*estavam, não na forma de relatórios, gráficos e tabelas, mas em toda sua crueza, limitando o exercício de grande parcela dos moradores em seu pleno “direito à cidade”. No entanto, foram as respostas da população a tais condições que mais chamaram a atenção dos viajantes, e a imagem final que ficou foi a de uma cidade formada por MANCHAS e PEDAÇOS, atravessada por CIRCUITOS, TRAJETOS, separada por PÓRTICOS – em que estratégias de vida desenvolvidas num cenário complexo, duro, difícil, enfrentam dificuldades, mas também acenam com múltiplas possibilidades à sua realização. E são essas respostas – criativas, inesperadas – que teriam, finalmente, merecido lugar no acervo do Museu da Cidade, esperado ponto de chegada da ‘Expedição São Paulo 450 anos’.” (MAGNANI, 2004, p.102).*



JOSÉ GUILHERME CANTOR MAGNANI É DOUTOR EM CIÊNCIAS HUMANAS, PELA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FFLCH-USP), E PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA DESSA UNIVERSIDADE. AUTOR DE *FESTA NO PEDAÇO: CULTURA POPULAR E LAZER NA CIDADE; MYSTICA URBE; DA PERIFERIA AO CENTRO: TRAJETÓRIAS DE PESQUISA EM ANTROPOLOGIA URBANA* E CO-ORGANIZADOR DE *NA METRÓPOLE: TEXTOS DE ANTROPOLOGIA URBANA*. É COORDENADOR DO NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA URBANA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (NAU/USP - [HTTP://N-A-U.ORG/](http://N-A-U.ORG/)) E DE SUA REVISTA ELETRÔNICA *PONTO URBE*.











Repaisagem #14

Marcelo Zocchio

\*montagem sobre foto de Aurélio Becherini/Museu da Cidade-Casa da Imagem  
imagem retirada do livro *Repaisagem São Paulo*

# A Habitação Popular em São Paulo entre 1890-1940

MARIA AUXILIADORA DIAS GUZZO

Desde sua fundação no século XVI e até meados do século XIX, São Paulo permaneceu como uma pequena vila colonial, cujas funções mais expressivas concentravam-se num triângulo, delimitado em seus lados pelos conventos de São Francisco, São Bento e Carmo, sendo caracterizada por inúmeros observadores, até a chegada da ferrovia, como uma cidade de barro, erigida em taipa de pilão.<sup>1</sup>

No ano de 1867 entrou em operação a primeira estrada de ferro paulista, a São Paulo Railway, decorrência do desenvolvimento da economia cafeeira no Oeste Paulista, praticada em moldes capitalistas e propiciadora de enorme riqueza que resultou na urbanização e na industrialização da cidade e do estado de São Paulo em geral. A capital paulista até então acanhada e pobre, apresentada em 1860 como “cidade triste, monótona, quase desanimada”, teve vertiginosa expansão, passando a ser considerada em 1890 como “um centro industrial cada dia mais importante”.<sup>2</sup>

Se as elites empreendedoras, compostas por fazendeiros de café, comerciantes, industriais e banqueiros, buscaram alojar-se nas proximidades do centro econômico e administrativo da cidade de São Paulo, em áreas salubres e servidas por algumas melhorias urbanas, a massa de trabalhadores, proletariado urbano-industrial indiferenciado e pobre, localizou-se em áreas menos nobres, em regiões de várzea.

É bastante conhecida a constituição dos bairros operários e populares na capital do estado, que se tornava a “locomotiva” do desenvolvimento econômico nacional a partir de 1870, tendo alguns autores fornecido importantes elementos para a reconstrução histórica dos mesmos.<sup>3</sup>

O núcleo urbano de São Paulo se iniciara dentro de um maciço, espigão ou colina cercado por regiões de várzea, ribeirinhas (rios Tietê e Tamanduateí). Com o rápido processo de urbanização advindo dos crescentes lucros da economia cafeeira e início de atividade industrial

<sup>1</sup> TOLEDO, Benedito Lima de, *SÃO PAULO: três cidades em um século*. São Paulo: Cosac & Naify, Duas Cidades, 2004, 3ª edição, pp. 9-10.

<sup>2</sup> BRUNO, Ernani Silva, *MEMÓRIA DA CIDADE DE SÃO PAULO – Depoimentos de Moradores e Visitantes/1553-1958 – Publicação da Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, série “Registros”, nº 4, 1981, pp. 77-78 e pp. 103-108.*

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, e, principalmente, Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, São Paulo, Brasiliense, 1961, pp. 117-46, e Richard Morse, *Formação Histórica de São Paulo*, São Paulo, DIFEL, 1970.

mais expressiva, e com a constituição das estradas de ferro, as regiões de várzea foram sendo incorporadas ao centro, à cidade. Por volta de 1890 já se encontrava na capital uma divisão que será acentuada e definida nas duas primeiras décadas do século XX: na sua parte alta, no maciço, os bairros mais ricos, e na parte baixa, na várzea, os bairros operários/populares, pobres e insalubres.

A própria localização espacial da relação capital/trabalho, suporte material das interações entre classes dominantes e classes dominadas, possibilitara esse tipo de configuração, que, aliás, não é característica específica da cidade de São Paulo.<sup>4</sup>

Os bairros dos trabalhadores eram, em geral, bairros mistos, de residências operárias e indústrias. Os industriais permutavam terrenos com a municipalidade ou compravam os terrenos de várzea, a baixo preço. A escolha de locais para o estabelecimento das indústrias e fábricas obedecia a certas invariantes ou “lógica”: locais onde o preço do terreno era mais baixo, próximos de estradas de ferro para embarque e desembarque – caso do Brás, notadamente o maior, o mais antigo e importante bairro operário da capital –, razoavelmente servidos de “transporte” para a locomoção da classe trabalhadora etc. Por outro lado, o baixo preço dos terrenos da várzea até meados da década de 1910 – 1915, mais ou menos – fazia o loteamento e a construção de residências humildes nestes locais um negócio altamente lucrativo, fixando-se neles o operariado, o “trabalho”. Portanto, os industriais e negociantes ou buscaram situar os operários próximos às fábricas e aos seus estabelecimentos ou, inversamente, colocaram os empreendimentos e indústrias em locais densamente habitados pela população mais pobre em função dos preços mais favoráveis das habitações dos bairros de várzea ou de bairros altos, mas distantes, sem quaisquer melhoramentos – o bairro da Casa Verde constituía à época um dos exemplos.<sup>5</sup>

Os bairros de trabalhadores e classes populares, mais antigos, foram o Brás e a Mooca, Belém, Belenzinho e Pari na “zona” leste da cidade; Barra Funda, Bom Retiro e Bela Vista, na área mais central; trechos da Lapa, Água Branca, na região oeste; além do Cambuci e Ipiranga – no sudeste, todos eles se configurando como bairros industriais e populosos.<sup>6</sup>

Descritos de modo variado ao longo do tempo, tais bairros apresentavam condições materiais e um modo de vida bem diferenciados daqueles

<sup>4</sup> HARDMAN, Francisco F./LEONARDI, Victor, *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo, Global, 1982, pp. 194-196.

<sup>5</sup> GUZZO, Maria A. Dias. *A Vida Fora das Fábricas – Cotidiano Operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 1987, pp. 17-18.

<sup>6</sup> GUZZO, Maria A. Dias. *Idem*, *ibidem*.

das áreas mais afluentes da capital paulista, apontando-se, em geral, as suas deficiências, precariedades, problemas, e seus aspectos semelhantes: ruas inteiras de casas feitas em série, habitações pobres, habitações coletivas, pequenas oficinas, fábricas modestas ou de grande porte, comércio de humildes dimensões, sistema deficiente de águas e esgotos, infraestrutura urbana praticamente inexistente etc.

Elogiando a atividade industrial no centro urbano paulistano da década de 1890 e enumerando as fábricas existentes no Bom Retiro, no Brás, na Vila Mariana, na Água Branca, o carioca Henrique Raffard, autor de notas sobre São Paulo, publicadas inicialmente no *Diário do Comércio* do Rio de Janeiro, não deixava de mencionar os problemas desses locais:

*“O Bom Retiro é, por assim dizer, exclusivamente habitado por famílias de operários, que compreendem uns 4 mil indivíduos...É de lastimar que não se tenham melhor preparado os terrenos do Bom Retiro para evitar que águas pluviais fiquem retidas em alguns lugares e também podia ter havido melhor direção no alinhamento de algumas construções.”*<sup>7</sup>

Bem mais pessimista, enfática e contundente constituiu a visão apresentada pelo jornal diário em língua italiana *Fanfulla* em um conjunto de reportagens publicadas ao findar da mesma década – 1899 – em que se criticava as condições de vida nos bairros pobres da cidade, habitados majoritariamente por imigrantes italianos, como no Brás, Barra Funda e Bela Vista – o Bexiga. Comentando os fundões do Brás, um dos cronistas insistia “nas ruas feias, cheias de lama, sujas, fétidas, impraticáveis”, tanto aquelas despovoadas, como as habitadas, nas quais ao limo e ao lixo, juntavam-se as águas servidas e calçamento insuficiente o que obrigava as pessoas, em dias de chuva e mesmo de sol, a transitar descalças, com as saias ou calças levantadas até o joelho. Concluía então aquele observador:

*“Esta a razão pela qual no Brás têm sede predileta, endêmica, a escarlatina, a varíola, as febres palustres, as febres tifoides e vários outros benefícios do Senhor...”*<sup>8</sup>

Se no velho Brás admitia-se que pelo menos as ruas principais eram bem calçadas, não faltando nem cloacas, nem água corrente limpa, nem calçadas, apesar da iluminação medíocre, na Barra Funda, atestava-se uma carência total:

<sup>7</sup> BRUNO, Ernani Silva, *Memória da Cidade de São Paulo*, op. cit., p. 105.

<sup>8</sup> “Da S. Paulo a S. Paulo e Vice-Versa – Al Braz”, *Fanfulla*, 14 mar. 1899, p. 2. In PINHEIRO, P. S./HALL, M. (org.) *A Classe Operária no Brasil 1889-1930 – DOCUMENTOS, Vol. II*, SP, Brasiliense/FUNCAMP, 1981, p. 25; pp. 23-25.

*“Na Barra Funda, ao invés, falta tudo. Até nas ruas principais não há um metro de calçamento, nem um plano de calçada, nem um conduto subterrâneo, nem, enfim, um cano para água corrente que não esteja roto. Como resultado, a natureza, por conta própria, cavou fossas que margeiam os canais, o que levou os habitantes a construírem pequenas pontes primitivas para entrar na própria casa. Os carros ficam plantados no meio das ruas, reduzidas a leitos de torrentes, motivo pelo qual acontecem desgraças com certa frequência [...] as latrinas são em forma de buracos sem saída. E quando estão cheias são cobertas por pouca terra e não se abrem novas; o ar se torna pestilento e as febres dominam. A água que se bebe é impura e tem uma cor amarelada.”<sup>9</sup>*

Nas primeiras décadas do século XX, ao longo das décadas de 10 e de 20 e inícios da de 30, os trabalhadores industriais e urbanos ainda ocupavam massivamente esses bairros antigos, e outros ainda distantes, como a Penha, que se configurava como bairro operário, trechos do bairro de Pinheiros, áreas deterioradas do centro etc. Há indícios de que no princípio dos anos 30, os operários industriais concentravam-se principalmente no Brás e na Mooca; provavelmente um pouco melhor remunerados, com maior tempo na capital paulista, esses trabalhadores beneficiavam-se das pequenas melhorias na infraestrutura urbana desses bairros, então mais integrados ao centro.

Em 1935, em uma pesquisa que se propunha investigar o “nível social de São Paulo”, chegava-se à conclusão da existência de zonas sociais típicas na capital do estado<sup>10</sup>. Embora pelos seus critérios não se consiga distinguir muito bem os operários da massa urbana pobre da cidade, os bairros operários ou pobres seriam parte do Bom Retiro, Santa Cecília, Lapa, Butantã e mesmo pequena parte do Jardim América e Consolação, além de grande parte do Brás e bairros inteiros como Mooca, Pari, Belenzinho, Liberdade, Cambuci, Ipiranga, Casa Verde e Freguesia do Ó. Bolsões extremamente pobres poderiam ser encontrados em regiões de chácaras que começavam a ser loteadas, caso do Itaim, Ibirapuera, Saúde, Indianópolis etc. Uma “geografia” das classes era esboçada:

*“Servindo-nos da analogia com a topografia, podemos falar de zonas de nível social mais alto ou mais baixo, ou então, para nos cingir mais à nossa analogia, em ‘espigões’ e ‘baixadas’ do fenômeno. Ainda como na topografia, podemos igualmente representar a configuração social de várias zonas por meio de curvas de nível. Notaremos, desta forma, em nossa planta das zonas um espigão que atravessa a cidade no sentido*

<sup>9</sup> “A Barra Funda”, *Fanfulla*, 16 mar. 1899. In PINHEIRO, P. S./ HALL, M. (org.), op. cit., p. 25; pp. 25-26.

<sup>10</sup> “Ensaio de Um Método de Investigação do Nível Social de São Paulo pela Distribuição da Profissão dos Alunos das Escolas Públicas Primárias”, in *Revista do Arquivo Municipal*, Departamento de Cultura e Recreação, 1935, nº 23, pp. 189-206 (AESP). Outro ensaio apresenta dados aproximados: “Ensaio de Um Método de Estudo da Distribuição da Nacionalidade dos Pais dos Alunos dos Grupos Escolares da Cidade de São Paulo” in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura e Recreação, 1936, nº 25, pp. 189-206 (AESP) in GUZZO, M. A. Dias, *A Vida Fora das Fábricas*, op. cit., p. 19.

*aproximado Norte/Sul, seguindo a Cantareira, Santana, Luz, Centro e acompanhando a linha de comunicação com Santo Amaro. Este espigão mestre, na sua parte central, alarga-se em um grande chapadão cujos contrafortes para oeste seguem: um a linha das estradas de ferro São Paulo Railway e da E. F. Sorocabana, o outro tende para a zona do Butantã. Para leste o chapadão apresenta também dois contrafortes: o primeiro segue pela Mooca e Belenzinho e outro a sudeste abrangendo o Ipiranga. Pertencendo a este maciço e dele separado pela baixada social da Mooca, Vila Prudente, Tatuapé, Belenzinho e Pari, apresenta-se um pico isolado.”<sup>11</sup>*

<sup>11</sup> “Ensaio de Um Método de Investigação do Nível Social de São Paulo”, op. cit., p. 197, in GUZZO, M. A. Dias, *A Vida Fora das Fábricas*, op. cit., p. 19.

<sup>12</sup> “O problema da habitação: os cortiços”, *Fanfulla*, 3 de abril, 1913, in PINHEIRO, P. S./HALL, M., op. cit., p. 96-99. Várias fontes, de natureza diversa, apontam para o aumento abusivo nos preços de terrenos de várzea, das habitações populares em geral, além da insuficiência crescente de moradias em razão do crescimento da cidade, que se expandia rapidamente, no decorrer da década de 1910 – especialmente na segunda metade da mesma.

<sup>13</sup> *O Internacional*, 18/04/1927 (AEL).

<sup>14</sup> Ver, por exemplo, Francisco Figueira Mello, “Habitações Coletivas em São Paulo”, in *Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*, vol. IX, 3ª série, junho de 1926, nº 4, pp. 291-5 e *Anais do Primeiro Congresso da Habitação*, São Paulo, Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1931.

As condições estruturais dos bairros populares paulistanos não se alteraram substancialmente até a década de 1940, quando mudanças significativas passaram a marcar visivelmente a fisionomia da cidade de São Paulo como um todo.

Nos anos 1910, por exemplo, constatava-se que a cidade se vestia e enriquecia, pondo roupa nova no centro, mas que a situação nos bairros populares permanecia a mesma da virada do século, com poucos melhoramentos. Uma grande quantidade de cortiços no Brás ainda esperaria providências da administração municipal; observava-se que o cortiço no Brasil, bem como o *conventillo* na Argentina e em todos os outros lugares de língua castelhana, seria tradição trazida pelos primeiros povos colonizadores. Diagnosticava-se também uma insuficiência de moradias para abrigar a população pobre e o proletariado e apontava-se o aumento do preço do aluguel da habitação popular, que teria quase duplicado.<sup>12</sup>

Nos anos 1920, a avaliação social dos bairros populares e das habitações destinadas aos trabalhadores permanecia sombria. A imprensa operária indignava-se:

*“O pobre mora nos cortiços do Brás, Mooca, da Lapa, do Bom Retiro, em Vila Guilherme ou Vila Maria, que são atingidas pelas enchentes do Tietê todos os anos. Os bairros pobres são ‘calçados’ de poeira ou ‘asfaltados’ de lama quando chove...”<sup>13</sup>*

Porém, não foram apenas os pequenos jornais e a imprensa sindical e/ou operária os que criticaram as condições materiais dos bairros proletários e da habitação popular ao longo das décadas de 1920 e 1930. As diferentes fontes disponíveis para esse período reportaram um quadro bastante adverso: a habitação das classes populares e do operariado em São Paulo seria lastimável e insuficiente de todos os pontos de vista.<sup>14</sup>

Enquanto a capital paulista crescia e progredia, sendo comparada à cidade de Londres em 1914, elogiada por suas edificações e expansão em 1920, e igualada a Chicago em 1935 por visitantes e cronistas <sup>15</sup>, se conservavam aspectos dos bairros populares como o Brás e a Penha, onde a classe trabalhadora alojava-se em espaços pobres e insalubres. O ritmo de construções era intenso – prédios luxuosos e palacetes eram erguidos – porém, Lévi-Strauss registrava, ao lado do progresso, contrastes e mesmo pobreza urbana:

*“Pastagens estendem-se ao pé de edifícios em cimento, um bairro surge como uma miragem, avenidas rodeadas de luxuosas residências se interrompem dos dois lados de ravinas; uma torrente lamacenta aí circula entre bananeiras, servindo ao mesmo tempo de fonte e de esgoto para taperas de pau a pique, onde se encontra a mesma população negra que, no Rio, acampava no alto dos morros. As cabras correm ao longo das encostas.”* <sup>16</sup>

Os trabalhadores, igualados e homogeneizados por sua “condição operária” em diferentes fontes e em algumas estatísticas, eram em sua maior parte, entre 1890-1940, imigrantes e filhos de imigrantes de diversas nacionalidades – em São Paulo, predominaram os italianos, seguidos de perto por espanhóis e portugueses – havendo grupos representativos de outras nacionalidades europeias que buscaram nas Américas especialmente os EUA, a Argentina e o Brasil, economias em expansão, pelo menos até 1935.

Sabe-se que o maior fluxo de imigrantes europeus chegou ao Brasil e ao estado de São Paulo entre 1870-1920; de 1920 a 1935, a imigração asiática tornou-se mais relevante, sendo o imigrante japonês o elemento mais numeroso. Em 1935, a economia mundial em seu conjunto havia mudado e a economia brasileira, sem o mesmo ritmo da expansão anterior, já não exercia a mesma atração para os imigrantes; nesse ano, a lei de 2/3 obrigatórios de trabalhadores nacionais nos vários empreendimentos econômicos, bem como o estabelecimento do sistema de cotas de imigrantes por nacionalidade, também tornaram o fluxo imigratório menos intenso. <sup>17</sup>

De qualquer forma, até 1940, São Paulo foi vista por observadores como uma cidade “estrangeira”, onde, como pilheriam alguns, “se deveria estudar não as colônias estrangeiras, mas a colônia brasileira”. <sup>18</sup> A classe trabalhadora seria “estrangeira” mesmo entre 1930/1940 e a população dos bairros operários, “branca”, apresentando pequena percentagem de mulatos e negros (3%), de acordo com pesquisas feitas com 2.700 famílias no final dos anos 30. <sup>19</sup>

<sup>15</sup> GUZZO, Maria A. Dias – *A Vida Fora das Fábricas*, op. cit., p. 20.

<sup>16</sup> Claude Lévi-Strauss, “Cidade Selvagem como o são todas as cidades americanas (1935)”, in Ernani Silva Bruno, *Memória da Cidade de São Paulo*, op. cit., p. 191.

<sup>17</sup> GUZZO, Maria A. Dias – “*As Mil Faces de São Paulo*” in *História – Série Argumento*, São Paulo: SE/CENP, 1993, pp. 27-39; ver, especialmente pp. 29-32.

<sup>18</sup> ARAÚJO, Oscar Egídio de, “Enquistamentos Étnicos”, in *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1940, n° 65, pp. 227-46; p. 230. (AESP)

<sup>19</sup> LOWRIE, Samuel H., “O Elemento Negro na População de São Paulo” in *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1938, n° 48, pp. 5-56. (AESP)



O quadro de vida da população trabalhadora na capital paulista foi avaliado, desde 1890 e até o final da década de 1930, como insatisfatório e, inclusive, dramático, sob vários aspectos. Entretanto, a moradia popular foi avaliada como especialmente problemática, tendo sido sempre colocada, no período em análise, como uma questão socioeconômica premente.

Técnicos engenheiros reunidos em 1931 em São Paulo em um Primeiro Congresso da Habitação, realizado sob o patrocínio do Instituto de Engenharia de São Paulo, referiram-se acerca da habitação popular na cidade como um de seus problemas mais sintomáticos. Em termos sugestivos, críticos e taxativos, descreveram em cores fortes a moradia da classe trabalhadora, notando que em São Paulo a numerosa população operária habitaria “casinholas anti-higiênicas, sem ar, sem luz, sem conforto...”.<sup>20</sup>

Denunciando a omissão dos poderes públicos e o caráter duvidoso da iniciativa privada, mais interessada no ganho econômico do que na qualidade habitacional para as camadas pobres, insistiam:

*“Um dos aspectos mais dolorosos da questão proletária é sem dúvida o do alojamento precário, insalubre e quase sempre nojento que tem a maioria dos que formam as classes pobres. A falta de solução deste problema é um dos fatores principais da irritação e do desespero em que vive o proletariado. Neste ambiente cresce a inveja contra a sociedade que acha causadora de seu infortúnio e miséria.”*<sup>21</sup>

*“Além das oito horas, da proteção aos menores, da lei de férias e do acidente de trabalho, quase nada se tem feito para amparar e melhorar a sorte das classes obreiras...Um dos aspectos mais injustos da questão, sem falar na falta de hospitalização, creches, ambulatórios, escolas, parques, etc., é o descaso do Poder Público e da iniciativa privada para o problema da habitação operária. A classe média, entre nós, possui companhias imobiliárias como a Iniciadora Predial, o Lar Brasileiro...; entretanto, a classe pobre dos operários ainda não encontrou em São Paulo – o centro mais próspero do país – quem lhe proporcionasse a propriedade de casas econômicas.”*<sup>22</sup>

<sup>20</sup> *Anais do Primeiro Congresso da Habitação em São Paulo*, São Paulo, Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1931, op. cit., p. 347.

<sup>21</sup> Idem, pp. 142-3.

<sup>22</sup> Idem, pp. 51-4.

Os técnicos engenheiros, reunidos no congresso pioneiro de 1931, tentavam alertar os administradores da cidade, governantes e classes “produtoras” para a grave situação da habitação operária em São Paulo. Praticamente

todas as comunicações dos congressistas versavam sobre problemas da moradia do proletariado em São Paulo ou em outros grandes centros urbanos, como, por exemplo, o Rio de Janeiro. Usando comumente expressões como “espeluncas”, “cortiços sórdidos”, “casebres insalubres” para referir-se às casas dos operários, os engenheiros congressistas propunham soluções técnicas para o problema.

Tanto do ponto de vista técnico econômico, como do ponto de vista “humano” – “boas residências” para o operariado – as soluções consideradas ideais por esses estudiosos podem fornecer uma ideia do que seriam as condições precárias da habitação popular na cidade: casas de 28 a 48 m<sup>2</sup> no máximo, compostas de três cômodos (apartamento, cozinha e quarto de banho), com aluguéis a partir de 40 a 50 mil-réis, sendo que os aluguéis cresciam até 125 mil-réis quando mais um cômodo era planejado. Algumas vezes eram sugeridas casas sem paredes internas e com espaço mais exíguo, ressaltando-se sempre, no entanto, o fato de que teriam luz e ventilação suficientes, o que deveria ser raro nas moradias mais humildes. Aos operários que não pudessem despende uma determinada quantia (por volta de 50 a 60 mil-réis em 1931) para aluguel, aconselhava-se morar com parentes ou em habitações coletivas “a serem estudadas”.

Mas, como seria a habitação popular ou operária na cidade de São Paulo? Desde os fins do século XIX, mais precisamente 1890, a capital passou a apresentar como característica marcante tipos de habitação destinados especificamente à moradia da classe trabalhadora, em constituição no período devido ao crescimento da atividade industrial. Até fins da década de 30 e inícios da década de 40 no século XX, vilas, cortiços e porões constituíram habitação tipicamente operária e popular. Alojada principalmente em habitações coletivas, a população trabalhadora e pobre dificilmente conseguia morar em casas individuais independentes, de acordo com as fontes disponíveis para esse período.<sup>23</sup>

Na capital do estado de São Paulo, as vilas construídas próximas às indústrias, empreendimento de especuladores individuais, companhias construtoras e imobiliárias ou industriais (no caso, primordialmente destinadas para locação de mão de obra qualificada), constituíram ao lado de cortiços e porões negócio destinado a lucro bastante grande.

O poder público atuou durante todo o período analisado de forma bastante ambígua. Se no nível do discurso, através de seus diferentes

<sup>23</sup> GUZZO, Maria A. Dias – No Interior da Moradia Operária – São Paulo – 1890/1940. *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXXIII, São Paulo, USP, 1984 (Cinquentenário da Universidade de São Paulo 1934/1984), pp. 97-109.

órgãos, cogitou e discutiu o “problema da moradia operária” buscando soluções, em sua prática, porém, facilitou um investimento seguro do capital no negócio da habitação popular e/ou operária, garantindo um retorno altamente lucrativo, sem maiores considerações sociais e humanitárias.

Embora a primeira reflexão sistemática e abrangente sobre o assunto promovida pela Municipalidade date de 1931, com a promoção do já mencionado *Primeiro Congresso de Habitação de São Paulo*, em 1894, por exemplo, o Relatório do Intendente Municipal de São Paulo já continha descrição pormenorizada do exame e da inspeção das habitações operárias em um bairro da cidade. Por parte da União já havia legislação sobre habitação operária com o Decreto nº 2.047 e por parte do Município da Capital com a Lei nº 498, de 14 de dezembro de 1900. Anteriormente, por volta de 1897, já se encontravam leis destinadas a encorajar tanto companhias públicas como privadas a construir vilas operárias higiênicas nos terrenos mais baratos da periferia. O Serviço Sanitário do Estado de São Paulo chegou a realizar algumas inspeções em bairros de população operária na capital, como a levada a efeito no “distrito” de Santa Ifigênia durante os anos de 1925 e 1926.<sup>24</sup>

Configurando problema admitido pelo próprio poder administrativo da urbe paulistana, a habitação popular e operária através dos anos 1890-1940 foi descrita de muitas maneiras. Evidentemente existiram variações nesse tipo de moradia durante esse extenso espaço de tempo. A própria denominação de seus diferentes tipos correspondeu, em momentos diversos, a conteúdos distintos. Casinhas de fundo, longe das vistas da rua, dando para um pátio comum, consideradas como cortiço por volta de 1890, seriam apresentadas talvez como vilas, precárias sem dúvida, na década de 1930.

Desde os fins do século XIX, já se distinguiram tipos da habitação caracteristicamente popular: a casa como prédio independente e as habitações coletivas. Detalhadamente vistoriadas pela Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços de Santa Ifigênia entre 1893/1894, foram então assim descritos:

*“Há ainda a casinha, como prédio independente, com frente para a rua pública e apenas considerada como cortiço pelo seu destino e espécie de construção. Pequena e insuficiente para a população que abriga, não oferece garantia alguma pelo que respeita à higiene.*

<sup>24</sup> GUZZO, Maria A. Dias – No Interior da Moradia Operária – São Paulo – 1890/1940, op. cit. p. 98.

*O soalho sem ventilação e assentado sobre o solo, o forro sem ventilador, os cômodos pequenos e ainda subdivididos por biombos que os fazem ainda mais escuros, as paredes sujas e ferido o reboco que deixa perceber a má qualidade da alvenaria. No fundo uma área exígua, mal ladrilhada ou cimentada com um ralo para esgoto e uma latrina ordinária sem abrigo. A cozinha, quando não é ao lado da latrina, está assentada junto do aposento de dormir e, então, as condições de asseio são as mais precárias possíveis.”<sup>25</sup>*

As casas apresentadas, de um proprietário individual, situavam-se nas ruas General Osório e Santa Ifigênia, onde fechavam quarteirões por duas faces, havendo no interior desses quarteirões construções de um tipo ainda pior que se multiplicavam formando grandes cortiços, que, de acordo com os inspetores, deveriam ser interditados por sua péssima situação.<sup>26</sup>

As habitações coletivas, genericamente denominadas de cortiços, eram também apresentadas com cores vivas:

*“O cortiço ocupa comumente uma área no interior do quarteirão, quase sempre um quintal de um prédio onde há estabelecida uma venda ou tasca qualquer. Um portão lateral de entrada por estreito e comprido corredor para um pátio com 3 a 4 metros de largo nos casos mais favorecidos. Para este pátio ou área livre se abrem as portas e janelas de pequenas casas enfileiradas, com o mesmo aspecto, a mesma construção, as mesmas divisões internas e a mesma capacidade. Raramente cada casinha tem mais de 3 metros de largura, 5 a 6 de fundo e altura de 3 a 3m.50, com capacidade para 4 pessoas, quando muito.”<sup>27</sup>*

Havia diferenças entre o que se entendia por cortiço do “tipo normal”, como o exemplificado acima, e entre as casas de cômodos, os sobrados e prédios adaptados para habitação coletiva de operários, ou seja, entre as construções transformadas em “cortiços”, que no final do século XIX começaram a se tornar frequentes e que constituiriam os cortiços típicos nas décadas de 20, 30 e inícios de 40 no século XX. As condições dos prédios convertidos em cortiços por meio de divisões e subdivisões dos primitivos elementos eram piores do que as do cortiço “clássico”: no final do século retrasado foram avaliados como “[...] *meras casas de dormida a que se adicionavam alguns cômodos para uso comum, uma sala com vários fogões improvisados para gozo de todos, umas latrinas pessimamente instaladas e compridos corredores com iluminação insuficiente*”.<sup>28</sup>

<sup>25</sup> “Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ifigênia – 1893”, in *Relatório do Intendente Municipal*, São Paulo, Tipografia A. V. De Espíndola, Siqueira e Companhia, 1894, p. 47.

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>27</sup> Idem, p. 46.

<sup>28</sup> Idem, p. 47.

Mencionava-se na mesma época a existência do hotel/cortiço – espécie de restaurante onde a população trabalhadora sem família dormiria à noite em aposentos privativos ou comuns, de vendas que possuíam cômodos de fundo para aluguel e de “cortiços improvisados”, feitos de tábuas e cobertos de zinco, em geral nos fundos de depósitos de materiais de construção.

Para os inícios do século XX esse tipo de classificação da habitação das camadas populares em São Paulo ainda era válido. Vilas operárias saudáveis, isto é, cujas casas fossem “modernas, higiênicas e baratas para os operários”, eram consideradas aquelas cujas unidades possuísem de dois a três cômodos, com cozinhas e instalações exteriores, colocadas no quintal, no fundo. Em 1914, por exemplo, um grupo de construtores pedia concessão de terrenos ao governo do estado para a construção de vilas operárias, cujas casas deveriam ser construídas em grupos de pelo menos vinte:

*“a) Para pequena família, compostas de sala, um quarto, cozinha e tanque para lavagem de roupa, latrina e banho de chuva no quintal; b) para família maior, compostas de uma sala, dois quartos, cozinha e tanque para lavagem de roupa, latrina e banho de chuva, no quintal; c) casas apropriadas para armazéns, açougues, padarias, etc.”*<sup>29</sup>

Casas individuais ou de vilas com pequeno jardim à frente, às vezes com até cinco cômodos, apresentando cozinha em seu interior, representavam certamente o melhor tipo de habitação popular, mas, certamente, o tipo mais incomum e raro.

Mesmo a descrição de casas operárias, reproduzida a seguir, talvez seja otimista, embora as casas descritas fossem mais frequentes:

*“As casas são preferentemente alugadas, têm 5 m de frente, que se limitam com a rua, e 25 m de fundo; a frente é ocupada por uma janela e uma porta, a última iniciando um longo corredor de onde saem os quartos; no fundo situa-se a cozinha; o pequeno quintal de fundo abriga um tanque para a lavagem de roupa, espaço para a secagem da roupa, e a instalação sanitária.”*<sup>30</sup>

Vilas operárias de propriedade de industriais que ofereciam melhores condições aos operários ali residentes – padrão habitacional satisfatório e aluguéis mais baixos – foram mais comuns no interior do que na capital do estado de São Paulo até meados da década de 1930. No interior paulista várias indústrias haviam sido construídas

<sup>29</sup> *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, São Paulo: Tipografia B. de ROTHSCHILD e Companhia, n. 8 e 9, 1914, p. 447.

<sup>30</sup> CARONE, Edgard – *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo/Rio, DIFEL, 1979, p. 11.

longe de povoações ou municípios, necessitando, por isso, erguer vilas operárias para moradia de seus trabalhadores. Com o fito de fixar o operariado junto à fábrica, os industriais – na maioria, grandes industriais – ofereciam à força de trabalho algumas facilidades, para que permanecesse na produção e não optasse pelo caminho da capital.<sup>31</sup>

Entre outras, as Fábricas Votorantim e Rawlinson Müller e Cia., a *Carioba*, têm sido destacadas como exemplo de promoção de habitação mais satisfatória e econômica para seus empregados no interior de São Paulo.

Localizada nas proximidades de Sorocaba – a seis quilômetros de Sorocaba e a cento e quinze de São Paulo – as instalações para as máquinas da Votorantim foram construídas no início do século XX, mais ou menos em 1904. A indústria teve que construir na época uma linha férrea particular para comunicar-se com a localidade e praticamente edificou uma “cidade” operária para a moradia do operariado. Em 1913, teria acomodações para três mil operários, possuindo jardins públicos, clubes, escolas, lojas e iluminação elétrica; em 1919, alguns anos mais tarde, a fábrica e a vila industrial foram descritas elogiosamente, ressaltando-se o fato de que as famílias operárias podiam economizar com a redução das despesas de aluguel, tendo, portanto, casas melhores e mais baratas do que o proletariado da capital paulista.<sup>32</sup>

A *Carioba*, existente desde o início do século XX e situada a três quilômetros da cidade de Americana, também constituiu exemplo de grande indústria, que, localizada no interior do estado de São Paulo, foi obrigada a oferecer a seus operários algumas facilidades para que se fixassem no local de trabalho. Em 1913, o estabelecimento dava trabalho a quinhentos e vinte operários, em sua maioria, italianos, que habitavam vilas de propriedade da indústria. As vilas, constituídas por cento e quarenta e duas casas naquela data, foram enaltecidas por suas qualidades. As casas seriam “confortáveis e edificadas com os requisitos da mais rigorosa higiene”; as ruas e grande parte das casas seriam iluminadas à luz elétrica, contando o empreendimento com escola, salão para palestras ou bailes etc.<sup>33</sup>

Poder-se-ia multiplicar os exemplos de indústrias ou empresas agrícolas de porte considerável que no interior do estado de São Paulo ofereciam vilas para habitação de seus trabalhadores durante as primeiras décadas

<sup>31</sup> GUZZO, Maria A. Dias – Cotidiano de Trabalhadores na República – São Paulo – 1889/1940. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, Coleção Tudo é história, nº 130, p. 33.

<sup>32</sup> GUZZO, Maria A. Dias – idem, pp. 34-35.

<sup>33</sup> GUZZO, Maria A. Dias – Cotidiano de Trabalhadores na República – São Paulo – 1889-1940, op. cit. pp. 35-36.

do século XX: a Companhia Fiação e Tecidos São Bento e a Fábrica Japy, localizadas em Jundiá, a Companhia Agrícola e Pastoril do Banharão (Vila Doro), a Fábrica de Tecidos São Paulo, situada em Itu, a Companhia Salto Fabril, estabelecida em Salto de Itu etc. Companhias ferroviárias, como a Companhia Paulista, não apenas construíram vilas para os ferroviários; a Paulista também facilitou a criação de cooperativas de consumo, de escolas de aprendizagem profissional e de um fundo especial de pensões dentro de princípios “paternalistas” de dominação. Aliás, a pequena imprensa operária das décadas iniciais do século passado denunciou muitas vezes problemas com as moradias operárias do interior paulista e o controle social que representavam para o proletariado ali alojado.<sup>34</sup>

Na cidade de São Paulo, algumas indústrias de grande porte também construíram vilas operárias junto às suas instalações, com o intuito, entretanto, de reter principalmente o operariado mais qualificado na produção; casos notórios foram o da Antártica, o da Clark, da Silex etc. Destinadas prioritariamente aos mestres e contramestres, operários especializados que era necessário controlar e conservar, tais vilas erguidas por grandes industriais não foram iniciativa muito frequente na capital paulista pelo menos até o final da década de 1930: não havia premência em fixar a abundante força de trabalho não qualificado junto às fábricas e locais de trabalho.

Algumas outras indústrias da capital construíram vilas para seus trabalhadores por se situarem em bairros distantes ou para auferirem lucros com os aluguéis relativamente elevados pagos pelos trabalhadores. Por exemplo, Vidraria Santa Marina, Cotonifício Rodolfo Crespi, Cigarros Sudan, Chapéus Ramenzoni, Companhia Lacta, a Companhia Falchi, que teria inclusive dado origem ao bairro paulistano de Vila Guilherme.<sup>35</sup>

Algumas vilas, tombadas pelos patrimônios históricos, estadual e municipal, em São Paulo, constituem símbolos de iniciativas diferenciadas em relação à habitação na cidade. Preservadas até os dias atuais, representam bases materiais de modos de vida e usos socioculturais significativos na configuração da metrópole paulistana.

A vila operária Maria Zélia, de propriedade dos Street e mais tarde dos Scarpa, grandes industriais têxteis nos primeiros decênios do século XX, tornou-se famosa e foi constantemente apontada como exemplo a ser seguido por outros empresários. Concebida pelo arquiteto francês Paul Pedarrieux, a vila constituía uma ‘cidadela

<sup>34</sup> GUZZO, Maria A. Dias, *idem*, pp. 36-39.

<sup>35</sup> GUZZO, Maria A. Dias, *idem*, pp. 24-26.

operária' fechada, com escola, creche, igreja, clube, campo esportivo etc., que formavam conjunto com a fábrica, sendo seu prolongamento. Portanto, um pequeno mundo autossuficiente, extensão do universo fabril; extremado modelo de controle social sobre o operariado, o conjunto chegou a servir de prisão no período do Estado Novo.<sup>36</sup> Mesmo a Vila Maria Zélia, cuidadosamente analisada em estudo recente, alcançou apenas uma pequena parcela de trabalhadores, especializados e selecionados, segundo critérios de conduta moral e habilidade profissional.<sup>37</sup>

Já no caso da Vila Economizadora e da Vila dos Ingleses, o objetivo transcendeu o âmbito especificamente operário. A primeira foi um empreendimento da Sociedade Mútua Economizadora Paulista, uma Caixa de Pensões Vitalícias, e era destinada, também, a setores sociais médios, além de oferecer casinhas simples para trabalhadores, de padrão designado como "operário" – setenta e uma unidades, com sala, quarto, cozinha e latrina externa. A segunda, de propriedade do engenheiro Eduardo de Aguiar d'Andrada, foi por ele projetada e construída entre 1915-1919, para aluguel; serviu para abrigar profissionais e engenheiros ingleses, então ocupados nos trabalhos da estrada de ferro São Paulo Railway.<sup>38</sup>

As fontes sobre a moradia popular e operária acabaram por reiterar continuamente o alto custo e o baixo padrão habitacional da gente pobre e trabalhadora da Pauliceia que cresceu imensamente entre 1890 e 1940. Vilas, cortiços e porões – em geral, porões de velhos prédios usados para habitação de famílias operárias que possuíam, muitas vezes, piso de terra batida, com apenas uma abertura para entrada de seus habitantes e para iluminação e ventilação do local – permaneceram constantes na paisagem urbana paulistana da época.

Entre 1925/1926 constatava-se:

*“Nesses cortiços não moram, amontoam-se os pobres seres, em telheiros de zinco, em porões, nos quais seres irracionais não ficariam! E o preço exorbitante desses pardieiros! E a escala ascendente de seus aluguéis, sem uma lei que coíba essa extorsão abusiva em que a ambição dos proprietários corre parrelha com a ganância em tirar proveito dos menores recantos de suas propriedades. Pois, encontramos em um cortiço, num só cômodo, reunidas a cozinha e a privada! E note-se que visitamos um bairro relativamente central, em que as condições de vida não são de todo, más. ...o que nos estará reservado lá para os bairros do Brás, Bexiga, com menor fiscalização, maior aglomeração, maior miséria.”*<sup>39</sup>

<sup>36</sup> GUZZO, Maria A. Dias – *Cotidiano de Trabalhadores na República – São Paulo – 1889/1940*, op. cit., pp. 25-26.

<sup>37</sup> RODRIGUES, Marly – *A Vila Maria Zélia, in Guia de Bens Culturais da Cidade de São Paulo.*/Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: Imprensa Oficial, 2012, p. 286.

<sup>38</sup> GUZZO, M. A. – Vila Economizadora, in *Guia de Bens Culturais da Cidade de São Paulo.*/Departamento do Patrimônio Histórico, op. cit., p. 118; Vila Dos Ingleses, idem, ibidem, p. 117.

<sup>39</sup> MELLO, F. Figueira – “Habitações Coletivas em São Paulo”, op. cit. p. 295.



Pesquisas feitas com famílias operárias da capital paulista em 1932, 1933, 1934, 1937 e 1938 insistiram em retratar o mesmo quadro sombrio no que tangia à sua moradia, reportando minuciosamente a precariedade das habitações coletivas, seu custo excessivo e o mau sistema adotado em São Paulo para contornar o problema, tanto por parte do setor público como por parte do setor privado.<sup>40</sup>

Os poderes públicos e agentes sociais como engenheiros, médicos, higienistas, educadores preocupavam-se com questões morais e com o aperfeiçoamento físico da “raça”, julgando ser a habitação coletiva e deficiente do proletariado em São Paulo um obstáculo ao desenvolvimento econômico, à estabilidade política, ao “saneamento racial”. Fora dos meios operários, a habitação popular foi vista como fonte de tuberculose, alcoolismo, como geradora de ódio e inveja contra a sociedade, como ambiente desastroso para as mulheres e a infância, como formadora de péssimos hábitos, que prejudicavam a disciplina nas escolas e o trabalho nas fábricas e oficinas.

Embora os tons dos discursos dos poderes estabelecidos e dos técnicos tenham variado ao sabor das correntes hegemônicas de pensamento no decorrer da época analisada, com ênfase decidida na eugenia e no aprimoramento racial/nacional durante as décadas de 1920 e 1930, houve uma constante atenção com o reerguimento físico e moral da classe operária, que cumpria disciplinar e regenerar para o trabalho e para uma aceitação sem conflitos da ordem urbano-industrial que, em São Paulo, tinha peso social crescente.

A apreensão com as gerações futuras de trabalhadores também se colocava, uma vez que “doentes e raquíticos” constituiriam, como adultos, “maus operários e maus elementos e conseqüentemente revoltados e indolentes”. Os ideais eugênicos ligados aos ideais da produtividade e do trabalho justificaram os inúmeros estudos realizados e as soluções propostas em prol da habitação sã e higiênica, bem como da proteção da infância pobre e operária nas primeiras décadas do século XX.

Os projetos de dominação das elites sobre o vasto proletariado da metrópole, que se industrializava a passos largos, não se restringiram, portanto, ao âmbito da produção, mas buscaram alcançar as várias esferas do cotidiano popular e operário. À medida que a “habitação pobre e operária” se colocou, potencial e efetivamente, como ameaça para a ordem social e foco de tensão e conflito em São Paulo, tornou-se objeto do discurso do poder, em muitas de suas dimensões. Paradoxalmente, a moradia das classes trabalhadoras,

<sup>40</sup> GUZZO, Maria A. Dias – No Interior da Moradia Operária– São Paulo – 1889/1940, op. cit., pp. 102-106.

que se havia configurado por força dos interesses do capital, transformou-se em “questão momentosa”, cujas intenções de controle social não conseguiram permanecer ocultas no passado e tampouco aos olhos do presente.

Cumprir notar que a ocupação das “zonas rurais e semirurais” (periferias) pelo proletariado urbano em São Paulo, notadamente a partir do final da década de 1930 e virada dos anos 40, em virtude da progressiva valorização das áreas ou bairros mais centrais, não ocorreu de acordo com planos racionais e técnicos sonhados e propostos por estudiosos. Em vez das “cidades jardins”, dos “bairros jardins”, das “habitações econômicas”, foram aparecendo nos arredores paulistanos dezenas de casebres e casinhas insalubres em terrenos muitas vezes alagadiços. A “dispersão” espacial da classe trabalhadora na cidade finalmente se iniciava pelo “confinamento” do operariado em locais cada vez mais distantes, onde nem a qualidade nem o preço das moradias populares se alteraram substancialmente. Entretanto, o processo de crescimento urbano e da habitação popular adquiriu outras dimensões históricas a partir da década de 1940.



MARIA AUXILIADORA DIAS GUZZO NASCEU NA CIDADE DE SÃO PAULO, EM 1946. É BACHAREL E LICENCIADA EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) E MESTRE EM HISTÓRIA SOCIAL PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). FOI PROFESSORA DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA E PRIVADA DE SÃO PAULO, ENTRE 1971-1975 E ENTRE 1978-1982. FOI PROFESSORA DE ENSINO SUPERIOR ENTRE 1984-2006, NA FAI (FACULDADES ASSOCIADAS IPIRANGA) E NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUCSP). TRABALHOU COMO HISTORIADORA DO CONDEPHAAT – SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE SÃO PAULO, ENTRE 1982-1995. TEM VÁRIOS ARTIGOS E LIVROS PUBLICADOS SOBRE HISTÓRIA DO BRASIL. ATUALMENTE É PROFESSORA DO CURSO *LATO SENSU* EM HISTÓRIA NA PUCSP – COGEAE, HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA, MINISTRANDO AULAS NA ÁREA DE TEORIA DA HISTÓRIA.









Repaisagem #16

Marcelo Zocchio

\*montagem sobre foto de Aurélio Becherini/Museu da Cidade-Casa da Imagem  
imagem retirada do livro *Repaisagem São Paulo*

# Construção da Nação e Exclusão Social: Medicalização da Saúde em São Paulo (1889-1930)

MARIZA ROMERO

<sup>1</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pela Província de Santa Catarina, Paraná e São Paulo* (1858). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 361.

<sup>2</sup> Vários estudantes brasileiros de medicina se formaram em Montpellier, Edimburgo e Coimbra, após a reforma desta Universidade feita pelo Marquês de Pombal, em 1772. A esse respeito ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 278. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1968. Sobre a influência francesa no Brasil ver: SANTOS FILHO, Lycurgo. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1977.

<sup>3</sup> A grande transformação que originou a medicina moderna no início do século XIX deu-se com a anatomoclínica. A doença deixou de ser considerada como essência nosológica e deslocou-se para o corpo do doente. A medicina percorre agora um caminho que vai da visibilidade dos sintomas para o oculto dos tecidos. O olhar médico torna-se então profundo, tornando o que era encoberto, manifesto, situando a doença na densidade do corpo doente. Cf. FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

## População higienizada: nação civilizada

Em 1858, Lallemand, viajando pela província de São Paulo, observou tantas pessoas com cicatrizes no rosto, que afirmou não se admirar se chegasse a ler num livro: “a população da cidade de São Paulo tem o rosto marcado”.<sup>1</sup> Este livro que o viajante poderia ter lido seria o próprio corpo impresso com os caracteres da varíola, denunciando a constância das epidemias de bexigas entre os paulistas.

Assim como os viajantes, a ciência também observou aqueles corpos, e o olhar científico foi o instrumento utilizado por excelência para implementar novos comportamentos, novas maneiras de ver o mundo, decorrentes de um novo projeto para o Brasil que começou a se delinear com o advento da República, e que pretendia incluir o país no concerto das nações civilizadas.

Seus artífices foram os médicos que, desde o final do século XVIII, vinham se formando em medicina nas universidades da Europa, cuja influência, principalmente a da França, se fez mais acentuada entre nós após a Independência, quando foram adotadas suas doutrinas e traduzidos seus compêndios para os estudantes. O *Codex Francês – Codex Medicamentarium Gallicus* – vigorou aqui de 1837 a 1926.<sup>2</sup>

A ciência de Paris ensinava que a doença não era um mal inatingível, uma natureza que só pudesse ser conhecida de forma aproximada, por sua manifestação aparente, pelos sintomas. Ao contrário, para conhecer suas causas e controlá-las, havia que adotar como método a observação dirigida para o interior do corpo, tornando visível o invisível e identificando o espaço da doença com o espaço do corpo doente.<sup>3</sup>

O microscópio, olhar reinventado e aperfeiçoado nos grandes centros de produção do conhecimento, descortinou o mundo dos “infinitamente

pequenos”, permitindo a visibilidade de um espaço corporal oculto, habitado por micróbios causadores da doença. As pesquisas de Pasteur, em meados do século XIX, deram a conhecer uma grande variedade de micro-organismos patogênicos, iniciando a era da profilaxia, da assepsia, da higiene como sinônimo de saúde.

O surgimento da medicina moderna provocou, assim, uma ruptura, que sancionou o saber médico como novo. Seus detentores o consideraram de tal forma abrangente que se viram como os únicos capazes de cuidar não só dos corpos enfermos, como também, ampliando a definição de saúde, estenderam sua prática a todos os âmbitos da vida cotidiana. Consideraram-se, assim, não só médicos, mas cientistas sociais.<sup>4</sup> Luiz Pereira Barreto, presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia, em 1896, na solenidade comemorativa do 1º ano da associação, assinalou a importância da atuação dos médicos que, sob um programa claro, elevasse o Brasil ao nível das nações civilizadas. Afirmou que “[...] não se podia conceber mais a civilização sem o concurso da higiene, sem a efetividade das leis e disposições sanitárias indicadas pela ciência médica”.<sup>5</sup>

Foi com este espírito que nossos médicos tomaram posição com referência ao debate que, desde o final do século XIX, vinha mobilizando a intelectualidade brasileira e que passava pela discussão dos problemas colocados pela elevação do escravo à condição de homem livre, pela entrada maciça no país de trabalhadores europeus e pela mestiçagem que compunha grande parte da população, mas contrariava os princípios científicos que previam triste futuro para um povo que fosse fruto do cruzamento de raças diversas.

Desta forma, com a perspectiva de contribuir para a construção da Nação moderna, foi fundada a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, em dezembro de 1912. Seu curso, organizado pelo Doutor Arnaldo Vieira de Carvalho, contava com um núcleo inicial de professores contratados na Europa e nos Estados Unidos, e foram a demonstração inicial da sintonia que a faculdade procuraria manter com os mais avançados centros de produção de conhecimento.<sup>6</sup> Esses eminentes cientistas vinham dar prestígio à instituição que, a partir de então, respaldaria a intensa atividade que os médicos paulistas vinham exercendo desde o final do século XIX, combatendo as doenças que continuamente ameaçavam a vida da população devido ao crescimento acelerado da cidade.

<sup>4</sup> Nicolau Sevcenko mostra que o advento da República, ao trazer consigo a adequação de nosso processo de produção ao sistema capitalista mundial, exigiu mudanças radicais nas cidades. Estas deveriam exterminar as doenças que afastavam o investimento estrangeiro, assim como os hábitos e costumes ligados à sociedade tradicional. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

<sup>5</sup> Cf. PUECH, Rezende. *A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, s.d., p. 45.

<sup>6</sup> A Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo foi fundada aos 19 de dezembro de 1912, pela lei nº 1337, assinada por Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente do Estado. Seu primeiro diretor foi Arnaldo Vieira de Carvalho. Instalou-se na Escola de Comércio Álvares Penteado, e após várias outras sedes provisórias, estabeleceu-se definitivamente, em 1931, no prédio onde funciona atualmente. Entre os professores contratados, estavam o fisiólogo Lambert Mayer e o parasitologista Émile Brumpt, vindos da França; da Itália, vieram Alfonso Bovero, anatomista, o patólogo Alexandre Donati e, dos Estados Unidos, os higienistas Samuel Darling e Wilson George Smillie. Cf. PRADO, Antonio de Almeida. *Quatro*



*Séculos de Medicina na Cidade de São Paulo*. s.ed., e LACAZ, Carlos da Silva. *Reminiscências, Tradição, Memórias de minha Escola*. São Paulo: Edição do autor. Essas contratações foram a demonstração inicial da sintonia que a faculdade procuraria manter com os mais avançados centros de produção de conhecimento.

<sup>7</sup> Pode-se afirmar que o café propiciou uma “segunda fundação de São Paulo”, principalmente se forem comparados o burgo colonial de 1860, vivendo em grande parte da produção de subsistência, e a pujante cidade comercial de fim do século. Este crescimento contínuo fez com que São Paulo entre os anos 1920-1938 superasse o Rio de Janeiro, tornando-se a primeira cidade industrial do país. Cf. SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1968.

<sup>8</sup> Cf. PETRONE, Pasquale. A Cidade de São Paulo no Século XX, In: *Revista de História*. São Paulo: n° 21/22, janeiro/julho, s.ed, 1965.

<sup>9</sup> Cf. BONDUKI, Nabil Georges. Origens do Problema da Habitação Popular em São Paulo. Primeiros estudos, In: *Revista Espaço e Debates*. São Paulo: Cortez, ano 2, n° 5, 1992, p. 84.

<sup>10</sup> Cf. SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado*: suas relações na formação do proletariado em São Paulo. São Paulo: Dominus, 1986.

Principal produto de exportação já por volta de 1850, o café possibilitou a acumulação interna de capital, a diversificação das atividades comerciais e manufatureiras e um prodigioso aumento da população graças à imigração de trabalhadores livres, desencadeando um processo que rapidamente transformaria São Paulo em cidade industrial.<sup>7</sup>

A partir de 1880, às vésperas da abolição, a cidade sofreu um grande crescimento, quando a imigração tornou-se massiva e um enorme contingente de trabalhadores europeus aqui chegou para substituir a mão de obra escrava. Entre 1886 e 1900 houve uma verdadeira explosão demográfica, com uma taxa de crescimento anual de 10% até 1890 e de 12,5% até 1900.<sup>8</sup>

Em 1925, São Paulo já era considerada a segunda maior cidade do Brasil e a terceira da América do Sul, com oitocentos mil habitantes.<sup>9</sup> O incremento da população foi mais significativo ainda, levando-se em consideração que um grande número de imigrantes, desde meados do século XIX, permanecia na cidade. Em 1898, esta taxa já era importante. Dentre os 27.214 que entraram na Hospedaria do Imigrante, 3.321, – aproximadamente 12% – ficaram na capital. A eles acrescentava-se um contingente apreciável que saía do campo, descontentes com as condições de trabalho impostas pelos proprietários da terra. Dessa forma, em 1920, 1/3 da população local era alienígena. Aliando-se a estes, seus descendentes, pode-se calcular o grau de estrangeirização da capital paulista, da qual participaram pessoas de 66 nacionalidades, com preponderância de italianos, espanhóis e portugueses.<sup>10</sup>

Este crescimento acelerado foi visto de forma singular pelos médicos. Se por um lado, a metamorfose da cidade era bem vinda por abrir perspectivas de enormes lucros para os detentores dos meios de produção, também era constantemente questionada, por disseminar enfermidades que desorganizavam o trabalho, dificultavam o intercâmbio comercial e inibiam investimentos internacionais. Para eles, a cidade estava desorganizada e vivia sob o signo do perigo. Inquietavam-se com a concentração de muita gente, com a profusão de línguas, hábitos estranhos e, sobretudo, com o surgimento de novas enfermidades que vieram juntar-se às antigas.

Nas últimas décadas do século XIX, os inspetores de saúde pública relatavam ao presidente da província os surtos de febres graves na capital e irrupções de febre amarela em Santos, que atacavam sobretudo estrangeiros – ingleses, franceses, alemães, noruegueses. As câmaras

municipais mencionavam epidemias de varíola e coqueluche, que vitimavam principalmente indigentes e crianças.<sup>11</sup>

Após a proclamação da República, os problemas de saúde tornaram-se, ainda mais, preocupação de Estado, e os médicos adquiriram grande prestígio ao participar de projetos governamentais que visavam a preservação da Saúde Pública. Rodrigues Alves, presidente de 1902 a 1906, adotou como prioridade de governo o saneamento, o combate à peste bubônica e à febre amarela. Os graves surtos epidêmicos que vitimavam grande número de trabalhadores e investidores estrangeiros impunham uma política saneadora, exigência não apenas interna, mas mundial. Um exemplo desta urgência foi a presença da Fundação Rockefeller no Brasil, que estabeleceu relações estreitas com a Faculdade de Medicina de São Paulo. Sob seus auspícios foram criadas as cadeiras de Higiene, Anatomia e Histologia Patológica. Em 1918, as duas instituições assinaram acordo para a criação do Instituto de Higiene.<sup>12</sup>

Nesses anos, a ação médica difundiu-se enormemente pela sociedade, através de campanhas sanitárias, da educação higiênica, da propaganda, do surgimento de serviços de combate à tuberculose, à hanseníase e às doenças venéreas, surgindo nomes de grande prestígio na medicina brasileira como os de Oswaldo Cruz, Emílio Ribas e Carlos Chagas.

Os médicos de São Paulo, ao observarem a cidade, avaliam que o seu quadro sanitário só faz piorar de ano para ano e que, nas duas primeiras décadas do século XX, caminhavam em marcha ascendente na capital, a meningite cérebro-espinhal, o tifo, a disenteria, a escarlatina, a difteria, a lepra, o sarampo, as doenças venéreas e a peste bubônica. Sem contar a progressão do alcoolismo, da loucura e das mortes por suicídio, que entre os anos de 1901 e 1904 representavam 21,76 por 1.000 habitantes e, no de 1925, 36,21 por 1.000, e ainda a gripe espanhola que, em 1918, matou 6.961 pessoas só na capital.<sup>13</sup>

O espaço urbano estaria, pois, mortalmente sitiado por inimigos endêmicos e epidêmicos que não faziam distinção de classe. Além disso, ele seria excepcionalmente privilegiado para a disseminação de graves doenças, devido ao acúmulo de gente de todas as procedências geográficas e, principalmente, sociais, que nele se abrigavam, tornando-o caótico e perigoso. Conforto, luxo, bem-estar, sonhos propostos pelo progresso e que a cidade parecia poder realizar

<sup>11</sup> Higiene Pública. 1874-76, ordem 5.552; e 1884, ordem 5.554. APESP.

<sup>12</sup> Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Cobras, Lagartos & Outros Bichos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

<sup>13</sup> Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia: O estado sanitário da cidade de São Paulo. São Paulo: v. 14, 1923, pp. 20 e 96. Cf. ALENCAR, Francisco. *Porcentagem de Suicídios na Cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. São Paulo: 1926, p. 3, e Cf. MEYER, Carlos Luiz e TEIXEIRA, Joaquim Rabello. *A Gripe Endêmica no Brasil e Especialmente em São Paulo*. São Paulo: s. ed., 1920, p. 58.

atraíam para ela uma população considerada suspeita, que preocupava os médicos. Eram imigrantes que chegavam ao país aos milhares, em situação de extrema penúria, desejosos de começar uma vida nova aqui. Entretanto, ao se depararem com o brutal regime de trabalho das fazendas, grande parte juntava-se aos que já estavam vivendo na cidade, onde a situação não era melhor: baixos salários, jornadas de trabalho de até dezesseis horas, insalubridade, carestia e altos aluguéis pagos para habitar cortiços.

A grande maioria transformava-se em jornaleiros, vendedores ambulantes, vigias, lavadores de banheiros públicos, enceradores de assoalhos, quando não engrossavam a massa de desempregados junto com os negros e mestiços. Chegavam à cidade também grupos de nacionais cuja atividade era a agricultura de subsistência e que a expansão do café reduziu a terra em que produziam a parcelas cada vez menores e menos férteis, compelindo-os para a cidade, obrigando-os a competir desvantajosamente com o imigrante, mais preparado para enfrentar o mercado de trabalho do novo sistema. Também vinham negros e mulatos, para quem a cidade representava a liberdade, mas que desde a abolição ficaram abandonados à sua sorte de livres. A esperança de respirar o ar da liberdade era logo destruída pela discriminação, pela concorrência desvantajosa com os trabalhadores europeus e pela repressão policial. Sendo-lhes vedado o caminho da classificação econômica e social pela incorporação ao proletariado, restou-lhes, quando era possível, confinarem-se nas tarefas mais mal retribuídas.<sup>14</sup>

<sup>14</sup> A respeito da inserção dos imigrantes, dos nacionais, dos negros e mulatos no mercado de trabalho de São Paulo, ver entre outros: SIMÃO, Azis. Op. Cit.; WARREN, Dean. *A Industrialização em São Paulo*. São Paulo: Difel, s.d; KOWWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem*. A ordem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987; FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Dominus, 1965.

Essa grande reserva de mão de obra permanente na cidade, essa gente que parecia predisposta às desordens sociais, à vagabundagem e ao crime, preocupava não somente os médicos, mas também o governo. Já em 1891, a Intendência Municipal considerou que a cidade estava infestada de mendigos, velhos e crianças e que homens sadios que podiam trabalhar preferiam integrar quadrilhas de ladrões.<sup>15</sup>

Enfatizando a atmosfera ameaçadora que reina nas cidades, a análise médica procura e delimita os espaços mais perigosos, os lugares de predileção das epidemias, e os detecta nos cortiços, ali onde habitavam todos aqueles que produziam riquezas. Essas moradias onde vivia a maioria da população pobre floresciam por toda a cidade, muitas próximas a bairros residenciais e eram tidas como verdadeiros focos de disseminação de todos os tipos de doenças, do crime e da loucura. O surto de febre amarela ocorrido em 1893, afetou principalmente o

<sup>15</sup> Cf. Atos do governo. 1870/1891. Ordem 5.270. APESP.

bairro de Santa Ifigênia, “[...] onde em 60 cortiços habitavam 1320 indivíduos de diversas nacionalidades e de todas as condições, e que situava-se a 300 metros do nobre Campos Elísios”.<sup>16</sup>

Constatava-se que os moradores das habitações coletivas, destas “colmeias insalubres”, eram também na sua maioria, portadores da “peste branca”, o que levou o Doutor Pereira Barreto a perguntar-se: “[...] de que adianta termos um palacete asseado se um tuberculoso ao passar diante de nossa porta, acometido de um acesso de tosse, lança sobre o chão um escarro prenhe do bacilo de Koch?”.<sup>17</sup> Aglomeração, sujeira, ignorância, seriam a composição ideal através da qual os médicos pretendiam responsabilizar os trabalhadores como os veiculadores das doenças, como agentes do mal, como aqueles que se devia temer.

É conhecida a exploração e a violência a que foram submetidos os imigrantes nas fazendas de café. A prepotência dos proprietários não era isolada. Tomavam parte desta mentalidade escravocrata amplos setores envolvidos com a imigração, como os agenciadores que prometiam o paraíso, ou os fiscais de alfândega que, sob pretexto de evitar o contrabando, espoliavam os imigrantes de seus pertences. Quando finalmente eram liberados para o desembarque, muitas vezes sem a bagagem, perambulavam pelas ruas de Santos sem saber para onde ir. Ao chegar a São Paulo, eram colocados na Hospedaria dos Imigrantes, famosa pela falta de asseio e de acomodações mínimas. Nas ruas, passavam constantemente por revistas policiais, eram presos sem saber por que e novamente roubados.<sup>18</sup>

Os médicos, ao apontarem esses trabalhadores como responsáveis pelos males que atingiam a cidade, sem levar em conta as condições em que eram recebidos e como eram tratados, expressaram cientificamente uma sensibilidade mais ampla predisposta à sua marginalização. Segundo o Doutor José de Toledo Piza, o primeiro doente a dar entrada com difteria no hospital de Isolamento, a 3 de janeiro de 1895, foi uma criança italiana, procedente da Hospedaria dos Imigrantes, que faleceu no mesmo dia. Afirma que em 1897, o total de casos na cidade foi de noventa e um, sendo setenta e sete de estrangeiros. Conclui que esta doença foi introduzida em São Paulo pelos imigrantes.<sup>19</sup>

Estudos médicos posteriores revelam sempre a mesma tendência: as doenças infectocontagiosas são epidêmicas na cidade, com maior incidência nos bairros onde havia maior concentração de imigrantes.

<sup>16</sup> Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Santa Ifigênia. 1893. APESP.

<sup>17</sup> BARRETO, Pereira. O Papel das Moscas e a Insustentável Incúria das Sociedades Contemporâneas, In: *Arquivo de Medicina e Cirurgia de São Paulo*. São Paulo: vols. 1 e 2, 1912, p. 113.

<sup>18</sup> Relatos mais detalhados das situações acima descritas encontram-se no acervo do APESP: Imigração e Ofícios Diversos da Secretaria de Agricultura.

<sup>19</sup> Cf. PIZA, José de Toledo. *Da Difteria em São Paulo e seu Tratamento em Novecentos Doentes*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. São Paulo: 1919.

<sup>20</sup> Cf. VIEIRA, Borges. Considerações sobre a Epidemiologia de Algumas Doenças Transmissíveis na Cidade de São Paulo, In: *Boletim de Higiene*, n° 29, 1928, p.14; Estudos Epidemiológicos da Febre Typhoide em São Paulo, In: *Boletim de Higiene*. São Paulo: n° 12, 1922, p. 2.

<sup>21</sup> PESTANA, Bruno Rangel. A Febre Typhoide em São Paulo, In: *Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia*. São Paulo: n° 12, 1922, p. 19.

<sup>22</sup> VIEIRA, Borges. Op. cit., p. 19.

<sup>23</sup> TERRA, Jeronymo. *Dos Portadores de Bacilos Typhosos e Paratyphosos na Capital de São Paulo*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1926, p. 61.

<sup>24</sup> Dispensário Clemente Ferreira. Resumo do relatório apresentado à Liga Brasileira Contra a Tuberculose, In: *Arquivo da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*. São Paulo: Vols. 1 e 2, 1912, p. 228.

<sup>25</sup> MONTELEONE, Pedro. *Os Cinco Problemas da Eugenia Brasileira*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. 1924, p. 122.

O Doutor Borges Vieira, pesquisando a epidemiologia das doenças transmissíveis em São Paulo, entre 1894 e 1920, constatou que a difteria, a escarlatina e o sarampo também tiveram origem na Hospedaria. Afirmou ainda que as “febres paulistas”, como era conhecida a febre tifoide, ceifava vidas com tal constância que o povo como que se acostumara com suas visitas. A cidade sofreu epidemias de tifo em 1895, 1897, 1914, 1920, 1921, 1925 e, segundo o Doutor Emílio Ribas, o distrito do Pari, no bairro do Brás, desde 1896 se revelou como seu propagador, por “[...] receber elevado número de imigrantes portadores desta moléstia, trazidos dos porões dos navios para nossa capital”.<sup>20</sup>

Os médicos assinalavam como fato importante para se compreender a propagação desta doença as opiniões que mostravam, em primeiro lugar, que o número de óbitos dela decorrente foi menor quando houve enfraquecimento da corrente imigratória, como em 1904-1908 e reascendeu em 1912-1913, quando aumentou o fluxo de imigrantes para a capital. Em segundo lugar, nos municípios cafeeiros como Jaú e Ribeirão Preto, zona receptora de milhares de imigrantes, havia maior número de óbitos, “[...] sendo essa mais uma prova de que a esses trabalhadores estranhos cabe a responsabilidade da propagação do bacillo Eberthiano entre o nosso povo”.<sup>21</sup>

Em 1914, em menos de quinze dias uma nova epidemia tomou conta do bairro do Belenzinho. Além deste bairro operário, predominava também na Mooca e no Brás, locais onde vivia uma população “[...] sem esgotos, muitas vezes sem latrinas de espécie alguma, usando águas de poço ou fonte, lançando lixo ao redor das habitações”.<sup>22</sup> Estudo sobre esta doença no Alto da Mooca salientava ser este um local habitado por iugoslavos, russos e romenos, sumamente ignorantes e sem asseio, vivendo em quartos com quinze, vinte pessoas, ou em cortiços. O estudo acentua ainda a proliferação da moléstia provocada “[...] pela marcha e dispersão desses estrangeiros por toda a cidade, em função de operários domésticos, e sobretudo vendedores ambulantes”.<sup>23</sup>

O relatório do Dispensário Clemente Ferreira para o ano de 1911 mostra que 655 dos tuberculosos residiam em habitações coletivas e eram provenientes do Brás, Sé e Consolação.<sup>24</sup> A responsabilidade pela difusão do tracoma, doença altamente contagiosa, também foi atribuída pelos médicos aos imigrantes. Afirmavam que ela não existia entre nós, antes de 1874, e que em 1929, só no estado de São Paulo, havia duzentos mil tracomatosos.<sup>25</sup>

Esta população tornou-se cada vez mais suspeita, na medida em que exames laboratoriais comprovavam que o enfermo disseminava continuamente, no meio ambiente, os agentes patogênicos responsáveis por sua infecção. Os médicos atribuíam o aparecimento das epidemias principalmente aos bacilíferos latentes ou crônicos, isto é, a indivíduos que carregavam os bacilos adquiridos sem apresentar os sintomas da doença. Observou o Doutor Borges Vieira que, em São Paulo, dois a quatro por cento daqueles que se restabeleceram de tifo continuavam a expelir bacilos pelas fezes e pela urina durante muito tempo. Afirmava também que a meningite cérebro-espinhal, responsável em 1928 por uma taxa de mortalidade de 51,5%, era transmitida por portadores em geral insuspeitos.<sup>26</sup> E, segundo Emílio Ribas, “[...] *os indivíduos portadores se tornam tanto mais perigosos quanto menos asseados, principalmente aqueles que não lavam muito bem as mãos, com ensaboamento, depois de se utilizarem das WC e dos mictórios*”.<sup>27</sup>

A população do Alto da Mooca, como vimos, representada em sua maioria por imigrantes, seria constituída por elevado número de portadores de germes (65%), verdadeiros geradores de epidemias, “[...] *por terem o mau hábito de defecarem em qualquer lugar, indiferentes ou inconscientes do perigo a que expõem seus semelhantes*”.<sup>28</sup> Essa afirmação torna-se ainda mais significativa na medida em que seu autor, propondo-se a estudar a transmissão do tifo naquele bairro, percorreu as ruas fornecendo latinhas e vidros às pessoas para colher fezes e urina. Não podendo continuar a pesquisa por não receber o retorno dos vasilhames, chegou à seguinte conclusão: “[...] *somente à sua crassa ignorância podemos atribuir a obstinação dos moradores do alto da Mooca, em sua quase totalidade estrangeiros provenientes dos Balkans, indivíduos de quase nenhuma instrução*”.<sup>29</sup>

Partindo do princípio de que a fonte das moléstias contagiosas se encontrava menos nas circunstâncias externas ao homem e muito mais neles mesmos, deixando de lado considerações socioeconômicas ao tratar das causas das enfermidades infectocontagiosas, os médicos higienistas afirmavam que a população não seria doente porque miserável, ao contrário, a miséria do povo é que seria fruto tanto da doença, da escravização do homem ao verme, quanto da ignorância, plasma dos males que empobreciam a terra e enfraqueciam o povo, fazendo-o mergulhar na incapacidade. Estava

<sup>26</sup> Cf. VIEIRA, Borges. Op. Cit., pp. 28 e 29.

<sup>27</sup> RIBAS, Emílio. Op. Cit., p. 31.

<sup>28</sup> TERRA, Jeronymo. Op. Cit., p. 60.

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> CARVALHO, Arnaldo Vieira de. *Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia*. São Paulo: v. 8, 1918. Até 1896, o Estado de São Paulo adotou como política de saúde pública o saneamento do meio, através do abastecimento de água, colocação de esgo-

tos, pavimentação das ruas e vigilância sanitária das boticas, mercados, estabelecimentos, casas e pessoas suspeitas de causar danos à saúde. Neste ano, uma reforma do Serviço Sanitário do Estado, encabeçada por Emílio Ribas, ligou definitivamente a política de saúde pública paulista à corrente bacteriológica. O indivíduo passa a ser visto como o principal responsável pela propagação do agente etiológico. Convivem neste momento dois tipos de ação. De um lado, detectava-se a população considerada de risco – geralmente os grupos mais pobres - e sobre ela intervinha a polícia sanitária (obrigatoriedade da vacina, do isolamento, da comunicação de doenças contagiosas etc); de outro, pretendia-se que cada indivíduo fosse responsável pela sua saúde, adquirindo através da educação, a consciência sanitária proposta pelos higienistas. O Doutor Paula Souza tentou oficializar este procedimento pela reforma do Serviço Sanitário de 1925, que instituiu os Centros de Saúde segundo o modelo americano.

<sup>31</sup> Cf. OLIVEIRA, Ubaldo Antunes. *Prophylaxia Social*. São Paulo: Grijalbo, 1967. p. 171.

<sup>32</sup> KEHL, Renato. *Bíblia da Saúde*. São Paulo: Francisco Alves, 1926, p. 103.

<sup>33</sup> BARRETO, Pereira. Op. Cit., pp. 112 e 115.

justificada, portanto, a angustiada dúvida sobre o Brasil, já que seria impossível haver progresso entre indivíduos ignorantes, abatidos física e moralmente por moléstias, vícios e lesões nos órgãos essenciais.<sup>30</sup> Os habitantes dos bairros operários passaram a ser vistos como os poluidores do espaço, como os irradiadores das epidemias que ameaçavam a integridade do corpo social.

São Paulo era descrita também como o despejo de loucos estrangeiros. Clamava-se por maior rigor das autoridades, que permitiam a entrada no país de tarados, débeis mentais, criminosos e prostitutas. O registro de entradas na Penitenciária do Estado e no Hospital do Juquery era usado como indicativo do perigo que representavam, já que a quantidade de internados estrangeiros era duplamente maior que a dos nacionais.<sup>31</sup>

Preocupados em abranger o todo, os higienistas prestaram atenção em tudo que lhes parecia expressar uma ausência generalizada de comportamentos civilizados. Desde o final do século XIX, denunciavam os atentados contra o asseio. Diziam que em dias chuvosos os bondes se transformavam em verdadeiros lamaçais e, nos dias secos, tuberculosos, sífilíticos, fumantes, com escarros e saliva transformavam o pavimento do bonde em lagoa. Esse abuso seria cometido por indivíduos sem educação e sem hábitos de sociedade.

Em 1926, o Doutor Renato Kehl afirmou que “[...] o costume de escarrar no chão é de tal forma arraigado e generalizado que não raro pessoas de posição social, mesmo senhoras, incorrem nesta grave irreverência ao código de boas maneiras, infringindo-o censuravelmente”.<sup>32</sup> Denunciou-se também a falta de asseio nas casas, a raridade do uso do papel higiênico, a presença da sarna mesmo nas classes abastadas. Pereira Barreto perguntava-se em 1912, de que serviam as belas mansões, se não se podia impedir que nelas irrompessem mortais enxames de moscas, carregando, nas suas patas, a tuberculose, o tifo, as enterites, as diarreias.<sup>33</sup>

Assim, os hábitos comuns entre as diversas classes começaram também a ser objeto do discurso médico que, ao delimitar o que era higiênico ou não, instituía novos critérios de diferenciação social, instrumentalizando a elite para as novas tarefas impostas pelo desenvolvimento industrial. Imbuídos do papel de missionários, os higienistas pretenderam intervir em todos os âmbitos da vida, do asseio corporal aos gestos.

Belisário Penna expressou bem o papel que os médicos pretenderam exercer junto à sociedade, ao definir o que seria a Higiene: “*A hygiene é uma ciência social e política, velando pelo homem e por tudo que lhe possa aproveitar, pelo seu aperfeiçoamento physico, moral e mental, desde a célula germinal até o seu declínio, quer se trate do indivíduo, quer da collectividade*”.<sup>34</sup> Caberia então aos higienistas instituir uma pedagogia para formação do bom cidadão, delimitando o que era higiênico ou não, instituindo a diferença entre o civilizado, o culto e o grosseiro.

A leitura da sociedade sob a ótica da patologia e da ignorância colocava os médicos como os profissionais competentes para resolver os problemas do país. São Paulo, pelas características de sua população, parecia ser um laboratório ideal para o exercício de pressupostos científicos e neutros e, ao mesmo tempo, o espaço onde mais urgentemente as regras médicas deveriam ser postas em prática.

Ao apontar os trabalhadores como disseminadores de micróbios mortais, a categoria médica não só reforçava sentimentos de medo calcados no imaginário da população, devido à sua longa convivência com epidemias, como sugeria que se devia temer as classes populares, tratadas como foco de propagação da morte, pois conviviam com a imundície, e as doenças letais que atingiam o corpo social estavam intimamente ligadas à promiscuidade, à sujeira e à ignorância. Essa forma de ver, de um lado justificava a política higienista praticada pela Saúde Pública,<sup>35</sup> de outro, corroborava um sentimento de desprezo pelo povo, definido como canalha, horda, turba.<sup>36</sup>

A medicina contribuía assim para alicerçar as bases do novo pacto de poder que começava a se compor na República, e que tinha como parâmetro um liberalismo que, desde o império, excluía a maioria da população da participação política, negando-lhe o direito de cidadania.<sup>37</sup> Os médicos converteram-se em agentes sociais importantes num momento em que o triunfo do cientificismo levava à crença de que os problemas políticos e sociais poderiam ser resolvidos através de um enfrentamento técnico.

Percorrendo com um olhar plural todos os âmbitos da vida, os médicos pretendiam produzir a possibilidade de uma leitura homogênea e harmoniosa do espaço e das pessoas, superando o que lhes parecia o caos estabelecido na cidade. Esta leitura apresentava-se como certa e desejável, porque fundamentava-se na medicina, “[...] *um conjunto de conhecimentos sólidos nos quais é preciso confiar, seguindo-lhes os conselhos como verdades emanadas de princípios científicos precisos e comprovados*”.<sup>38</sup>

<sup>34</sup> PENNA, Belisário. Saneamento do Brasil. Rio de Janeiro: J.R.S. Editor, 1923.

<sup>35</sup> É importante assinalar que o que está em questão não é o mérito da vacinação, da desinfecção ou da necessidade de isolamento e sim a visão de mundo que informava essas práticas. A produção de saber científico não se separa de suas propostas de intervenção na sociedade. Sua verdade é produzida num contexto histórico, contribui para constituí-lo, conservá-lo, modificá-lo. A esse respeito, ver, por exemplo, SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>36</sup> A maioria das visões sobre o povo brasileiro durante a 1ª República foi de detração. Louis Couty, biólogo francês que residia no Rio de Janeiro, representava o pensamento da maioria dos estrangeiros, afirmando que o Brasil não tinha povo, mas alguns milhares de pessoas que vegetavam e que jamais chegariam a ser cidadãos. Eram dessa opinião muitos intelectuais republicanos brasileiros, que viam o povo como uma massa apática, bestializada. Mas essa pretensa inexistência não seria antes consequência do tipo de povo e cidadão que se buscava? Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



<sup>37</sup> Segundo José Murilo de Carvalho, a República pouco acrescentou ao que já havia sido introduzido pelo liberalismo imperial que liberou a propriedade rural, o capital e o trabalho. A liberdade de manifestação, reunião e profissão também já era parte da Constituição de 1924. Entretanto, num regime, como noutro, a maioria da população foi excluída do direito de voto e, portanto, da sociedade política, já que seja pelo censo, seja pela exigência de alfabetização, os pobres, as mulheres, praças e membros de ordens religiosas estavam impedidos de votar. Cf. CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit.

<sup>38</sup> BARROSO, Sebastião. *Higiene para Todos*. São Paulo: Melhoramentos, s.d., p. 46.

<sup>39</sup> ALMEIDA JR, Antônio. *O Saneamento pela Educação*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1922, p. 17.

<sup>40</sup> A respeito das referências sobre as desigualdades entre as raças desde a antiguidade ver: COMAS, Juan. Os Mitos Raciais, In: *Raça e Ciência*. São Paulo: Perspectiva, 1973. Sobre a visão detratadora do homem americano ver: SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Os preceitos médicos com relação à saúde deveriam transformar-se em normas de conduta, contribuindo para a formação de uma consciência. Estas verdades, vistas como evidentes, objetivas, neutras, deveriam tornar-se opinião dominante e serem glorificadas como universais: “[...] a classe dirigente deve assimilá-las para que saiba legislar e as classes dirigidas para que saibam obedecer sem relutância”.<sup>39</sup>

As diversas práticas dos princípios higiênicos, entretanto, não se esgotavam em si mesmas, eram partes de um movimento em direção a uma totalidade: a Nação, construída por uma raça saudável. Chegava-se assim à eugenia.

## A pureza da raça

Presentes desde a antiguidade, as referências sobre a existência de uma desigualdade essencial entre as raças tornaram-se, no entanto, mais comuns com as grandes viagens, na medida em que o homem europeu civilizado foi posto diante do “selvagem.” Este contexto passa a ser objeto de debates e, sobretudo a partir de meados do século XVIII, duas vertentes delinearão-se: de um lado, colocavam-se os que viam as raças humanas como procedentes de um único tronco e a desigualdade como transitória e superável pelo tempo ou por contato cultural, e de outro, os que não aceitavam que, por exemplo, os negros pudessem ter a mesma origem e seguir o caminho percorrido pelos gregos. A desigualdade aqui seria natural e hereditária. Esse determinismo tomou corpo no século XIX e, ao adquirir status científico, tornou-se preponderante.<sup>40</sup>

Georges Cuvier, renomado naturalista, criador da anatomia comparada, propôs a existência de diferenças biológicas irreversíveis entre os grupos humanos. Foi ele o introdutor do termo raça na literatura especializada.<sup>41</sup> Também nesses primeiros anos, Gall relacionou a inteligência com a capacidade craniana, seguindo o método já inaugurado por Camper, que situou o negro entre o homem e o macaco.<sup>42</sup>

Arthur Gobineau, na sua obra *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines*, observou que o elemento nórdico, que seria a melhor variedade do tipo branco, era a fonte de todas as civilizações mais adiantadas em qualquer época e em qualquer lugar. Sustentou que a causa da decadência de um povo estava na adulteração de seu sangue pelo de raças inferiores, isto é, pelo de raças que não traziam em si os tributos civilizatórios. Explicou também o lugar ocupado pelas classes sociais:

sendo as elites naturalmente puras, era natural que dirigissem um proletariado bastardo.

A teoria da evolução de Darwin, publicada em 1859, tornou-se quase consenso e foi rapidamente aplicada à sociedade, transformando-se em darwinismo social, reforçando a ideia de que alguns povos apresentam características físicas e mentais adequadas à civilização e outros não. Caberia a estes a subserviência, ou mesmo o desaparecimento.

O próprio progresso, tão almejado, não se colocava como uma perspectiva segura, não só pela ameaça antevista por Gobineau quanto à mistura de sangue como pelos prognósticos do médico inglês Morel. Este, em 1857, publicou um livro que causou forte impacto nos meios científicos de sua época, ao definir a degeneração como um desvio do tipo primitivo ideal. Suas previsões àquela altura já eram tragicamente sinistras: a terra povoada por loucos, criminosos, doentes, viciados, inadaptáveis às condições exigidas pelo meio social e que a ele sobreviviam graças a um perverso humanitarismo.

A civilização que observavam como fruto da história das mais avançadas sociedades, violava as leis de seleção natural, na medida em que incentivava a filantropia, criando asilos, casas de caridade, albergues para mendigos, manicômios, penitenciária e hospitais para degenerados, poupando assim vidas que, pela natureza, não teriam direito à existência.

O coroamento destas preocupações deu-se em 1889, quando Francis Galton publicou *Natural Inheritance*, usando o termo eugenia pela primeira vez, fundando a nova ciência que visava promover o bem do gênero humano através das boas disposições hereditárias e da restrição ou anulação das más, tanto do ponto de vista físico, como psíquico. O papel da eugenia seria o de promover a higiene das células reprodutoras, pois o progresso ou decadência dos povos estaria indissolivelmente determinado pelas leis da hereditariedade. Este pensamento ganhou forte ímpeto quando, no início do século XX, ficaram conhecidas as pesquisas de Mendel e sua teoria aplicada no melhoramento das espécies animais e vegetais. Seus resultados foram vistos pelos cientistas como uma luz no fim do túnel, anunciando o caminho da regeneração humana. Proliferaram associações, institutos, laboratórios e revistas na Europa e nos Estados Unidos que tinham como objetivo substituir o pessimismo do presente por um futuro promissor.

<sup>41</sup> Cf. SCHWARTZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>42</sup> Camper (1722-1789), anatomista holandês, e Gall, (1758-1828) médico alemão, ao investigarem a relação entre a inteligência e o volume da massa cerebral, fizeram figuras de inovadores. Situam-se nas fontes do Positivismo e da Antropologia moderna. Cf. DARMON, Pierre. *Médicos e Assasinos na Belle Époque: A medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Um histórico sobre as teorias raciais no século XVIII e XIX encontra-se em SCHWARTZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Ver também: TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros*. A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

A ciência daqueles anos centrou-se, assim, na desigualdade insuperável, porque era determinada pela biologia, constatada pela frenologia e pela antropometria, transformando-se em critério para avaliações qualitativas, permitindo a divisão das raças em superiores e inferiores, explicando também o lugar ocupado pelas classes sociais na sociedade.

Esse conhecimento, que na Europa servira para justificar os avanços do colonialismo e os problemas sociais internos advindos do sistema capitalista, penetrou no Brasil e foi adotado como modelo para organizar a sociedade republicana. O progresso, não sendo um destino inevitável, deveria ter uma direção científica, isto é, a nação a ser construída tinha que ser pensada segundo parâmetros raciais. Com essa perspectiva, na noite de 15 de janeiro de 1918, médicos da capital e do interior, reunidos no salão nobre da Santa casa de Misericórdia, aguardavam o início da solenidade inaugural da Sociedade Eugênica de São Paulo, primeira do gênero na América do Sul. O Doutor Renato Kehl, seu fundador e membro entre outros títulos, da Société Française d'Eugenicque, sentia-se bastante agradecido pelo patrocínio de Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Não por acaso, São Paulo tornara-se a cidade precursora do movimento eugênico no Brasil. Afinal, em que outro ponto do país poderia ser observada com maior nitidez essa “transfusão desordenada de sangue”, esses sangues perturbadores, essa policromia? Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de São Paulo também era para os eugenistas a condensac  o da desordem e da desarmonia que ameaçavam a constru  o da nacionalidade: era a imagem do Brasil, um caleidoscópio de sangues, um caleidoscópio de raças. Ao olhar atento dos teóricos das causas da decadência humana, não passou despercebida essa variedade de tipos, cuja mistura causaria danos dificilmente superáveis ao país, porque não havia maior prejuízo ao seu interesse do que a miscigenac  o caótica.

Desta forma, o projeto que tornaria o Brasil viável exigia uma defini  o do papel dos negros, mestiços e imigrantes, ao mesmo tempo em que os excluía enquanto sujeitos deste mesmo projeto, já que, pela sua estrutura biológica particular, uns eram claramente inferiores e, outros, embora brancos, não deixavam de preocupar, pois nada garantia que não fossem degenerados, jogados aqui por seus países de origem.

Embora o discurso eugênico tenha começado a se tornar mais expressivo no início do século XX, um dos seus aspectos, o da “mistura” de raças diversas,

foi objeto de preocupação científica desde meados do século XIX. Europeus que tiveram oportunidade de observar o Brasil, geralmente não viam com bons olhos a extrema hibridação que aqui se dava. Gobineau, ministro francês junto à corte de D. Pedro II, em 1869, ressaltou que a maior parte dos brasileiros, inclusive o das classes superiores, era composta de mulatos, de gente viciada no sangue, no espírito, indolente e muito feia.<sup>43</sup> Concordava assim com muitos viajantes e com o pensamento de cientistas como Gustave Le Bon e Lapouge.

A ideia de que o progresso passava pela qualidade da raça foi adotada pela maioria dos nossos intelectuais e, após a proclamação da República, tornou-se verdadeira obsessão definir o “tipo nacional” que garantisse o rumo à civilização, fazendo frente às visões pessimistas que davam o país como perdido, já que os mestiços, segundo o censo de 1890, compunham a maioria da população.

As experiências de Mendel inspiraram a afirmação de que os cruzamentos entre negros e índios, brancos e negros, índios e brancos eram totalmente indesejáveis, tanto do ponto de vista biológico como social, porque seus produtos traziam os vícios dos ancestrais e eram feios, fracos, sôfregos, de caráter instável e poucos amigos da disciplina. A inferioridade da raça negra, de cujo cruzamento o mulato era fruto, poderia ser constatada pela mera observação:

*“Elles nada produziram até hoje nas mathematicas, na physica, na chimica, em biologia, nas artes, na indústria, etc, não podendo sequer antepor um nome à série interminável das grandes mentalidades ocidentaes: Archimedes, Galileo, Kepler, Newton, Lavoisier, Bichat, Dante, Bethoven, Wagner”.*<sup>44</sup>

Oliveira Vianna era constantemente mencionado, e sua opinião considerada ilustrativa e abalizada, quando afirmava faltar aos nossos mestiços

*“[...] esse senso de continuidade, essa energia do querer, essa pertinácia da vontade, essa capacidade de espera, todas essas fortes qualidades que denunciam as naturezas inteiriças, fundidas num só bloco, coesas, infrangíveis, monolíticas. É quebradiça sua conduta, ziguezagueante, irregular, descontínua e imprevista”.*<sup>45</sup>

Bastava, portanto, muito simplesmente correr à galeria dos vultos proeminentes da história brasileira e fazer um balanço relativo à

<sup>43</sup> Cf. READERS, Georges. *O Conde de Gobineau no Brasil*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia/Conselho Estadual de Cultura, 1967.

<sup>44</sup> ANTUNES, Paulo de Azevedo. *Eugenia e Imigração*. São Paulo: 1927. Tese de Doutorado. Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, p. 61.

<sup>45</sup> OLIVEIRA, Vianna. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, p. 159.

importância dos de origem europeia e os resultantes de misturas raciais. “*Esse balanço mostraria à evidencia irretorquível que o mal do Brasil é um mal de raça.*”<sup>46</sup> Essa visão foi plenamente traduzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, em 1922, das três raças que participaram da nossa formação, definiu os negros e índios como tipos exóticos, cuja psique impermeável a determinados estímulos, dificultava a ascensão à civilização.<sup>47</sup>

O negro puro era incapaz de assimilar a cultura branca; o mulato era turbulento e rebelde. O índio, tradicionalmente refratário à disciplina e à vida urbana, refletia-se no comportamento do Jeca Tatu, seminômade, arredio, sempre refugiado nas zonas fronteiriças. Esses tipos diferentes entre si teriam, entretanto, algo de fundamentalmente igual que os distinguia do branco; contentavam-se com as necessidades cotidianas. Portanto, essa massa popular só valeria pela presença de uma elite empreendedora como a ariana: laboriosa, poupadora, ambiciosa, paciente, frugal.

Embora calculando que grande parte de nossa população já fosse miscigenada, nossos cientistas não desanimaram. Não se tratava de impedir a “hibridação”, mas de torná-la científica, direcionando-a no sentido do branqueamento, que só viria com o tempo, após a quarta ou quinta geração de cruzamentos bem feitos. Por outro lado, esse objetivo poderia concretizar-se mais rapidamente pela diminuição do índice de negros, que acreditavam já estacionado desde 1835, e que ver-se-ia cada vez mais restrito pela ação da seleção patológica e sexual. O contingente de mestiços haveria de diminuir também pela ação das doenças, principalmente o de mulatos, muito sacrificados pela tuberculose. Em apoio a essa tese vieram os censos de 1872-1890, demonstrando que num período de quase vinte anos, enquanto a população branca aumentou 48,3%, a dos negros e mestiços teria diminuído. Porém, a grande esperança de harmonização do tipo nacional estava no cruzamento com imigrantes europeus que, preferindo os mulatos aos negros, aceleraria o processo de limpeza do nosso sangue, a exemplo do que já vinha acontecendo nos estados do Sul.<sup>48</sup>

Constante desde 1879, a entrada de estrangeiros em São Paulo era bastante promissora nesse sentido, contando o Estado com 1.590 mil imigrantes em 1920, na maioria europeus. Esses dados permitiram que os médicos afirmassem que o fator de

<sup>46</sup> KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929, p. 204.

<sup>47</sup> Cf. *Diccionario Histórico, Geographico e Ethnografico do Brasil*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1922.

<sup>48</sup> Os eugenistas baseiam-se nos dados de Rugendas para 1835 e nos censos de 1872 e 1890.

*“[...] aryanização portanto, não concorre somente para o aumento numérico do contingente branco puro, mas cruzando-se com os mestiços concorre para a eugenia da raça que com a diluição do coeficiente de sangue inferior. Dessa forma a dosagem de sangue branco dos nossos mestiços vai aumentando cada vez mais, no trabalho lento e constante de seleção progressiva da raça”.*<sup>49</sup>

No sentido ainda de fortalecer o branqueamento, o deputado Fidelis Reis apresentou, em 1923, um projeto de regulamentação da entrada de imigrantes no país, em que se proibia a entrada de colonos da raça negra. Tudo se fazia para evitar que o país se tornasse “un immense état nègre”, como afirmava Lapouge.<sup>50</sup>

Quanto aos asiáticos, sua presença entre nós suscitou um forte debate. Nossos eugenistas lutavam contra a “invasão asiática”. A raça amarela lhes parecia apenas um pouco melhor do que a negra quanto à inteligência, porém não passavam de imitadores da civilização branca, além de serem dificilmente assimiláveis e prováveis portadores de moléstias que ainda não possuíamos. Mesmo a desejada imigração europeia era vista de forma ambígua, ao mesmo tempo necessária e perigosa. Necessária porque os imigrantes seriam os agentes depuradores da raça; perigosa porque poderiam abastardá-la ainda mais, caso não fossem severamente fiscalizados e selecionados, impedindo-se a entrada no país de degenerados, como acreditava-se que já estava acontecendo: deficientes físicos, inaproveitáveis para a lavoura, tracomatosos, portadores de doenças infecciosas, imbecis, parafrênicos, maníacos-depressivos, anarquistas, vagabundos e prostitutas disfarçadas de manicures ou modistas.

Decretos federais e estaduais regulamentavam a entrada de imigrantes no país, como os de 1907, 1913, 1921, porém, segundo os médicos eugenistas, as leis não eram cumpridas, pois não havia fiscalização que proibisse a entrada de indesejáveis. Pensavam também que, não só as raças, mas os indivíduos eram desiguais entre si, dependentes em tudo das determinações próprias de cada patrimônio hereditário. “*Nada no indivíduo, pôde substituir as qualidades inatas, isto é, as herdadas, sendo fútil pretender desenvolver tais traços de caráter, quando eles faltam nas células germinais que lhes deram origem.*”<sup>51</sup> Seriam hereditárias, portanto, a inteligência, as aptidões, as qualidades morais. Logo, a presença de imigrantes degenerados concorreria para a nossa inferioridade.

<sup>49</sup> GODOY, Paulo. Op. Cit., p. 61.

<sup>50</sup> Lapouge, no seu livro *Sélections Sociales*, afirma: *Le Brésil constituira sans doute d'ici un siècle un immense état nègre, a moins qu'il ne retourne et il est probable, à la barbarie.*

<sup>51</sup> ANTUNES, Paulo de Azevedo. *Eugenia e Imigração*. São Paulo: 1927. Tese de Doutorado. Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

O Brasil, compreendido pelos médicos como um país em formação, com valores indefinidos, com a “raça” em vias de cristalização, deveria urgentemente adotar uma política de limitação da natalidade. Esta deveria ser praticada, em primeiro lugar, pelos mestiços, principalmente mulatos, por serem maus procriadores. Em segundo lugar, deveria ser praticada pelos pobres, porque era considerado imoral pôr filhos no mundo, sem ter como sustentá-los: “ [...] diremos pois, com toda sinceridade, que é indispensável e urgente divulgar entre as pessoas pobres e incultas, a necessidade de restringir a natalidade, ao mesmo tempo que se lhes ensina os meios mais práticos de alcançar esse desideratum”.<sup>52</sup>

Por outro lado, a eugenia considerava também aqueles que deveriam ser impedidos de procriar, em nome da sobrevivência do corpo social. Quanto a eles, caberia o seguinte comentário extraído de um artigo dedicado aos “Assuntos Agrícolas”, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em janeiro de 1930: “[...] animal com doença incurável, não deve ocupar logar que pode ser ocupado por um são e é sempre econômico eliminar os que possam transmitir moléstias aos outros ou predisposições à descendência, com gente deveria ser a mesma coisa”.<sup>53</sup>

Essa afirmação traduz fielmente o objetivo dos eugenistas quanto à “higiene da raça”: aumentar “o stock de homens bons” e “impedir a proliferação dos inferiores”.

*“É a seleção racional da espécie humana, eliminando do seio da humanidade os indivíduos incapazes, degenerados, criminosos, enfim, todos os que trazem em seu sangue os estigmas da degeneração e do abastardamento da raça, entavando, assim, a senda do progresso material e espiritual dum país.”<sup>54</sup>*

A eugenia como redução progressiva das reproduções ditas disgênicas através da esterilização costuma ser lembrada quando se pensa na Alemanha nazista que, em janeiro de 1934, já possuía 1.500 tribunais eugênicos regulamentados em todo o país. Porém, democracias liberais bem antes serviram de exemplo para Hitler. Desde o final do século XIX, na Europa, congressos médicos, livros, artigos em revistas, propunham a esterilização como terapêutica social. As indicações incidiam sobre leprosos, sífilíticos, tuberculosos, epiléticos, cancerosos, alcoólatras, loucos, vagabundos, prostitutas, e miseráveis. Para justificar esse método, proliferaram estudos sobre a reprodução de famílias de degenerados, mostrando as graves consequências de uma

<sup>52</sup> GODOY, Paulo. Op. Cit., p. 32.

<sup>53</sup> O Estado de São Paulo, 16/01/1930.

<sup>54</sup> KEHL, Renato. *Por que Sou Eugénista?* São Paulo: Francisco Alves., s.d., p. 24.

descendência de tarados que se prolongaria até a quinta geração. Um destes estudos conta a história de uma família que teria custado ao estado cinco milhões de marcos, o que fundamentaria plenamente a adoção daquela medida eugênica.

As primeiras esterilizações de que se tem notícia aconteceram no cantão de Saint Gall, na Suíça, no início do século XX. Com o assentimento da família e das autoridades, quatro pessoas sofreram essa intervenção: uma moça de 25 anos, considerada ninfomaníaca e epiléptica; uma mulher de 36 anos, tratada como fraca de espírito e sujeita a crises de agitação e excitação sexual; um homem de 31 anos, considerado degenerado e alcoólatra; outro de 32 anos, homossexual recidivo. O mesmo aconteceu no cantão de Vaud, com 24 mulheres, sendo que três gozavam de boa saúde, mas eram casadas com psicopatas. Em algumas comunas, este método foi aplicado em pessoas que viviam à custa do Estado; em mulheres casadas com prole numerosa e em jovens com filhos ilegítimos. Assim, quando aos 3 de setembro de 1928, pela primeira vez na Europa, a Suíça sancionou, por lei, a esterilização, estava apenas legalizando uma prática já corrente.

Os eugenistas norte-americanos, no começo do século, também manifestaram o desejo de ver reduzido o número de pessoas pertencentes às “socially inadequate classes”, isto é, os fracos de espírito, alienados, criminosos, ébrios, surdos, cegos, mal conformados, vagabundos. A esterilização foi legalizada no estado americano de Indiana em 1907 e, em 1908, já havia sido realizada em 300 pessoas. No estado da Califórnia, de 1909, data da instituição da lei, até 1929, foram esterilizadas 6.255 pessoas com problemas mentais. Até 1930, vinte e três estados americanos e vários países da Europa previam a regulamentação deste método, que se manteve perturbadoramente atual. Em 1986, dois jornalistas da agência TT, denunciaram que 13.000 pessoas foram esterilizadas na Suécia entre os anos de 1941-1975.<sup>55</sup>

Quanto aos nossos eugenistas, eles também preconizaram a esterilização como um dos caminhos do desenvolvimento da nação, prescrevendo-a para pessoas “inferiormente apresentáveis”, isto é, doentes, alienados, inaptos para o trabalho, perversos, anarquistas, grevistas, enfim, todos os grupos de “inadaptados” ou resistentes às normas médicas.

O ato de procriar adquiriu enorme importância, passou a ser um ato de responsabilidade social, com finalidade econômica, exigindo a produção de gente normal, adequada às necessidades do sistema que colocava o trabalho, a disciplina, o autocontrole e a obediência como valores ideais.

<sup>55</sup> Cf. DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.



*“A procriação de homens sadios e produtivos é fundamental para o progresso de um país. Um homem, activo, capaz e bom dá mais à sociedade do que lhe pede. É um valor econômico. É uma força civilizadora. Um inválido de corpo e de espírito, tanto como um mal indivíduo, pede, ao contrário, á sociedade mais do que lhe dá. Constitui um valor negativo, um déficit econômico. É elemento receptor passivo. Consume e não produz. É esponja. É sanguessuga. Agarrado às artérias da raça, destrói seus elementos nobres, debilitando-a. Inúteis, esses indivíduos nada produzem, nada edificam, mas, ao contrário, concorrem concientemente, criminosamente, para a miséria, a dor, a fome, a doença.”*<sup>56</sup>

Assim, através da esterilização, os eugenistas não só cumpririam o saneamento das nações, como contribuiriam para justificar o capitalismo. Concordavam que este era o mais perfeito sistema da história, sendo necessário apenas corrigir alguns desvios, tais como, por exemplo, o demasiado humanitarismo e a tolerância exacerbada, cujo resultado era a proliferação de milhares de seres imunes a qualquer influência educacional ou cultural, que viviam apenas para sofrer e causar sérios danos à família e ao Estado.

A sociedade ideal seria aquela cujo movimento estivesse conforme ao curso das leis naturais, movimento realizado numa ordem de sucessão natural, de conexão gradual entre os seus diversos momentos. Franco da Rocha, seguindo os passos de Auguste Comte, classificou a evolução mental em três fases: a teológica, a metafísica e a positiva. A maioria das pessoas pertenceria à primeira fase, mais predisposta à fraqueza cerebral, enquanto os representantes da fase positiva comporiam uma minoria que, conhecedora dos princípios do viver harmonioso, deveria restabelecer a saúde da população, eliminando do nosso país o estigma de “trecho pestilento da América”.<sup>57</sup>

<sup>56</sup> KEHL, Renato. *Sexo e Civilização*. São Paulo: Francisco Alves, 1933, p. 87.

<sup>57</sup> Cf. ROCHA, Franco da. *Esboço de Psiquiatria Forense*. São Paulo: Typographia Laemmert, 1904, p. 3.

<sup>58</sup> GODOY, Paulo de. *Eugenia e Seleção*. São Paulo: 1927. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, p. 24.

Saúde acabava por significar disposição interna para a aceitação dos preceitos médicos, que se queriam comuns porque baseados em evidências científicas. Entretanto, estes preceitos contribuíram para camuflar desigualdades econômico-sociais, de um lado, corrigindo as “anomalias” da sociedade, de outro, instrumentalizando a elite para a condução do país recém-saído da escravidão. Para os eugenistas, a questão que decidia o futuro de um povo não era quem educaria a nova geração, visto que o papel da educação era nada mais do que fazer emergir aptidões inatas, mas sim quem geraria as novas gerações.<sup>58</sup>

Através de medidas de controle sobre a população, que iam da limitação da natalidade até a esterilização, poder-se-ia “humanitariamente” impedir a procriação dos que arriscassem o funcionamento saudável da sociedade, como já vinha sendo feito em muitos países da Europa e nos Estados Unidos. Entre nós, poderíamos citar o Doutor Renato Kehl, porta-voz dos eugenistas brasileiros: “[...] *formemos, pois, nossa elite, que tudo o mais temos a sobrar! As massas poderão continuar amorfas com ou sem o seu b-a,ba, no papel de dirigidos*”.<sup>59</sup>

A crítica a este pensamento parece-nos de grande atualidade quando presenciemos o ressurgimento de teorias racistas que preconizam a superioridade da raça branca e o apoio à manutenção da esterilização entre os “indesejados”, justificadas por explicações científicas e governos liberais. Entretanto, ontem, como hoje, estas teorias têm o mesmo objetivo: definir o bom cidadão como aquele que sabe seu lugar na ordem social, seja na elite educada para mandar, seja no povo educado para obedecer. A história da higiene é assim, uma história política, uma história de relações de poder.

<sup>59</sup> Cf. KEHL, Renato. *Sexo e Civilização*. Op. Cit., p. 223.



MARIZA ROMERO É PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUCSP). FEZ MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, USP; DOUTORADO EM HISTÓRIA NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, PUCSP. PÓS-DOUTORADO NA UNIVERSITÉ DE VERSAILLES SAINT-QUENTIN-EN-YVELINES. ATUALMENTE É DIRETORA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA PUCSP.





Repaisagem #30

Marcelo Zocchio

\* montagem sobre foto de Sebastião de Assis Ferreira/Museu da Cidade-Casa da Imagem  
imagem retirada do livro *Repaisagem São Paulo*

# Fisionomia Urbana e Bandeirantismo: a Tradição Bandeirante na Paisagem Paulistana

MAURÍCIO MARTINS DO CARMO

## A cidade como narrativa

O estudo da fisionomia urbana não cabe na totalidade de um sistema analítico próprio. Considerar criticamente o significado de ruas e seus nomes, monumentos e edifícios urbanos requer, sobretudo – pela análise dos processos de definição histórica do imaginário coletivo –, estabelecer hipóteses para o entendimento da “invenção das tradições” da cidade, conforme o famoso termo cunhado por Eric Hobsbawm (1984).

Ao se estudar a configuração prática e estética dos lugares urbanos, afloram pistas para o desvendamento daquelas invenções históricas, colocando-se em relevo a cidade como “narrativa” (adapta-se para o urbano, aqui, a conhecida formulação que Homi K. Bhabha desenvolveu para o desvendamento do espaço-nação). Em tais narrativas, imbricam-se as que se arvoram “pedagógicas” – definidoras, em geral, das explicações padronizadas pelo poder instituído – e as que permanecem secundárias, marginais ou excluídas, ainda que – novamente utilizando os conceitos de Bhabha – “protagônicas”, ou vinculadas às vivências do real concreto tecido pelas camadas econômica e politicamente subalternas.

Há alguns anos, delimitei, com base em *insight* de Valter Krausche (1985), aqueles que seriam os feixes das narrativas mais influentes na invenção da identidade paulistana (CARMO, 2002). A hipótese então traçada estabelecia uma linha discursiva pedagógica, em que se configura São Paulo sob a épica jesuíta-bandeirantista, que teve seu auge simbólico na manipulação histórica do movimento armado de 1932. A ela afluem com relativa coerência as modernas e contemporâneas definições da metrópole sob os parâmetros do “progresso” reduzido à significação de acúmulo (e não distribuição) de riquezas. Ainda nela se albergam as identificações paulistanas forjadas sobre os avanços das estruturas e funcionalidades tecnológicas. Nesse contexto, tanto a saga do café quanto a industrial e a bancário-financeira emprestam seus tons ufanistas a uma São Paulo grandiosa, símbolo do “estado-vagão” a puxar

os demais componentes da federação brasileira. Artistas do calibre de Guilherme de Almeida, Benedito Calixto e Victor Brecheret ajudaram a sedimentar, junto às camadas populares, a configuração de uma cidade formatada por semelhante grandiosidade épica. O papel da educação formal também se erige como determinante central da sedimentação dos valores trazidos por esse discurso “pedagógico” ao imaginário social, o que mereceria pesquisa e estudo crítico à parte.

Um segundo feixe narrativo eleva a figura do caboclo (matuto, caipira, jeca, sertanejo) como elemento ideológico símbolo do que São Paulo perdeu de uma suposta pureza de tempos áureos pré-modernos, tão inventados quanto as tradições da sociedade industrial e financeira. De rica criação artística (bastando lembrar nomes fundamentais como Monteiro Lobato, Almeida Júnior e Cornélio Pires, entre tantos), essa tradição ainda hoje persiste, remodelada cada vez mais pelo espaço *pop* do sertanejo contemporâneo, mantendo base de nítida extração romântica.

Finalmente – tendo-se claro que o assunto não está esgotado, bem como das possibilidades de livre navegação, em intercâmbio e simbiose, das citadas narrativas – assoma um feixe crítico, distante do poder instituído, que identifica São Paulo à mistura sempre movente e avassaladora de etnias e culturas, migrantes e imigrantes, classes sociais e gêneros (cada vez mais expressivos em novas identificações subjetivas). A ela se integra, como ocorre em relação às outras narrativas, instigante criação artística de forte pendor ao paródico e a outras formas de intertextualidade. Nomes paradigmáticos da Pauliceia a ela pertencem: Juó Bananére, Mário e Oswald de Andrade, Antônio de Alcântara Machado, Adoniran Barbosa; alcança, nas últimas décadas do século passado, figuras que vagueiam entre o alternativo e o *pop*, como diversos músicos e conjuntos (Joelho de Porco, Premeditando o Breque, Arrigo Barnabé, Língua de Trapo, Ultraje a Rigor, Mamonas Assassinas) e os admiráveis quadrinistas da *Folha*, em que avulta o genial trio Laerte-Angeli-Glauco.

Dos três grupos discursivos, é a saga épica (a que deságuam catequese jesuíta, bandeirantismo, movimentação armada de 1932, edificação da potência econômica pós-café) que marca mais fortemente a fisionomia simbólica dos lugares paulistanos. Os demais feixes narrativos mencionados (e outros que ainda se podem delimitar) merecem espaços menos visíveis, que não serão objeto da presente análise. Pretende-se aqui

chamar a atenção para alguns dos mais significativos lugares-símbolos de São Paulo sob o viés pedagógico do feixe de narrativas épicas e suas personagens, cuja impregnação na paisagem urbana pode ser iluminada por um breve olhar histórico sobre o crescimento da cidade. Adaptando o que, em seu estudo sobre os nomes de logradouros públicos, explica Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1996, p. 49), à luz de Angel Rama (1985), as construções e os topônimos da paisagem urbana “[...] são sinais ou formas de significação que traduzem [um] ethos coletivo [, que,] apreendidos no conjunto [...] transformam-se em recortes de significação [, delimitando] o espaço cronológica e socioculturalmente, [evidenciando] a posse real e efetiva do lugar”.

Para tanto, centrando-se no feixe de narrativas “pedagógicas”, será realizada breve análise da evolução do imaginário bandeirantista na configuração da identidade coletiva paulistana, bem do papel que nele exerceram alguns produtos culturais representativos ligados à literatura e à música popular.

## **Bandeirantismo: segregação e uniformização**

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1992) reflete sobre o ícone máximo do empreendedorismo paulista, o bandeirante, e não encontra seu nome, nos dicionários disponíveis até o início do século XX, como sinônimo de *natural da terra*. Por meio de minuciosa pesquisa, vê-se que, com a progressiva transformação da vila de Piratininga, foi-se cada vez mais integrando os homens do povo ao conceito de *paulista*, embora permanecesse o ideal de nobreza e “raça de gigantes”, próprio dos seres especiais ou de casta.

Prova dessa última observação é que, em meados do século XVIII, Pedro Taques (que nomeia, diga-se, em razão do tema deste ensaio, rodovia da Baixada Santista), em sua *Nobiliarquia paulistana*, listou como nobres da terra apenas os homens livres, e Frei Gaspar da Madre de Deus, na *Memória para a história da capitania de São Paulo*, ao final daquele mesmo século, alargou o conceito de *paulista*, lembrando a miscigenação formadora e igualmente engrandecedora dos méritos nativos. A ampliação do campo semântico reforçou-se com a decadência das minas e uma certa “sedentarização” de São Paulo, em que foi possível o fortalecimento da camada dos comerciantes, embasada principalmente no tráfico de animais do Sul pelo caminho de Sorocaba. A política acompanhava tal processo, pois a câmara paulatinamente aceitava no rol de “homens bons” elementos antes considerados “impuros”.

O impulso econômico do café reergueu o ufanismo paulista, projetando São Paulo de vez como província-líder da riqueza nacional. Os barões do café tornam-se republicanos para exigir maior autonomia federativa e controle da máquina administrativa; os pensadores da elite fazem, então, ressurgir o mito bandeirante: Alfredo Ellis Jr. publica *O bandeirismo e o recuo do meridiano* em 1924 e *Raça de gigantes* em 1926; Afonso d'Escragnole Taunay, em onze volumes, *História geral das bandeiras paulistas* entre 1924 e 1950; e José de Alcântara Machado, *Vida e morte do bandeirante* em 1926. Comenta Maria Isaura Pereira de Queiroz (1992, p. 82-3: grifos originais):

*“As obras não tinham [...] finalidades laudatórias exclusivamente; [...] os autores se empenhavam com afinco em desvendar A VERDADE HISTÓRICA a respeito dos sertanistas, buscando para tanto a mais farta documentação possível; e entre os documentos estavam os estudos de Pedro Taques e de Frei Gaspar da Madre de Deus. Estes últimos não parecem ter sido utilizados somente como fontes, mas também como inspiradores da imagem que se delineia nos trabalhos dos continuadores. Como eles, os historiadores do século XX proclamaram a importância e o valor dos FILHOS DA TERRA, e demonstravam que o pioneirismo, o espírito de iniciativa, a bravura do fazendeiro cafeicultor, desbravando as matas para a nova cultura, implantando estradas de ferro, buscando nova mão de obra, eram a continuação das virtudes que os bandeirantes haviam possuído.”*

Símbolo capaz de congregiar todo um estado e, em particular, sua capital, o bandeirante não deveria se antagonizar, a partir da Grande Imigração, ao forasteiro que igualmente direcionou seus esforços à lavoura, indústria e comércio. Na realidade, o ufanismo paulista teria de pagar seu tributo ao italiano, português, japonês e árabe, entre alguns outros, sem cujos braços o capital nativo não poderia ter empreendido suas realizações. Além dos braços, nomes como Jafet, Matarazzo, Calfat e Crespi se impuseram rapidamente no cenário industrial e social de São Paulo, pleiteando e conseguindo espaços na elite da época. Não houve, contudo, da parte da velha oligarquia cafeeira, aceitação fácil dos novos nomes. Nessa rejeição, o símbolo do bandeirante operou de maneira decisiva como configurador de casta, suposto e forjado ancestral dos “paulistas de quatrocentos anos”. As obras de Ellis Jr., Taunay e Alcântara Machado, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1992, p. 83-5; grifos originais), carregariam consigo significados claros:

*“[...] o qualificativo “bandeirante” [...] surgiu com todo o peso de um significado histórico inconfundível. [...] O sentido profundo, subjacente*



*a todos esses trabalhos, é a ligação estreita entre as qualidades dos bandeirantes e os predicados da elite paulista a que pertenciam. A filiação lhes parecia indiscutível, as virtudes da RAÇA se haviam mantido através do tempo, consubstanciadas nas atividades pioneiras e resultando no engrandecimento da nação, de que se mostravam os mais legítimos motores.*

*Os imigrantes, seus filhos, seus netos eram paulistas; porém bandeirantes eram somente aqueles cujos avós, bisavós e demais antecessores tinham trabalhado e pelejado no mesmo solo que agora abrigava a todos. O bandeirante enquanto símbolo era criado repleto de um conteúdo discriminatório; separava, no interior do estado, uma comunidade antiga de outra de origem recente, valorizando altamente a primeira em detrimento da segunda. Os historiadores do século XX se mostravam, pois, muito próximos de seus antecessores, Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus: como estes, seu intuito era traçar uma linha clara de separação entre “paulistas de 400 anos” e brasileiros.”*

Para uma crítica superficial, a figura do imigrante – principalmente o italiano, que, pelo número e ascensão econômica, mais se visibilizava socialmente – sofreu grave estigmatização por autores de alguma forma ligados à elite paulista, como Juó Bananére, António de Alcântara Machado e até Mário de Andrade. Todos pareciam refletir a rejeição da aristocracia local a uma figura pintada socialmente como tosca, rude e sinônimo de ridículo. Análise mais cuidadosa, todavia, observará matizes nessas interpretações entendidas à luz do mero reflexo social; e, com a mesma facilidade com que se encontram fatores de estigmatização, serão notados elementos de simpatia aos imigrantes, bem como crítica não especificamente a eles voltada, mas à ascensão genérica de uma burguesia *parvenue* e seus típicos processos sociais. Nesses três autores, ademais, não se pode encontrar o estilo característico do espírito laudatório e autopanegírico da “raça”, qual seja, a literatura “balofa e roçagante” – para lembrar a incisiva adjetivação de Paulo Prado – da herança academicista. O trato literário da elite conservadora, com todas as características citadas – que não precisam ser entendidas como defeito, já que, sob o influxo do discurso laudatório paulista, há realizações poeticamente bem-resolvidas – terá na oratória política seu local mais propício de expressão; e nos poetas cujas rotas se perderam do modernismo, seus máximos representantes. Ressalve-se, por consabido, que essa mesma elite exerceu papel central na explosão vanguardista do modernismo, com forte componente tradicionalista, cuja análise não cabe desenvolver neste ensaio.

O movimento armado de 1932 consiste no momento privilegiado da consolidação do discurso tradicionalista, com a disseminação de seus símbolos maiores pelos demais estratos da população paulistana. Em razão da necessidade de uniformizar e homogeneizar todo um povo em luta, pela construção de elos ideológicos inquebrantáveis, os líderes de 1932 não hesitaram em espriar a expressão “paulista de quatrocentos anos” como qualificativo genérico de todos os habitantes de São Paulo. Foi José de Alcântara Machado, em discurso na Faculdade de Direito – nicho afetivo maior do tradicionalismo elitista de São Paulo –, quem a cunhou. Martins Fontes, um dos mais bem-sucedidos representantes do beletrismo paulista, não perdeu a oportunidade de transportá-la para a literatura em um luxuoso livro de 1934, *Paulistania*, dedicado apenas a temas de São Paulo caros ao imaginário das elites conservadoras e das camadas médias que os assimilavam. Em “Todos cantam sua terra...” (FONTES, 1984, p. 41), o epíteto do “quatrocentão”, delineado perifrasticamente, assoma como insígnia diferenciadora da agora alargada casta paulista:

*“Paulista eu sou, há quatrocentos anos:  
Imortal, indomável, infinita,  
Dos mortos de que venho, ressuscita  
A alma dos Bandeirantes sobre-humanos.*

*Tenho o orgulho dos nossos altiplanos,  
Tenho a paixão da gleba circunscrita.  
Quero morrer, ouvindo a voz bendita  
Dos pausados cantares paulistanos.*

*De minha terra, para minha terra,  
Tenho vivido. Meu amor encerra  
A adoração de tudo quanto é nosso.*

*Por ela, sonho num perpétuo enlevo  
E, incapaz de servi-la, quando devo,  
Quero ao menos amá-la quanto posso.”*

A altissonância neoparnasiana e a “pureza” linguística consistiam nas características poéticas próprias da lírica elitista-bandeirantista. O estilo grandíloquo não faltará também a Guilherme de Almeida, aliás

antropófago arrependido da ala mais visceral do modernismo. Como neocadêmico, foi eleito o último dos “príncipes dos poetas brasileiros” e nesse estilo cantou São Paulo magnificamente, por meio do pavilhão do estado: em apelo aos símbolos jesuítas e bandeirantes, expõe a narrativa conservadora da cidade:

*“Bandeira da minha terra,  
Bandeira das treze listas:  
São treze lanças de guerra  
Cercando o chão dos Paulistas!*

*Prece alternada, responso  
Entre a cor branca e a cor preta:  
Velas de Martim Afonso,  
Sotaina do padre Anchieta!*

*Bandeira dos Bandeirantes,  
Branca e rota de tal sorte,  
Que entre os rasgões tremulante  
Mostrou as sombras da morte.*

*Riscos negros sobre a prata:  
São como o rastro sombrio  
Que na água deixava a chata  
Das Monções, subindo o rio.*

*Página branca pautada  
Por Deus numa hora suprema,  
Para que, um dia, uma espada  
Sobre ela escrevesse um poema.*

*O poema do nosso orgulho  
(Eu vibro quando me lembro!)  
Que vai de nove de julho  
A vinte e oito de setembro!*

*Mapa de pátria guerreira  
Traçado pela Vitória:  
Cada lista é uma trincheira;  
Cada trincheira, uma glória!*

*Tiras retas, firmes: quando  
O inimigo surge à frente,  
São barras de aço guardando  
Nossa terra e nossa gente.*

*São os dois rápidos brilhos  
Do trem de ferro que passa:  
Faixa negra dos seus trilhos,  
Faixa branca da fumaça.*

*Fuligem das oficinas;  
Cal que a cidade empoa;  
Fumo negro das usinas  
Estirado na garoa!*

*Linhas que avançam: há nelas,  
Correndo num mesmo fôto,  
O impulso das paralelas  
Que procuram o infinito.*

*É desfile de operários;  
É o cafezal alinhado;  
São filas de voluntários;  
São sulcos do nosso arado!*

*Bandeira que é o nosso espelho!  
Bandeira que é a nossa pista!  
Que traz no topo vermelho,  
O coração dos Paulistas!”*

(ALMEIDA, 1982, p. 90-1)

O poema é contundente, mesmo àqueles que não estejam vinculados ideologicamente a seu conservadorismo, em razão da engenhosidade retórica e o efeito encantatório dela decorrente – o mesmo, diga-se, utilizado para congregar os diversos estratos sociais na chamada causa constitucionalista. “Bandeira Paulista” foi escrito na noite de 2 para 3 de novembro de 1933, na volta do exílio de Guilherme de Almeida em Portugal; tem por motivo o artigo de uma então provável constituição

getuliana – imposta, efetivamente, quatro anos depois, com o Estado Novo – que vedava aos estados o uso de insígnias próprias. Símbolo dos símbolos, o pavilhão das treze listas tem aliançadas no poema todas as imagens caras ao “Paulista” (com inicial maiúscula, num esforço de entificação metafísica, assim como em “Bandeirante”, “Monções” e “Vitória”). Nele aparecem o sertanista, o jesuíta e as caravelas de Martim Afonso de Sousa – referência esta à arca de Noé da suposta nobreza paulista. Também se faz notar o orgulho pela pujança econômica (“trem de ferro”, “fuligem das oficinas”, “fumo negro das usinas”), que parece infundável, como o “impulso das paralelas que buscam o infinito”. Nove de julho e vinte e oito de setembro se apresentam como datas do civismo de São Paulo, marcos do início e fim da revolta armada de 1932. Finalmente, o povo, a cultura dos imigrantes e das camadas desprivilegiadas estão ausentes; surgem apenas na disciplinada forma subliminar de “desfile de operários”, “sulcos de arado” e “cafezais alinhados” pela mão de obra colona, bem como na “fila de voluntários”, obediente às ordens dos chefes políticos das elites.

Não poderiam caber mesmo imigrantes e operários nessa simbologia paulista, pois será difícil dizer que qualquer de seus valores houvesse sensibilizado profundamente os estratos dirigentes. Se, para os imigrantes, boa parte de tal segregação se estiolou, à força da união de famílias imposta pelos interesses financeiros, para outros setores da população a resistência parece ainda viva. Citem-se os afrodescendentes e nordestinos, que até hoje merecem da população, em especial de boa parte das chamadas classes médias conservadoras, enorme carga de preconceito. Na literatura, o teatro de Jorge Andrade encenou o drama da decadência cafeeira em peças nas quais o italiano emergente sofria a repulsa da aristocracia quatrocentona, descendente dos bandeirantes e dos pioneiros da caravela de Martim Afonso de Sousa. Distanciado do conflito mais acirrado em vinte anos, Andrade preferiu o drama de fundo histórico à paródia e ao sarcasmo, discursos de eleição de Juó Bananére e António de Alcântara Machado, por exemplo, contemporâneos do choque cultural em seus momentos mais agudos.

Em que pese a citação a Juó Bananére, de notável assimilação popular, os ideais da nobreza paulistana por ele trazidos à luz – de forma velada, diga-se – diluíam-se no humor. Nesse sentido, o trabalho de artistas que evocaram os ideais bandeirantes – ou, por metonímia, a grandeza paulista – sem o distanciamento do cômico ainda está por ser estudado na recepção do público médio. Nomes como Paulo Setúbal e Amadeu de Queiroz, por exemplo, exerceram papel importante na vulgarização do hábito de leitura na São Paulo de meados do século XX, que viu os primeiros *booms* editoriais, notadamente os do Clube do Livro e da Coleção Saraiva, cujos exemplares

até hoje são encontrados nos alfarrábios. O papel de tais coleções de leitura na formatação da opinião pública letrada e conservadora foi provavelmente inestimável; ao lado de clássicos do folhetim e das escolas romântica e realista luso-brasileiras, a Coleção Saraiva, por exemplo, foi pródiga em edições de romances de fundo histórico brasileiro, em geral exaltando figuras paradigmáticas, incluindo os bandeirantes – personagem de eleição de Paulo Setúbal, por exemplo.

As manifestações culturais de consumo popular também foram pródigas na repetição parafrástica da fala elitista. Restringindo-se aos meados do século XX, a letra de Avaré, por exemplo, em “São Paulo Quatrocentão” duplica – com parco estilo – as glórias da tradição inventada pelas camadas dominantes. Mais do que Guilherme de Almeida e Martins Fontes, no entanto, a música popular lograva diluir eficazmente nas massas as mensagens simbólicas pretendidas pelas camadas ditas cultas. Todos, afinal, pareciam capazes de entender palavra por palavra a letra da polca composta em parceria com Garoto e Chiquinho:

*“Oh, São Paulo! Oh, meu São Paulo!  
São Paulo Quatrocentão!  
Oh, São Paulo! Oh, meu São Paulo!  
Você é o meu torrão.  
Oh, São Paulo! Oh, meu São Paulo!  
São Paulo das tradições...  
Um São Paulo, minha terra,  
Mora em todos corações.*

*Você é lindo, é;  
É a terra do nosso café  
E o grande centro da nossa indústria,  
É o grande esteio nacional...  
Você é varonil,  
Orgulho deste meu Brasil.  
Oh, meu São Paulo!  
Você é forte, é colossal! [...]”*

(AVARÉ ET AL, 1953?)

A assimilação da fala do outro não se restringe apenas a um momento da produção cultural de massas. Na mesma época da polca de Garoto e

Chiquinho, o dobrado “Quarto Centenário”, de Mário Zan e João Manuel Alves, teve êxito ainda mais incisivo:

*“São Paulo, terra amada,  
Cidade imensa de grandezas mil,  
És tu, terra dourada,  
Progresso e glória do meu Brasil.*

*Ó, terra bandeirante,  
De quem se orgulha a nossa nação,  
Deste Brasil gigante  
Tu és a alma e o coração.*

*Salve o grito do Ipiranga,  
Que a história consagrou:  
Foi em ti, ó, meu São Paulo,  
Que o Brasil se libertou.  
O teu quarto centenário  
Festejamos com amor:  
Teu trabalho fecundo mostra  
Ao mundo inteiro teu valor.*

*Ó linda terra de Anchieta,  
Do bandeirante destemido,  
Um mundo de arte e beleza  
Em ti tem sido construído.  
Tens tuas noites adornadas  
Pela garoa em denso véu  
Sobre os teus edifícios,  
Que até parecem beijar o céu.”*

(ZAN, ALVES, 1953?)

Ironicamente, a música militar com letra recheada de conservadorismo bairrista foi composta por um italiano e um português...

## Simbologias no espaço urbano

A letra do dobrado musicado de Mário Zan aponta, aliás, para uma ironia histórica: o grito do Ipiranga, que o acaso fez com que ocorresse em São Paulo – em 1822, uma província ainda com expressão menor no conjunto brasileiro. Num bairro marcado pela colonização sírio-libanesa, o Monumento do Ipiranga está afastado dos centros referenciais da simbologia paulistana, de seus panteão e monumentos do Ibirapuera, de seu venerando Pátio do Colégio. Nicolau Sevcenko (1992: 249) lembra, a propósito, a “paulistanização” do Museu do Ipiranga, adornado com cenas da antiga vida paulista, bustos de bandeirantes e retratos de antigos senhores da aristocracia.

Mais apropriadamente, as “casas do bandeirante” preservam, nos bairros paulistanos, as formas históricas do colonizador de Piratininga, com relevo para a construção em taipa de pilão. A Casa do Butantã, talvez a mais significativa delas, é remanescente do século XVIII, tendo sido restaurada com base em projeto de Luís Saia. Sua configuração definitiva como museu ocorreu por ocasião das comemorações do quarto centenário de fundação de São Paulo, quando outras obras de importância surgiram, consolidando na simbologia urbana os ícones do imaginário bandeirantista e sua evolução inventada: dos intrépidos desbravadores aos guerreiros de 1932.

De início restrito ao que se chama hoje de “centro velho”, tendo como referência a Praça da Sé, São Paulo oferece nesse espaço seu preito aos jesuítas. Na continuidade da praça central, ergue-se o Pátio do Colégio. O jesuíta, portanto, parece o símbolo “originário” da paulistanidade, intimamente relacionado ao próprio ato de *fundação* da vila de Piratininga. Está, assim, espalhado na área mais antiga da cidade.

A cultura do café e a inversão de capitais que resultaram na formação da metrópole fizeram com que a cidade se espalhasse, a fim de suportar o crescimento populacional. O Bexiga, o Brás, a Mooca e arredores abrigarão majoritariamente italianos e nordestinos; o Bom Retiro terá maioria hebraica; o Ipiranga atrairá os sírio-libaneses. Tais espaços, repletos de plebe estrangeira bem misturada à nacional, não possuem significativos marcos simbólicos associados à vetusta honra piratininguense. As classes altas buscarão abrigo a oeste do centro velho, no espigão da Paulista. De lá até a várzea do Rio Pinheiros, haverá crescimento posterior aos anos 1920, em que ficam patentes os símbolos paulistas ligados às classes dominantes.



Ressalte-se que, até hoje, a região oeste de São Paulo está ocupada por população de razoável a alto poder aquisitivo. Na esteira daquele crescimento, surgiu na segunda metade do século passado o bairro do Morumbi, em que o Executivo erigiu o seu Palácio dos *Bandeirantes*. No acesso do centro a esses bairros da classe média-alta, duas avenidas marcaram época na reformulação urbana de São Paulo: a Nove de Julho – que lembra o aniversário da assim chamada, oficialmente, Revolução Constitucionalista de 1932 – e a Vinte e Três de Maio – que tira seu nome da data comemorativa do soldado constitucionalista. M.M.D.C., aliás, é rua do Butantã – primeiro bairro pós-Rio Pinheiros do crescimento a oeste –, prestando homenagem aos manifestantes feridos mortalmente ou mortos em 23 de maio de 1932: Euclides Bueno *Miragaia*, Mário *Martins* de Almeida, *Dráusio* Marcondes de Sousa e Antônio Américo *Camargo* de Andrade. Cada um deles, aliás, terá seu nome emblemático afixado em travessas ou transversais da M.M.D.C. Entre esta e as Ruas Camargo e Reação (de São Paulo a Getúlio), o antigo terreno baldio deu origem, na década de 1970, a uma praça com um monumento ao M.M.D.C. O bairro não se esqueceu do “herói anônimo de 1932”, tendo a movimentada Rua Alvarenga homenageado Orlando de Oliveira Alvarenga, que, apesar de ferido em 23 de maio, somente veio a falecer a 12 de agosto de 1932, quando já constituída a famosa sociedade sob o acrônimo M.M.D.C. Trata-se o Butantã, pois, de bairro erigido em torno dos últimos heróis da elite paulista. As ruas da contígua City Butantã lembram igualmente importantes personagens do movimento armado, como Waldemar Ferreira, Francisco Morato e Palimércio de Resende.

Nessa mesma região urbana, o Ibirapuera, parque da modernidade paulistana, estruturado em definitivo durante as comemorações do quarto centenário da fundação de São Paulo, abriga a Assembleia Legislativa (Palácio *9 de Julho*) e o Monumento às *Bandeiras*, de Victor Brecheret, que a sempre instigante criação literária do povo logo alcunhou de *Deixa-Que-Eu-Empurro*.

Alargando o olhar pela grande cidade, a conotação bandeirante será notada em outras distâncias, e mesmo além das dimensões institucionais da capital: a estátua de Borba Gato, esculpida por Júlio Guerra, em Santo Amaro, é paroxismo *kitsch*, incontornável ao olhar: o “monstramento” do coração paulistano. Saem da metrópole em direção ao vasto mundo devassado pelos heróis paulistas as Rodovias Fernão Dias, Raposo Tavares, Anhanguera e Bandeirantes. Além delas, a Anchieta e a Imigrantes renovam o preito ao ato heroico da

fundação da cidade pelos jesuítas, que subiram a Serra do Mar, e àqueles que, percorrendo o mesmo caminho, foram o alicerce do ciclo do café e da industrialização.

Os atos falhos do discurso elitista residem no eugênico nome do bairro de Higienópolis, cujas ruas homenageiam quatrocentões – ou aqueles que se consideravam os legítimos paulistas, por terem seus ancestrais desembarcado juntamente com Martim Afonso de Sousa. O bairro é resultado do loteamento das chácaras dos Barões de Ramalho e Wanderley, compradas, ainda no final do século XIX, pelos investidores alemães Martinho Buchard e Victor Nothmann, que delinearam espaço de luxo ao gosto francês do *ethos* “civilizatório” das elites ansiosas pela construção de uma ideia de Brasil branco e europeu.

Moradores ilustres somente, em tese, por pertencerem à aristocracia paulista (Maria Antônia da Silva Ramos, Maria Angélica de Sousa Queirós, Veridiana da Silva Prado, entre outros) emprestam seus nomes às ruas do bairro ou próximas, configurando um nicho permanente de lembranças da vida aristocrática dos barões do café, em que cabem o eclético do *art nouveau*, os obedientes serviços, pomares e jardins das “vilas”.

É, no entanto, no monumento funerário de 1932, no Ibirapuera, que os atos falhos do bandeirantismo tomam forma hierarquizada. Nessa catacumba, os restos mortais dos soldados repousam no sono eterno de gavetas; os mais eminentes comandantes e alguns nomes de relevo ganharam o louvor de urnas metálicas, em separado; mas somente duas personagens da epopeia mereceram jazer em campas, em contato com a mãe-terra: Guilherme de Almeida e Ibrahim de Almeida Nobre, respetivamente o poeta e o tribuno do movimento armado. Mais: poeta e tribuno de uma certa paulistanidade desabrida, guerreira, nobre e heroica, amiga da grandiosidade épico-oratória apropriada à “raça de gigantes” bandeirante. A classe hegemônica soube conceder o lugar de honra máxima não àqueles que (somente) pegaram em armas, mas aos que (principalmente) legitimaram e vulgarizaram no espírito popular, com poemas e discursos, com o encantamento da audiência, os ideais intrépidos dos sertanistas ancestrais. Os valores vetustos da saga bandeirante foram, para os chefes de 1932, parte importante das justificativas ideológicas sobre que se desenrolou o movimento armado. A grandiosidade da epopeia se reflete nos mais de setenta metros de altura do obelisco sobre o mausoléu, fazendo desse monumento o mais alto da cidade, em obra do engenheiro Ulrich Edler e projeto de Galileo Ugo Emendabili.

Os mosaicos que o adornam trazem passagens bíblicas, que sacralizam as da história paulista, na mesma plataforma – construção ideológica comum, diga-se, nos túmulos de combatentes espalhados pelos cemitérios da cidade. Guilherme de Almeida encarregou-se dos versos inscritos nas quatro faces da base do monumento, mantendo em relevo os caracteres épico (com ressaibos camonianos) e sacralizante: *“Aos épicos de julho de 32, que, / fiéis cumpridores da sagrada promessa/feita a seus maiores – os que/moveram as terras e as gentes por/sua força e fé – na lei puseram sua/força e em São Paulo sua Fé.”* Completam o sentido as inscrições junto à entrada do mausoléu, do mesmo poeta: *“Viveram pouco para morrer bem/morreram jovens para viver sempre.”*

O marco de 1932 pode ser considerado o ápice do sentimento de preito ao bandeirante em São Paulo, bem como o propulsor do erguimento de seus últimos marcos simbólicos urbanos (ao menos os mais marcantes), incluindo o obelisco sobre o mausoléu do Ibirapuera. Associar a cidade ou o estado ao bravo explorador de outrora, altaneiro, independente, sugere grande poder de afirmação junto ao restante do país. Com o café e a indústria, o bandeirante se torna símbolo e mártir do velho ideal de riqueza e êxito, cujas recompensas somente se mostraram para gerações subsequentes. O movimento armado de 1932 prestou-se para consolidar de vez o símbolo do sertanista impávido, associado ao movimento maior do civismo paulista. Analogicamente ao serviço prestado à nação por Raposo Tavares, Fernão Dias e Anhanguera, ao lhe definirem os limites, os assim chamados “revolucionários constitucionalistas” construíram a ideia de uma ação benemérita ao Brasil, já que se lutava por ideais democráticos e civilizados, em contraponto à barbárie do governo de força varguista.

## **Identidades inventadas, simbologias a inventar**

O processo formador da identidade coletiva passa por antagonismos e negociações de sentido entre valores e discursos de variada origem e conteúdo. São Paulo (cidade e seu metonímico estado) associa-se hoje, precipuamente, ao bandeirante (elevado à sinonímia de “paulista”) e a seus supostos descendentes em valor, os guerreiros de 1932. Tal associação se deu por um processo de sedimentação, no imaginário coletivo, do ideário forjado nas camadas detentoras de poder.

Há, por certo, uma São Paulo de Mazaropi e Garotos Podres, de Vila Madalena e Boca do Lixo, de Racionais MC’s e Programa Sílvio Santos, de Juó Bananére e Plínio Marcos, de José “Buemba” Simão e Adoniran Barbosa, cujos discursos passam (nem sempre em coerência rígida) ao largo do bandeirantismo oficial. Que marcas urbanas configuraram tais símbolos paulistas e paulistanos, tão significativos quanto o bandeirante

e o soldado de 1932? Será necessário demarcar a cidade com troféus de sua presença para mantê-los vivos e associados à Pauliceia? Ou haverá maneiras de trazê-los mantidos em permanente diálogo com as narrativas “pedagógicas”?

Tal processo será necessário para sua permanência e longevidade? Afinal, as marcas em pedra na fisionomia urbana são concretas ao olhar, próprias à sobrevivência factual, bem mais do que canções e escritos.

Há uma pesquisa árdua a realizar para deslindar a arqueologia das narrativas paulistanas, as que vieram e as que virão. Este ensaio, mais do que apontar respostas, procurou lançar algumas hipóteses para a continuação desse trabalho.



MAURÍCIO MARTINS DO CARMO É LICENCIADO EM LETRAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, INSTITUIÇÃO EM QUE REALIZOU SEUS ESTUDOS EM NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO, EM TEMAS RELACIONADOS AO IMAGINÁRIO E À IDENTIDADE COLETIVA DE SÃO PAULO. PERTENCE ATUALMENTE AO QUADRO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.





Repaisagem #15

Marcelo Zocchio

\*montagem sobre foto de Aurélio Becherini/Museu da Cidade-Casa da Imagem

imagem retirada do livro *Repaisagem São Paulo*

# Evolução Histórica da Verticalização em São Paulo: Balanço e Perspectivas

NADIA SOMEKH  
GUILHERME GAGLIOTTI

A VERTICALIZAÇÃO EM SI NÃO É UM PROBLEMA, MAS A FORMA, QUE VEM ASSUMINDO NA CIDADE DE SÃO PAULO, SIM: CONDOMÍNIOS FECHADOS, MÚLTIPLAS VAGAS DE GARAGEM E TRANSBORDAMENTO METROPOLITANO. ESTE ARTIGO APRESENTA O PANORAMA GERAL DA VERTICALIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO ENTRE 1920 ATÉ HOJE, PODEMOS ASSIM CONTRIBUIR NO ENTENDIMENTO DA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO, BEM COMO NA (RE)FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE. O PRESENTE ARTIGO FOI DESENVOLVIDO A PARTIR DA PESQUISA SOBRE VERTICALIZAÇÃO DE SÃO PAULO APONTANDO, PRINCIPALMENTE, SUA QUANTIFICAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO. A PERIODIZAÇÃO DO TRABALHO FOI PROPOSTA A PARTIR DA ANÁLISE E ESTABELECIMENTO DE MARCOS SIGNIFICATIVOS NA INTERVENÇÃO DO ESTADO. ALÉM DISSO, O TRABALHO COLOCA A SEGUINTE PERGUNTA: SERÁ QUE O PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO CONSEGUIU PRODUZIR UMA CIDADE MAIS DENSA E SOCIALMENTE JUSTA? NESTE MOMENTO EM QUE A CÂMARA MUNICIPAL DISCUTE O PLANO DIRETOR, ACHAMOS OPORTUNO VERIFICAR QUE SUAS PROPOSTAS APONTAM PARA UM MELHOR CRESCIMENTO VERTICAL PARA A CIDADE DE SÃO PAULO.

A pesquisa sobre o crescimento vertical de São Paulo é uma tarefa difícil e complexa, pode-se, no entanto, oferecer um panorama geral do processo, quantificá-lo e apontar seus principais problemas. A verticalização em si não é um problema, e sim a forma que vem assumindo em São Paulo: a cidade foi perdendo o seu projeto de urbanidade e é necessário resgatá-lo.

Os quase 30 mil edifícios de apartamentos existentes em São Paulo representam uma densidade baixa e transbordaram para as cidades vizinhas. São Paulo é vertical, mas não é densa. A legislação elitizou os

apartamentos e, a partir dos anos 50 até os anos 80, reduziu os coeficientes de aproveitamento. Mesmo com a outorga onerosa do direito de construir, a cidade apresenta um coeficiente de aproveitamento médio de aproximadamente 1,20 vezes a área do terreno e, portanto, baixa produtividade urbana. Isso se deve à histórica priorização do transporte individual em detrimento do transporte coletivo, que hoje congestionava a cidade. Além disso, verificamos que o aumento de condomínios fechados vem eliminando a perspectiva do edifício “construir” a própria cidade. Constatamos também a redução histórica do protagonismo de arquitetos e de bons projetos de arquitetura, hoje banalizados.

A legislação e as opções de transporte não produziram uma cidade compacta e sua elitização afastou o apartamento como alternativa democrática de morar. As intervenções públicas recentes começam a reverter essa lógica, estimulando até a produção do mercado com os subsídios do Programa Minha Casa Minha Vida. Estamos num ponto de inflexão? A nova Lei Federal de Mobilidade Urbana, o recém-criado Conselho de Arquitetura e Urbanismo, a democratização do debate da cidade poderão aumentar a qualidade urbana, tornando São Paulo mais sustentável e inclusiva?

O artigo aqui apresentado resulta da pesquisa sobre o crescimento vertical da cidade de São Paulo iniciada em 1978, na antiga COGEP - Coordenadoria Geral de Planejamento. Essas pesquisas são aqui complementadas, principalmente, pela atualização de Pesquisa realizada para o mestrado de Guilherme Gagliotti (2012) e pelos estudantes do PPGAU, que vêm desenvolvendo este tema.

Inicialmente a pesquisa tinha um triplo objetivo: um primeiro vinculado às questões de Patrimônio Histórico, um segundo à revisão do Plano Diretor e do Zoneamento e um mais acadêmico voltado à evolução dos preços da terra em São Paulo (SOMEKH, 2012). Nos três casos interessava saber onde, quando e por que ocorre a verticalização, para eventualmente controlá-la ou entender sua relação com os processos de valorização fundiária/imobiliária.

Essas três perguntas essenciais nos levaram a definir um conceito para verticalização entendida como a multiplicação do solo urbano, possibilitada pelo elevador, o que de um lado possibilitou um recorte temporal da pesquisa e de outro, conduziu a uma fonte empírica que permitiu responder pelo menos às duas perguntas iniciais. A “descoberta” do Registro de Elevadores na Prefeitura – CONTRU – possibilitou quantificar o fenômeno e localizá-lo. Quanto à explicação



da verticalização, isso requereu a construção de um referencial teórico que articulou processos econômicos, culturais, políticos e sociais.

Até dezembro de 2011, contávamos em São Paulo 63.893 elevadores instalados em 26.621 edifícios, como mostra a curva abaixo produzida a partir das informações do registro de elevadores no CONTRU - PMSP (SOMEKH, 1987; GAGLIOTTI, 2012).



FONTE: CONTROLE DO USO DE IMÓVEIS – CONTRU 5, ELABORADO POR SOMEKH E GAGLIOTTI.

O desenvolvimento econômico não está apenas relacionado à produção do espaço urbano, mas é parte integrante dele. Isso significa que o urbano não é entendido como “lugar”, base da reprodução do capital, mas como parte integrante do processo de acumulação e, portanto, sujeito às leis do valor (LIPIETZ, 1977).

Assim sendo, a periodização aqui adotada para o crescimento vertical não só segue os grandes períodos do desenvolvimento econômico, mas também os movimentos políticos no Brasil por meio da ação do Estado de maneira geral, e ainda especificamente em relação ao urbano. Esses dois critérios – o desenvolvimento da economia e a ação do Estado – somados a um terceiro critério, específico à caracterização do fenômeno estudado, e suas variações quantitativas e qualitativas, nortearam a definição dos períodos e a sua descrição. Provavelmente, outras cidades brasileiras apresentarão periodizações análogas.

O artigo que aqui apresentamos aponta principalmente os efeitos da verticalização em São Paulo e os elementos que configuraram uma cidade dispersa e elitista, produzida pela combinação do desenvolvimento do capital imobiliário na busca de terrenos mais

baratos, uma legislação aparentemente restritiva e a recorrente desistência de investimentos em transporte coletivo de massa por parte do poder público. Este processo, aliado aos financiamentos voltados às classes mais adimplentes, resultou numa cidade difusa e elitizou a produção imobiliária, excluindo a população mais pobre da cidade. Quem sabe com um novo Plano Diretor, que reduza vagas de garagem e elimine muros dos condomínios fechados, ou, ainda, com o programa Minha Casa Minha Vida, isso poderá ser revertido.

## **Os marcos significativos da verticalização em São Paulo**

É difícil precisar o início da verticalização em São Paulo, e apenas o gráfico de evolução quantitativa do crescimento vertical não define seus períodos. Para tanto, utilizamo-nos de algumas intervenções do Poder Público.

Nesse sentido, e retomando nossa definição do fenômeno que considera o elevador como elemento importante no processo de verticalização, pode-se afirmar que seu uso começa na primeira década do século 20. Em 1920, na Lei nº 2.332, os elevadores são mencionados prescrevendo-se que a sua existência não elimina a necessidade de escadas (SOMEKH, 1987).

Em 1925, os elevadores já atingem um número considerável, a ponto do Poder Público exigir, pela Lei nº 2.818, de 9 de fevereiro desse ano, uma licença para o seu funcionamento. Todavia, essa lei só é efetivamente implementada em 1940, quando é criado o registro de elevadores, período a partir do qual a verticalização passa a alcançar número significativo.

Mas a legislação que interfere efetivamente na verticalização é aquela que restringe a potencialidade construtiva do terreno. Quanto a esse aspecto, a verticalização em São Paulo limitou-se, até 1957, apenas ao estabelecimento de alturas máximas, que, como veremos, nem sempre consistia numa limitação efetiva.

Em 1957 o urbanista Anhaia Mello, preocupado com o excessivo adensamento e a sobrecarga das vias e da infraestruturas em São Paulo, formulava a Lei nº 5.621, propondo a limitação do coeficiente de aproveitamento a quatro vezes a área do terreno para qualquer

edificação na área urbana da cidade. A reação à lei por parte dos construtores foi enérgica e, durante a sua regulamentação, ampliou-se o coeficiente de aproveitamento para seis vezes a área do terreno, apenas para edifícios comerciais. Esse coeficiente, na prática, ficou valendo também para edifícios residenciais, pois, formalmente, os construtores alegavam que seu uso seria comercial, por exemplo, para consultórios.

O ano de 1957 pode ser considerado um marco no processo de verticalização em São Paulo, pois, pela primeira vez, limitava-se a ocupação dos terrenos, o que provocou o seu espraiamento e, como veremos adiante, limitava-se ainda o tipo de população que poderia morar em apartamentos.

Outro marco importante é 1967, período em que se iniciam as ações do BNH (Banco Nacional da Habitação) e o SFH (Sistema Financeiro da Habitação), criados pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para promover a aquisição da casa própria, especialmente junto à população de baixa renda.

Até 1967 o BNH não dispunha de recursos para cumprir tal finalidade, os quais foram obtidos através da gestão dos depósitos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Isso determinou um impulso significativo aos empreendimentos imobiliários que se caracterizavam pela lentidão tanto na obtenção de recursos quanto na execução da obra. Essa intervenção do Estado corresponde a uma ascensão acentuada da curva da evolução do crescimento vertical em São Paulo e em muitas cidades brasileiras.

Outra mudança significativa nos padrões de crescimento vertical decorreu da aprovação da legislação de zoneamento, Lei nº 7.805, de 1972, que representou nova alteração dos coeficientes de aproveitamento dos terrenos da cidade de São Paulo. Dessa vez, houve uma redução considerável, uma vez que o coeficiente predominante na cidade passou a ser de duas vezes a área do terreno, podendo, apenas em algumas áreas, chegar ao limite de quatro vezes, como nas Z3, Z4, Z5, Z10 e Z12.

A Lei de Zoneamento provocou um novo espraiamento da verticalização, um aumento da demanda de terrenos pelo setor imobiliário produtor de edifícios, acarretando uma sobrevalorização dos preços fundiários.

O fim do BNH em 1986, a Constituição de 1988, que estabeleceu limite ao direito de propriedade, e as Operações Urbanas e Interligadas, que aparecem neste mesmo ano, representaram uma reversão da redução da verticalização, possibilitando o aumento dos coeficientes através da compra deste direito.

Os anos de 2002 e 2004, com o Plano Diretor Estratégico - PDE e a revisão subsequente do zoneamento, também se constituem em marcos para o crescimento vertical da cidade, representando um significativo transbordamento dos limites do Município de São Paulo. O que se constata é que São Paulo é aparentemente vertical, mas não é densa (seu coeficiente de aproveitamento médio é baixo, em torno de 1,20 vezes a área do terreno). Isso se deve ao padrão adotado para o sistema de transportes baseado no automóvel, em detrimento de um transporte coletivo de massa.

Em síntese, se considerarmos a variável referente à ação do Poder Público articulada às periodizações anteriores, bem como à curva de crescimento vertical, apresentada acima, podemos definir os seguintes períodos de verticalização:

De 1920 a 1940, a verticalização europeia, período em que edifícios altos seguem padrões europeus de construção. (Adotamos, como data de início, o quinquênio 1920-1925, quando o elevador já é mencionado pela legislação – 1920 –, quando o número de edifícios com elevador já preocupa o Poder Público – 1925 –, mas não atinge índices significativos que exijam uma sistematização, o que ocorre finalmente em 1940.);

De 1940 a 1957, a verticalização americana, de características ascendentes, que começa com a implantação do registro de elevadores e vai até a primeira limitação do coeficiente de aproveitamento dos terrenos. O padrão de construção valorizado passa a ser o norte-americano;

De 1957 a 1967, a verticalização do automóvel, período de estagnação ou crescimento moderado, quando a ênfase do crescimento econômico está voltada para outros setores, como o automobilístico, sendo que o automóvel define um novo tipo de ocupação;

De 1967 a 1972, a verticalização do milagre, período de ascensão vertiginosa que apresenta um índice de crescimento vertical bastante significativo, tendo início com as ações do BNH na promoção do desenvolvimento imobiliário;

De 1972 a 1988, a verticalização pós-zoneamento, começando depois da promulgação da legislação de zoneamento, passando pela desaceleração econômica da década perdida, o fim do BNH em 1986, até a Constituição de 1988 e do PD 88 que permitiu as Operações Urbanas e Interligadas, que possibilitaram um aumento dos coeficientes de aproveitamento;

De 1988 a 2004, a verticalização negociada, a reversão da “Desverticalização” anterior, através do aumento de coeficientes proporcionado pelas Operações Urbanas e Interligadas, aliadas à constituição dos fundos de pensão, produziu novos eixos do setor terciário avançado, tais como a Faria Lima, Berrini, Marginal Pinheiros, Juscelino Kubitschek; e,

De 2004 até 2011, a verticalização metropolitana, a guerra de coeficientes da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, aliada aos preços fundiários mais baixos, atraiu o crescimento vertical para cidades vizinhas ou para outras centralidades mais distantes, como Alphaville, ampliando os deslocamentos pendulares e agravando ainda mais o trânsito de São Paulo.

Ressaltamos que o crescimento vertical em São Paulo pode ser dividido em duas partes: uma primeira até 1988, que denominamos de Desverticalização, e outra, depois de 1988 até hoje, em que a reversão da redução dos coeficientes de aproveitamento através das Operações Urbanas e da Outorga Onerosa não se apresenta como suficientes para produzir uma cidade compacta e evitar um transbordamento metropolitano da verticalização.

## **A verticalização negociada (1988-2004)**

Até 1988, São Paulo contava com 35.165 elevadores instalados em 16.589 edifícios, sendo que 8.248 foram construídos entre 1973 e 1988 (SOMEKH, 1987).

A verticalização, neste período, caracteriza-se por uma nova expansão provocada pela Lei de Zoneamento, de dezembro de 1972, que, a partir de sua vigência em 1973, estabelece novas limitações aos coeficientes de aproveitamento dos terrenos urbanos, em proporções ainda maiores que as limitações definidas pela legislação de 1957. O crescimento vertical deixa de ser predominantemente um processo de reconstrução

urbana, pois passa a se verificar em áreas da periferia da cidade, ocupando grandes terrenos vazios.

No final de 2004, a cidade de São Paulo tinha 54.684 elevadores e 23.748 edifícios, dos quais 7.159 foram construídos entre 1988 e 2004 (GAGLIOTTI, 2012). A partir deste período, verificamos uma queda na produção vertical da cidade de São Paulo, que é compensada pelo transbordamento para cidades vizinhas.

Os bairros que registraram maior verticalização no período localizam-se no vetor Sudoeste da cidade: o Morumbi com 5,46% do total de edifícios construídos no período, o Itaim Bibi e Moema com 5,21% e, empatados em terceiro lugar, Jardim Paulista e Pinheiros com 4,96% (GAGLIOTTI, 2012). Os novos produtos, os condomínios fechados, reproduzem a verticalização principalmente no setor Sudoeste e na Zona Leste em torno das estações do Metrô, como são os casos dos bairros Tatuapé e Jardim Anália Franco, com ocupação predominante de apartamentos de alto padrão.

O aumento da verticalização no vetor Sudoeste está relacionado à criação de novas centralidades. O zoneamento mais permissivo do centro se deslocou para a Avenida Paulista, o aumento dos preços fundiários aliado à oferta de terrenos em novas áreas deslocou o centro para novas localizações, como por exemplo, Faria Lima, Berrini e Marginal Pinheiros. Para Villaça, o deslocamento das classes de mais alta renda atrai as atividades centrais, aumentando os preços fundiários e inviabilizando a localização formal dos mais pobres em áreas de oferta de emprego, processo que o autor denomina “a produção do perto e do longe” (VILLAÇA, 1998).

A Avenida Faria Lima avançou nas duas extremidades, ultrapassou o Largo da Batata e chegou ao cruzamento com a Avenida Pedroso de Moraes e do outro lado, atravessou a Avenida Juscelino Kubitscheck e se estendeu até a Avenida Hélio Pellegrino. O prolongamento da Faria Lima delimitou o bairro do Itaim Bibi, que ficou entre a Marginal do Rio Pinheiros e a Avenida São Gabriel. Esse fato induziu o bairro ao crescimento vertical, uma vez que ficou “espremido” entre essas vias (ANTUNES, 2004).

A construção dos túneis sob o Parque do Ibirapuera, no final da década de 1990, transformou a Avenida Juscelino Kubitscheck em um eixo de ligação entre a Avenida 23 de Maio e a Zona Sul de São Paulo, despertando

o interesse de grupos de investidores imobiliários para a região do Itaim e Vila Olímpia.

A consolidação da Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, implantada ainda nos anos 80, também favoreceu o desenvolvimento do setor Sudoeste da capital. Durante a década de 90, muitas empresas nacionais e multinacionais se instalaram nos novos edifícios construídos na avenida e isso potencializou o crescimento vertical do bairro residencial do Morumbi, pois estava muito próximo à oferta de empregos oferecidos por essas novas empresas, mais precisamente do outro lado do Rio Pinheiros.

A região da Marginal do Rio Pinheiros, atual Avenida das Nações Unidas, acompanhou esse cenário de investimento e desenvolvimento dos bairros lindeiros, o ritmo de verticalização nesse eixo aumentou, impulsionado também pelas Operações Urbanas Faria Lima e Água Espraiada.

Em 1988 iniciou-se a operacionalização das Operações Urbanas. A lei que regulamenta as operações já havia sido criada em 1986, através da aprovação da Lei nº 10.209/86. Foi a primeira lei municipal a introduzir um mecanismo de retorno para a municipalidade, da valorização que os imóveis adquirem mediante o aumento de seu potencial construtivo. Além disso, permitiu reconhecer a diversidade de situações urbanísticas que a legislação de zoneamento não conseguia enxergar (SEMPA, 2001). Apesar da regulamentação nos anos 80, somente nos anos 90 é que podemos constatar a disseminação e os desdobramentos das operações urbanas.

A primeira Operação Urbana data de 1991 – a Operação Urbana Anhangabaú, Lei nº 11.090/91. Seus principais objetivos eram: executar um vasto programa de obras de reurbanização, melhoramento viário e paisagismo no Vale do Anhangabaú e seu entorno; melhorar, na área objeto da operação, a qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e usuários permanentes, promovendo a valorização da paisagem urbana e a melhoria da infraestrutura e da sua qualidade ambiental; incentivar o melhor aproveitamento dos imóveis, em particular dos não construídos ou subutilizados; incentivar a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental urbano; ampliar e articular os espaços de uso público, em particular, os arborizados e destinados à circulação e bem-estar dos

pedestres e, por fim, iniciar um processo mais amplo de melhoria à qualidade de vida e condições urbanas das áreas centrais, inclusive dos moradores de habitações subnormais (SEMPA, 2001).

A segunda operação, a Operação Urbana Faria Lima (OUFL), regulamentada pela Lei nº 11.732/95, está delimitada em função da melhoria e valorização ambiental da área de influência, definida pela implantação do sistema viário de interligação da Avenida Brigadeiro Faria Lima com a Avenida Pedroso de Moraes e com as Avenidas Presidente Juscelino Kubitschek, Hélio Pellegrino, dos Bandeirantes, Engenheiro Luiz Carlos Berrini e Cidade Jardim.

A OUFL foi dirigida, principalmente, para o mercado de escritórios de padrão alto e médio; a área da operação cruza e se estende pelo centro do vetor Sudoeste, eixo que, como vimos anteriormente, recebe o maior volume de investimentos públicos e privados há décadas, essa é a operação mais apoiada pelas instituições ligadas ao capital imobiliário. Os recursos obtidos foram dirigidos, primeiramente, para as obras de transposição viária das avenidas Rebouças e Cidade Jardim e para a execução de paisagismo ao longo da Avenida Faria Lima.

A terceira operação a ser criada, a Operação Urbana Água Branca (OUAB), regulamentada pela Lei nº 11.774/95, é delimitada pelo perímetro definido pela Avenida Pacaembu, Rua Paraguaçu, Rua Traipu, Rua Turiassu, Avenida Pompeia, Rua Carlos Vicari, Avenida Santa Marina e Avenida Comendador Martinelli. O objetivo da OUAB é ser a alternativa à desocupação ocorrida ao longo da linha do trem, em função da mudança do perfil do antigo parque industrial instalado na cidade.

Hoje em dia, podemos verificar os resultados da OUAB por meio da implantação de novos edifícios residenciais e comerciais e as novas universidades próximas à Estação Barra Funda do Metrô.

A quarta operação, regulamentada pela Lei nº 13.260/95, a Operação Urbana Água Espraiada (OUAE), iniciou-se em 1995 com a remoção de cerca de 50 mil pessoas que moravam em favelas dentro da área da operação. Os moradores foram transferidos para favelas próximas, havia promessas que os recursos obtidos na OUAE seriam destinados à construção de cerca de 8.500 unidades habitacionais, porém, como sabemos, até hoje essas unidades ainda não foram construídas (FONSECA, 2004).



Ainda de acordo com Fonseca, o discurso oficial era retórico: entre seus objetivos destacam-se a promoção da “ocupação ordenada da região, segundo diretrizes urbanísticas específicas para cada subárea”, promovendo “a participação dos proprietários, moradores e investidores nas transformações”, estabelecendo “programa de produção de habitações de interesse social”, recuperando “a valorização decorrente dos investimentos públicos para o atendimento das necessidades sociais da área” (FONSECA, 2004). Os recursos oriundos da OUAE já custearam a Ponte Octávio Frias de Oliveira sobre o Rio Pinheiros, o prolongamento da Avenida Água Espriada até a Rodovia dos Imigrantes, o prolongamento da Avenida Chucri Zaidan e ainda não vimos finalizadas as Habitações de Interesse Social.

A área objeto da Operação Urbana Centro (OUC), regulamentada pela Lei nº 12.349/97, é delimitada pelo perímetro configurado pela Avenida Alcântara Machado, Avenida Rangel Pestana, Largo da Concórdia, Estação da Luz, Avenida Duque de Caxias, Largo do Arouche, Rua Amaral Gurgel, Rua da Consolação, Avenida 9 de Julho, Avenida Radial Leste-Oeste (FONSECA, 2004).

A OUC procurou atrair investimentos imobiliários ao oferecer a possibilidade de construir até três vezes mais do que permitia a legislação genérica para a área, e ainda permitia transferir o potencial construtivo de imóveis tombados no centro para outros imóveis, inclusive para outras regiões da cidade. Ela visa, prioritariamente, aumentar a densidade habitacional na área central.

De fato, e diferentemente dos objetivos iniciais, as Operações Urbanas foram criadas para o financiamento de sistema viário através da venda de derrogações do zoneamento. O balanço crítico em relação a elas aponta para a produção de um espaço público voltado para o automóvel, sem projeto compreensivo que aumente efetivamente a qualidade urbana ou a inclusão social (CASTRO, 2007).

A cidade de São Paulo cresceu, assim como a economia do país, e as alternativas de financiamento se multiplicaram, aumentando também as áreas de verticalização. A limitação de coeficientes de aproveitamento no Município de São Paulo provocou o transbordamento para cidades limdeiras, com preços da terra mais baratos e potenciais construtivos maiores.

## **A verticalização metropolitana (2004-2011)**

Até dezembro de 2011, a cidade de São Paulo contava com 63.893 elevadores e 26.621 edifícios, dos quais 2.873 foram construídos entre o período de 2004 e 2011 (GAGLIOTTI, 2012). Nesse período, a verticalização pode ser encontrada em 72 bairros da cidade. Diferentemente dos períodos anteriores, quando os bairros de maior verticalização concentravam-se no setor Sudoeste, entre 2004 e 2011 a verticalização pulverizou-se por toda a cidade: o bairro de Moema registrou 5,17% do total construído no período, Tatuapé com 4,83%, Santo Amaro com 4,48% e, em quarto lugar, Saúde e Vila Mariana com 4,14% do total (GAGLIOTTI, 2012).

Outro ponto a ser notado é a verticalização na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP. Desde o início dos anos 2000, percentualmente, a RMSP se verticalizou mais que a cidade de São Paulo. Entre 2000 e 2011, houve um aumento de 319,79% no ritmo de verticalização na região (SECOVI, 2011).

São vários os fatores que podem explicar esse transbordamento, como, por exemplo, a escassez de terrenos para incorporação na cidade de São Paulo, o baixo estoque de potencial construtivo na capital, o desenvolvimento dos municípios vizinhos que despertam interesse do mercado consumidor com oportunidades, preços e condições mais convidativos e, principalmente, coeficientes de aproveitamento maiores.

O Plano Diretor Estratégico de 2002 gerou planos regionais, que por sua vez serviram de base para um novo zoneamento que, apesar de ter sido elaborado localmente e com os preceitos do Estatuto da Cidade, não reduziu as históricas disparidades até aqui descritas.

O Plano Diretor se propôs a constituir um instrumento de combate à desigualdade na cidade, promovendo a urbanização e a qualificação das áreas periféricas, a recuperação das áreas de proteção ambiental, estimulando o adensamento populacional nas áreas com boa infraestrutura e oferta de empregos e viabilizando a produção de habitações de interesse social.

Um dos instrumentos importantes do Plano Diretor é a definição das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, pois determinam, entre outras definições, que algumas áreas na zona central da cidade devam receber prioritariamente habitações de interesse social. Paralelamente, o Plano Diretor propõe instrumentos de regularização fundiária nas zonas periféricas da cidade e estimula novos eixos de centralidade nessas áreas.

Outro mecanismo de política urbana proposto pelo Plano Diretor é o estabelecimento de um coeficiente básico de aproveitamento igual a uma vez a área do terreno, podendo, eventualmente, chegar a duas vezes. O estabelecimento da “outorga onerosa” como mecanismo de política urbana foi muito bem absorvido pelo mercado, pois promoveu uma diminuição no valor final do lote urbano destinado à promoção imobiliária, repartindo os benefícios com o tesouro municipal. É, portanto, muito importante ampliar a participação na definição de prioridades, para que os recursos advindos sejam distribuídos de forma efetiva. A revisão do Plano Diretor deverá incluir mecanismos participativos previstos no estatuto da Cidade, e ainda inefetivos em São Paulo.

Hoje, em São Paulo, vemos a recorrente reprodução de condomínios fechados, murados, eliminando as perspectivas cidadãs, que, às vezes, se revoltam com o processo de destruição de bairros residenciais como a Vila Madalena ou Pinheiros. A maioria dos lançamentos tem denominações americanas e, apesar da redução do tamanho dos apartamentos, oferecem espaço gourmet, fitness center e piscinas. O espaço de lazer busca apenas reduzir o número de viagens de uma cidade congestionada. Um artigo especial da Folha sobre novos empreendimentos chama a atenção para a expansão da verticalização na Megametrópole. Santos, Campinas, Sorocaba e São José dos Campos são as novas áreas de boom vertical, que nem sempre representam o adensamento apontado pelo artigo. Estradas se transformam em avenidas atraindo condomínios, como a Via Dutra, Anhanguera e Bandeirantes (*Folha de São Paulo*, 21/06/2012).

Em síntese, a verticalização de São Paulo expandiu-se pela Região Metropolitana sem produzir uma cidade compacta, pois a reversão histórica dos investimentos públicos em transporte coletivo produziu uma cidade vertical, mas não densa. E o histórico processo de elitização do crescimento vertical não contribuiu para a redução de desigualdades. Continuamos com a pergunta inicial: será que esse processo poderá ser revertido, com quais instrumentos? A resposta reside na aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, bem como de um novo Plano Diretor que reduza desigualdades e que estimule a produção de uma cidade com mais qualidade.



NADIA SOMEKH É PRESIDENTE DO CONPRESP - CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DA CIDADE DE SÃO PAULO E DIRETORA DO DPH – DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. FOI DIRETORA DA FAU MACKENZIE – FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE MACKENZIE (2005 A 2009), PRESIDENTE DA EMURB – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO DE SÃO PAULO (2002 A 2004). PESQUISADORA DA VERTICALIZAÇÃO E PROJETOS URBANOS, É AUTORA DO LIVRO *A CIDADE VERTICAL E O URBANISMO MODERNIZADOR*.

GUILHERME GAGLIOTTI É MESTRE EM ARQUITETURA E URBANISMO PELA UNIVERSIDADE MACKENZIE (2012) E PESQUISADOR SOBRE A VERTICALIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO. ARQUITETO, DESENVOLVE PROJETOS DE EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS, RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS.









Repaisagem #1  
Marcelo Zocchio

\*montagem sobre foto de fotógrafo desconhecido/Museu da Cidade-Casa da Imagem  
imagem retirada do livro *Repaisagem São Paulo*



# Arqueologia Urbana: Trajetória e Perspectivas

PEDRO PAULO A. FUNARI  
RITA JULIANA SOARES POLONI

A Arqueologia Urbana é ramo mais antigo e produtivo da disciplina e isso se deve à própria importância das cidades. Neste artigo, será traçado um perfil da trajetória da Arqueologia Urbana no mundo, desde o início, tratando, em detalhe, das tendências recentes. Em seguida, serão abordados os rumos da disciplina no Brasil, com as suas peculiaridades. Antes disso, contudo, convém explicitar a abordagem adotada.

## Uma visão social da disciplina

A história da ciência é sempre um objeto controverso. Existe uma longa e respeitada tradição de considerar a ciência como o acúmulo de conhecimento, de geração para geração, acrescentado a realizações e descobertas anteriores. Nos ombros de gigantes, até pequenos passos podem ser considerados como progresso, como ponderavam nossos mestres renascentistas. Essa abordagem tem sido descrita por alguns como enfatizar os principais fatores internos que afetam mudanças em qualquer disciplina acadêmica. De fato, Eratóstenes no século três a.C. não teria sido capaz de calcular o diâmetro do nosso planeta sem os experimentos e raciocínios prévios de matemáticos e geógrafos anteriores. Ele se utilizou de conhecimentos prévios e não há discussão sobre isso. Mas dois outros tópicos têm de ser acrescentados: o contexto e ambiente alexandrinos, por um lado, e o destino de suas ideias. A Biblioteca de Alexandria como instituição acadêmica resultante da saída do império alexandrino da pólis da Grécia Antiga é fator determinante para explicar as conquistas intelectuais, muito além do limitado escopo de cidades em relação direta com o império e a sua visão de mundo. Foi um movimento dependente da mudança da cidade para mundo, de pólis para cosmopolitas.

Em alguns séculos o mundo não seria mais considerado redondo, nem as precisas medidas da circunferência da Terra feitas por Eratóstenes seriam consideradas certas. Por algumas centenas de anos o mundo se tornou plano e nenhum matemático, geógrafo ou filósofo grego, apesar de conhecido, era suficiente para mudar a perspectiva perseverante da Terra como um lugar completamente diferente. A ciência não é construída sobre antecessores, mas mudando princípios. Então, mais importante que acúmulo de conhecimento, os contextos históricos, políticos e sociais são essenciais para determinar e explicar mudanças na ciência. Isso também é chamado de abordagem externalista da história da ciência, ao enfatizar como circunstâncias sociais prevalecem ao moldar o pensamento científico, como considera Thomas Patterson ao discutir a história social da Antropologia dos Estados Unidos e esse é o principal guia da abordagem usada nesse trabalho. Em termos filosóficos continentais, tomar Heidegger, Wittgenstein, Derrida e Foucault, entre outros, também pode ser considerado como uma maneira de focar na forma em que só é possível pensar e falar em circunstâncias específicas. Qualquer que seja o nível de sofisticação do nosso entendimento, seja ele pragmático da matriz filosófica anglo-saxônica, ou mais elaborado e abstruso na linha hermenêutica continental, alemã e francesa, é claro que há mais do que o mero acúmulo de conhecimento, esse é o principal argumento deste artigo. A Arqueologia Urbana não pode ser desatrelada do contexto histórico, social e político.

## **As origens nacionalistas e imperialistas da disciplina**

Em linhas gerais, pode-se dizer que a história da Arqueologia institucionalizada começa com o surgimento da figura do arqueólogo. Até o final do século XVIII, o estudioso da Antiguidade era o antiquário, que, a partir daí, é substituído pelo arqueólogo. Com a nova figura do arqueólogo, as pesquisas se desenvolveram na medida em que escavações foram sendo realizadas. Todavia, de início, as realizações eram de caráter individual, até que se tornassem coletivas ao longo do século XIX. A mais célebre e importante instituição foi o Instituto de Correspondência Arqueológica, fundado em 1829 na cidade de Roma. Nesse mesmo espírito, a Grécia cria seu Departamento de Arqueologia em 1834 e a Sociedade Arqueológica de Atenas em 1837. A França também cria sua Sociedade de Arqueologia Grega em 1837, e, logo

depois, a primeira instituição estrangeira na Grécia, a Escola Francesa de Atenas em 1846, sendo seguida por outras de várias nações, como o Instituto Alemão de Arqueologia em 1875, a Escola Americana de Estudos Clássicos em Atenas em 1882, a Escola Britânica em Atenas em 1885. O mesmo se deu na Itália com a fundação da Escola Francesa de Roma em 1873, da Escola Italiana de Arqueologia em 1875, do Instituto Alemão de Arqueologia em 1929. Ainda que estas instituições tenham promovido o surgimento de uma ciência arqueológica e a institucionalização da disciplina, elas significaram também um interesse dos Estados pelo patrimônio monumental de seu passado, levando-os à apropriação dos mesmos e influenciando, assim, os rumos da pesquisa arqueológica.

### **Arqueologia Urbana: tudo começou em Pompeia**

A Arqueologia surgiu em uma cidade que ainda continua, em certo sentido, a definir a disciplina: Pompeia. Tanto no imaginário popular, como científico, Pompeia mantém-se como a quintessência da Arqueologia, em geral, e Urbana, em particular. Pompeia era uma cidade antiga conhecida, desde a Antiguidade, pelo destino trágico. O escritor Plínio, o Jovem (61-112 d.C.), foi testemunha ocular da erupção do vulcão Vesúvio, em 24 de agosto de 79 d.C., que acabou por cobrir toda a cidade de mais de dez mil habitantes com pedras-pomes e lava. A cidade ficou por séculos soterrada, sem que se soubesse ao certo sua localização, embora fosse sempre lembrado seu soterramento como uma catástrofe.

Pode dizer-se que a Arqueologia Urbana iniciou-se, justamente, com a descoberta, no século XVIII, da antiga cidade soterrada. O ano de 1748 marcou o início do desenterramento do que, alguns anos depois, viria a ser identificado como a antiga cidade de Pompeia. As escavações iniciais já revelaram tesouros impressionantes e, em alguns casos, inigualados até hoje em outros sítios arqueológicos, como é o caso de pinturas parietais e uma infinidade de inscrições nos muros. Nas décadas seguintes, as pesquisas de campo continuaram, com grande ímpeto após a unificação italiana em 1861 e a nomeação de Giuseppe Fiorelli, com trabalhos mais sistemáticos e registros mais acurados. Outro grande período foi sob a égide de Amadeo Maiuri (1924-1961),

de modo que Pompeia pode ser considerada a epítome da Arqueologia Urbana, no sentido de um estudo sistemático de uma cidade antiga.

Na esteira de Pompeia, desde o século XIX, as pesquisas arqueológicas em todo o mundo centraram-se na escavação de cidades, tanto nas metrópoles, como nas colônias ou regiões periféricas. Nas grandes potências, o desenvolvimento urbano derivado da industrialização levou a um crescimento exponencial da população nas cidades, sem precedentes na História, com a ocupação intensa de territórios de antigos centros urbanos. Além disso, já em meados do século XIX, surgiam soluções urbanas que envolviam grandes intervenções no subsolo, na forma de sistemas de águas e esgotos e transporte de massa, como os metrô, sendo o mais antigo o de Londres, em 1863. Isso significava que se multiplicavam os achados de vestígios arqueológicos por toda parte. O Museu Britânico, assim, conta com essas descobertas iniciais e fortuitas, mas também escavações eram levadas a cabo sempre que se encontravam vestígios estruturais mais imponentes. Isso era tanto mais verdade em cidades como Roma e Atenas, com a onipresença de vestígios antigos, mas também valia para Paris (antiga *Lutetia Parisiorum*), Lisboa (*Olisippo*) ou mesmo uma cidade da era moderna, como Madri, que acabou por englobar a antiga *Complutum*.

Nas colônias passou-se o mesmo, ainda que tenha tardado mais. Tão logo o Império Otomano foi desfeito, ao término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), cidades mesopotâmicas e palestinas foram escavadas, como no caso de Jericó, a mais antiga do mundo. No continente americano, o caso de Machu Picchu, descoberta em 1912, é paradigmático, pois abriu espaço para que outras cidades fossem exploradas, assim como foi no caso das cidades maias na Mesoamérica. De certa maneira, pode afirmar-se que a Arqueologia Urbana confunde-se com a própria disciplina arqueológica, como pondera Steven Penderey (2012) e o tema da vida em cidade nunca deixou de ter uma posição central na reflexão disciplinar. Talvez o conceito de revolução urbana, formulado por Vere Gordon Childe (1892-1957), seja o melhor exemplo disso. Childe pode ser considerado o arqueólogo cujas obras mais foram influentes em relação ao público em geral e aos acadêmicos. Seu artigo sobre a revolução urbana

(CHILDE, 1950) é, provavelmente, o texto arqueológico mais lido de todos os tempos (SMITH, 2009).

Childe propôs que era possível distinguir a cidade de uma aldeia por dez características detectáveis pela Arqueologia <sup>1</sup>:

1. Em tamanho, as primeiras cidades são muito mais extensas e populosas que assentamentos anteriores;
2. A população urbana já mostrava diferenciação profissional inexistente em aldeias;
3. A produção rural serviu para a concentração de excedente na cidade;
4. Construções monumentais urbanas distinguem cidades de aldeias;
5. A concentração de renda em uma classe dominante surgiu com as cidades;
6. Escrita;
7. Surgiram ciências preditivas, como a aritmética, a geometria e a astronomia;
8. Estilos artísticos;
9. Redes de comércio de longa distância;
10. Surgimento do Estado para além das relações familiares;

Embora nem todos esses aspectos sejam aceitos, hoje, como ligados à vida urbana, não resta dúvida de que seus postulados continuam a fazer refletir sobre o fenômeno urbano como manifestação material a ser interpretada pela evidência material ou arqueológica. Mas, quais as diversas interpretações sobre o que seria a disciplina Arqueologia Urbana?

## Conceitos de uma disciplina

Nesta altura, o leitor estará a perguntar-se como se define a Arqueologia Urbana. Há divergências, quanto a isso. Uma perspectiva mais abrangente considera que a Arqueologia Urbana trata da vida em cidades, daí que tenha surgido, como vimos, com as escavações de Pompeia, em pleno século XVIII. Desse ponto de vista, há uma unidade de perspectiva dada pelo fato de que as cidades geraram sempre uma dinâmica de vida urbana, desde Jericó, há muitos milhares de anos, até hoje. Isso significa que a ênfase está dada na urbanidade, por oposição à vida em culturas sem

<sup>1</sup>-'In point of size the first cities must have been more extensive and more densely populated than any previous settlements.' (p. 9)

<sup>2</sup>-'In composition and function the urban population already differed from that of any village ... fulltime specialist craftsmen, transport workers, merchants, officials and priests.' (p. 11)

<sup>3</sup>-'Each primary producer paid over the tiny surplus he could wring from the soil with his still very limited technical equipment as tithes or tax to an imaginary deity or a divine king who thus concentrated the surplus.' (p. 11)

<sup>4</sup>-'Truly monumental public buildings not only distinguish each known city from any village but also symbolise the concentration of the social surplus.' (p. 12)

<sup>5</sup>-'But naturally priests, civil and military leaders and officials absorbed a major share of the concentrated surplus and thus formed a "ruling class".' (pp. 12-13)

<sup>6</sup>-'Writing.' (p. 14)

<sup>7</sup>-'The elaboration of exact and predictive sciences - arithmetic, geometry and astronomy.' (p. 14)

<sup>8</sup>-'Conceptualised and sophisticated styles [of art].' (p. 15)

<sup>9</sup>-'Regular "foreign" trade over quite long distances.' (p. 15)

<sup>10</sup>-'A State organisation based now on residence rather than kinship.' (p. 16)

ciudades, como entre os indígenas brasileiros ou australianos e à vida no campo, em civilizações que conheceram cidades, como nas fazendas escravistas romanas ou brasileiras. Haveria, pois, diferenças entre as maneiras de viver em cidades e isso explicaria a especificidade da Arqueologia Urbana: o estudo da cultura material em cidades. Como constata Henri Galinié (2000, p. 20):

*“A cidade é um lugar de concentração de atividades, de ações humanas. Uma cidade é tanto mais uma cidade, quanto mais ela concentra atividades variadas. Ela é um lugar de ação privilegiada de seres humanos e instituições.”*<sup>2</sup>

Não há dúvida de que a cultura material urbana apresenta características muito particulares e que a imensa maioria da pesquisa arqueológica foi e continua a ser sobre contextos urbanos. Contudo, há estudiosos que definem a Arqueologia Urbana não pelo fato de estudar a cultura material de uma cidade – que hoje pode estar fora do contexto urbano, como é o caso de Pompeia, de Machu Picchu e das cidades maias –, mas por pesquisar tudo o que está dentro de uma cidade atual, mesmo que tais vestígios sejam rurais (LEMONS, MARTINS 1992). Outros ficam no meio termo, pois reconhecem tanto as especificidades do estudo das cidades antigas, como dos vestígios em ambiente urbano moderno e esta, provavelmente, é a posição mais compartilhada, na qual se insere este artigo (FABIÃO, 1994). A disciplina, portanto, é bifronte: por um lado estuda cidades antigas e, por outro, cidades atuais e os seus vestígios, mesmo quando não urbanos.

## **A Arqueologia Urbana e as cidades atuais**

Embora bifronte, as principais discussões contemporâneas sobre a disciplina voltam-se para a pesquisa em ambientes urbanos atuais e isso não é de se estranhar. As cidades estão, cada vez mais, às voltas com a descoberta de vestígios do passado e com as questões referentes ao patrimônio em um contexto de grande diversidade étnica, social, cultural e religiosa em ambiente urbano. Isso tem criado situações de particular desafio para todos os que se dedicam à gestão urbana, em particular no que se refere ao patrimônio histórico e cultural.

Nem sempre foi assim, claro. A Arqueologia Urbana esteve, de início, a serviço da descoberta e preservação de bens das elites e pouco preocupada com a população e seus anseios. Isso estava bem de acordo

<sup>2</sup> *La ville est un lieu de concentration des activités, des actions humaines. Une ville est d'autant plus ville que'elle concentre d'activités variées. Elle est Le lieu d'action privilégié des hommes et des institutions.*

com a visão que se tinha também nos ambientes acadêmicos sobre a sociedade. De fato, a ciência iluminista considerava a sociedade como um conjunto homogêneo de pessoas, em busca de uma coesão social que eliminasse os conflitos e contradições. Estudiosos como Emile Durkheim e Max Weber, fundadores da moderna Sociologia, enfatizavam que as normas sociais compartilhadas seriam desafiadas apenas pelos desviantes, cujo comportamento deveria ser corrigido pela coerção. A coesão é um conceito que pressupõe a coerção dos recalcitrantes (SHELLEF, 1997; KUSHNER, STERK, 2005) para uma defesa revisada do conceito de coesão (CHAN, TO, CHAN, 2006). Nesse contexto, o patrimônio esteve a serviço da coesão e da correção, o que, no entanto, não significou falta de resistência e não conformidade. Desde sempre, a sociedade foi multifacetada e as pessoas reagiram à tentativa de imposição da harmonia, para usar outro conceito homólogo <sup>3</sup>. Anarquistas, socialistas, comunistas, feministas, movimentos identitários diversos reagiram a isso desde o século XIX e, com maior intensidade e ressonância, desde meados do século XX.

O reconhecimento do caráter complexo, variado, conflitivo e mesmo contraditório das sociedades, em geral, foi tanto mais importante para os estudos urbanos. As cidades contemporâneas são o resultado de processos sociais pudes de conflitos e disputas, em particular em sociedades com grande número de excluídos e pobres (WALTON, 2002). Nem exclusão nem pobreza podem ser definidas apenas como a ausência de possibilidade de escolha, como propugnam alguns. As definições são variadas e mesmo contraditórias (HAGENAARS, DE VOS, 1988; LADERCHI, 2003), mas sempre incluem o grau de separação entre os que têm e os que estão privados (*haves and have nots*), distância também medida pelo índice econométrico gini (RAVALLION, 2001). Como ressaltava Fernando Haddad (1997, p.114) há algum tempo: “*não há dúvida de que a acumulação de riqueza, de um lado, implica acumulação de pobreza, de outro*”. Isto tudo é importante, quando consideramos as políticas urbanas, que não podem ser entendidas como neutras ou fora do embate de interesses (ROLNIK, 1999; 2006).

A Arqueologia Urbana mostrou-se, em geral, atenta a essas discussões, dando cada vez mais atenção à atuação com as comunidades locais e grupos de interesse, como parte daquilo que se tem denominado de Arqueologia Pública (FUNARI, BEZERRA, 2012). Essa atuação com as pessoas reveste-se de uma significação epistemológica, além de política.

<sup>3</sup> Tal como aparece, por exemplo, nos documentos chineses atuais: 和諧社會 sociedade harmoniosa.

Política, claro, pois se trata de incluir os anseios, inquietações, interesses, mesmo quando contraditórios, das pessoas e isto é uma perspectiva relativa às relações de poder. Lembremos que Shanks e Tilley (1987), há tempos redefiniam a disciplina como “o estudo do poder” (*Arkhé* em grego significa origem, princípio, poder). Incluir as pessoas, em geral, e os excluídos (PEACE, 2001), em particular, é uma decisão política. Além disso, contudo, trata-se de uma perspectiva epistemológica, pois o conhecimento que advém da interação é único e significativo para o estudioso. No caso da Arqueologia Urbana, isso é tanto mais verdade, quanto o arqueólogo cidadão vive a um só tempo em meio à população e dela distante. Por um lado, ele pode viver no mesmo conglomerado urbano e, quiçá, conviver com as pessoas do lugar, algo nem sempre provável em um grande centro, como sói ser o caso. Em geral, contudo, o trabalho de campo está em um contexto urbano muito particular, cujas sociabilidades locais só um esforço de imersão antropológica permite alcançar.

Este tem sido o caminho mais percorrido pela disciplina mundo afora, como nos casos paradigmáticos do African Burial Ground (Nova Iorque), do District Six (Cidade do Cabo) para citar dois dos mais conhecidos e reportados (SYMONDS, 2004) e com os quais temos colaborado. Trata-se, nestes e em outros casos, de estudar os excluídos do passado em comunhão com as comunidades atuais. É impressionante como em casos como esse há um imenso potencial para incluir não só os grupos diretamente afetados pela exclusão antiga. Nos dois casos, escravos ou negros expropriados mostraram-se relevantes também para outros grupos humanos que foram excluídos de outras formas, como no caso dos italianos, irlandeses, judeus e latinos em Nova Iorque e de judeus, mestiços (*colored*), indianos e anglos na Cidade do Cabo.

Ainda outros campos têm contribuído para o estudo dos grupos subordinados no âmbito da Arqueologia Urbana, como é o caso da Arqueologia da Guerra e do Conflito e da Repressão e da Resistência. Nos dois casos, a constituição e a transformação do espaço urbano são analisadas na ótica das ações políticas nacionais e internacionais sobre grupos ou países que, voluntariamente ou não, apresentam-se como obstáculos para a concretização de interesses de grupos dominantes.



A reconstituição dos espaços urbanos de conflito e de resistência torna-se, sob a ótica desses campos de pesquisa, não somente uma forma de construir discursos alternativos aos oficiais, demonstrando maior complexidade dos contextos investigados, mas também uma forma de dar voz aos oprimidos ou perdedores, fazendo com que suas identidades possam ser conhecidas e reconhecidas pela sociedade.

Nos dois casos, ambas as vertentes da Arqueologia Urbana podem ser contempladas. Desde a análise de contextos de guerra e de repressão antigos, como no caso dos períodos clássicos ou do colonialismo moderno, passando por períodos mais recentes, como a guerra civil americana ou a Era Napoleônica, por exemplo, e terminando em temas afetos à atualidade, ainda recobertos de dolorosas memórias de sobreviventes, como contextos coloniais recentes e os relacionados às guerras contemporâneas (GEIER, POTTER, 2001; GALATY, CHARLES, 2004; STEIN, 2005; YOUNG, 2005; SCOTT ET AL, 2008; BROWN, OSGOOD, 2009; LIEBMANN, MURPHY, 2011; HAROLD, GILLY, 2012; MYTUN, CARR, 2012; WEIK, 2012; BABITS, GANDULLA, 2013). Destaquem-se as pesquisas latino-americanas (FUNARI, ZARANKI, SALERNO, 2009) e brasileiras sobre o tema dos conflitos urbanos (LINO, FUNARI, 2013).

No que tange aos contextos mais recentes, a interação com os grupos diretamente afetados pelos eventos passa a ser crucial para o desenvolvimento das pesquisas em Arqueologia Urbana. Nesses casos, a recuperação das memórias dos envolvidos passa a ser um elemento crucial para análise dos contextos materiais investigados e para a construção de discursos alternativos aos oficiais. Mais uma vez, o dinamismo do contexto urbano permite ao campo científico construir conhecimento fazendo da Arqueologia um campo de pesquisa vivo e atual.

## **A Arqueologia Urbana: legados e desafios na atualidade**

A Arqueologia Urbana tem legado à disciplina, ao longo dos séculos, inúmeras contribuições de crucial importância, desde o conhecimento de sítios icônicos, patrimônio da história da humanidade, como é o caso de Pompeia, já citado, como também tem sido responsável pelo desenvolvimento teórico-metodológico do campo.

Já na década de 1960, mas, sobretudo, durante a década de 1970 do século XX, o desenvolvimento cada vez mais intenso de pesquisas

em contexto urbano será responsável por uma profunda discussão e estruturação do campo. A Arqueologia Urbana passa a ser cada vez mais entendida não só como a Arqueologia NA cidade, mas também como a Arqueologia DA cidade (MARTINS, RIBEIRO, 2009/2010, p. 150).

Nesse sentido, sobretudo em contexto europeu, assiste-se à constituição de grupos de pesquisa, em geral de financiamento estatal, que passam a estudar as diversas transformações do contexto urbano como parte da história da própria cidade como um todo, que por sua vez deveria ser encarada como um sítio único com um legado histórico específico.

É durante esse período que a sistematização do campo se intensifica, transmitindo à disciplina importantes contributos como a matriz de Harris, que, nascida da investigação de Eduard Harris no sítio urbano denominado Lower Brook Street, na cidade de Winchester, Inglaterra, durante a década de 1970, transforma-se em uma técnica de escavação arqueológica crucial para os mais diversos campos da Arqueologia na atualidade (BICHO, 2006, p. 180-185).

Entretanto, o mesmo contexto que possibilitou a intensificação das pesquisas em Arqueologia Urbana durante a segunda metade do século XX, ou seja, o surto de construções do pós-guerra, será ainda a razão do nascimento dos seus maiores desafios na atualidade (MARTINS, RIBEIRO, 2009/2010, p. 153).

Em pouco tempo, as pesquisas com objetivos mais amplos, desenvolvidas por equipes que pretendiam conhecer a cidade como um todo e que visavam a projetos a longo prazo, passam a ser ultrapassadas pelas pesquisas realizadas em contexto de acompanhamento e salvamento, sujeitas às pressões imobiliárias, com tempo e recursos reduzidos e que acabariam por gerar a acumulação de grandes quantidades de artefatos que não chegam a ser integrados em nenhum projeto de pesquisa mais amplo.

As razões para essas dificuldades são muitas, desde a falta de recursos para as pesquisas, já que o financiamento dos trabalhos, pelo menos em contexto europeu, é sustentado, em grande medida, pelos donos dos investimentos imobiliários, passando pela carência de tempo gerada pelos curtos prazos impostos pelo próprio processo construtivo e culminando com a grande alternância de pesquisadores e de equipes a

trabalhar numa mesma área de intervenção, levando ao desencontro de informações e de abordagens dos contextos (MARTINS, RIBEIRO, 2009/2010, p. 155-160).

Longe de ser um problema isolado, as escavações urbanas em contexto de acompanhamento e salvamento são hoje um problema crucial para o repensar do campo, que deverá procurar conciliar os impulsos desenvolvimentistas do sistema capitalista com os princípios e interesses científicos da Arqueologia.

O tema vem sendo debatido nos últimos anos em todo o mundo, apresentando-se como uma preocupação constante, não só dos pesquisadores que se dedicam a estudar as cidades, mas dos investigadores da disciplina de modo geral. Exemplo recente da importância desse debate foi a realização do intercongresso do WAC (World Archaeological Congress) “Desvelando a Arqueologia de Contrato”, realizada em Junho de 2013, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que trouxe como principais questionamentos:

*“Os arqueólogos estão conscientes sobre sua cumplicidade com o mercado e a ordem capitalista? E caso estejam, como conciliam uma prática que demanda por justiça e responsabilidade, quando ao mesmo tempo trabalham com e para projetos capitalistas que passam por cima das demandas sociais? É possível praticar uma Arqueologia da descolonização em Programas de Arqueologia de Contrato?”*

(<http://Arqueologiaupf.wordpress.com/2013/04/>, acessado em 24 de Agosto de 2013)

Levando em consideração a importância histórica do WAC como questionador das relações entre questões político-econômicas e a Arqueologia (FUNARI, 2006), pode-se imaginar como este tema apresenta-se como crucial para o desenvolvimento do campo no presente. Ao mesmo tempo em que a Arqueologia de Contrato emprega um grande número de profissionais da área, ela representa uma vertente importante da Arqueologia Urbana que não deve ser desprezada por suas limitações técnicas e econômicas, mas antes deve ser integrada como um componente estratégico para o desenvolvimento do campo na atualidade.

## A Arqueologia no Brasil

A Arqueologia brasileira é uma das pioneiras, apesar de isso parecer pouco provável. Dom Pedro I iniciou a Arqueologia brasileira, trazendo para o país os primeiros artefatos arqueológicos, como múmias egípcias e outros materiais. Dom Pedro II casou-se com uma princesa napolitana e coletou material arqueológico de Pompeia, Etrúria e muitos outros lugares. O Museu Nacional do Rio de Janeiro era projetado para ser rival do Museu Britânico e do Louvre e deixando, assim, de lado a antiga metrópole, Lisboa. O Imperador fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro contemporâneo e similar à Academia Francesa. Nesse planejamento a Arqueologia desempenhava um importante papel, projetada para estabelecer raízes entre ambos, Velho Mundo (Arqueologia Clássica e Egípcia) e Novo Mundo (Arqueologia Pré-histórica). Por algumas décadas, a Arqueologia foi o centro da ideologia imperial do Brasil e isso explica seu desenvolvimento precoce. O fim da monarquia levou ao declínio da Arqueologia durante a República Velha (1889 – 1930). Nos anos 1930 a forte influência do nacionalismo deu um novo ímpeto para a História e o patrimônio: o ideal colonial deveria servir para a construção da nação. O período colonial foi escolhido como aquele definidor da sociedade brasileira, em particular durante o período da ditadura fascista do Estado Novo (1937–1945), mas a Arqueologia como uma atividade acadêmica começou nessa época como uma reação contrária ao autoritarismo. Neste contexto, a vida urbana colonial, tal como apresentada no Barroco mineiro do século XVIII, tornou-se a grande referência e permanece, em muitos aspectos, essencial tanto para a identidade nacional, como para a busca arqueológica nas cidades brasileiras.

Paulo Duarte (1899 – 1984) foi uma figura chave nesse movimento de renovação cultural. Duarte era um ativista político democrata durante os últimos anos da República Velha e contribuiu para a fundação da primeira universidade brasileira, a Universidade de São Paulo (1934), moldada em uma abordagem humanista de ensino. O *Musée de l'Homme* serviu de modelo para considerar os povos indígenas como seres humanos igualmente importantes. Como idealista, Duarte tinha um sonho: a criação do Museu do Homem Americano, inspirado pelo exemplo parisiense. Ao retornar ao Brasil, Duarte liderou um movimento pelos direitos indígenas e como consequência da

Arqueologia Pré-Histórica, durante o período liberal entre 1945 e 1964. Ele foi capaz de organizar a Comissão de Pré-História e depois o Instituto de Pré-História, que ele conseguiu atrelar à Universidade de São Paulo, um movimento muito importante para que a Arqueologia pudesse pela primeira vez se tornar um ofício acadêmico no Brasil. Devido à sua amizade com Paul Rivet (n. 1876), Duarte foi capaz de atrair pela primeira vez arqueólogos profissionais para o Brasil, Joseph e Annette Laming-Emperaire, discípulos de Rivet e pré-historiadores pioneiros que estudavam arte rupestre como evidência de cultura humana, em oposição à tradicional arte alta e baixa. Isso era parte do movimento humanista decorrente de Lévi-Strauss, Marcel Mauss e André Leroi-Gourhan, todos eles enfatizando, de maneiras diferentes, como todos os seres humanos são capazes de representar o mundo com símbolos. Esses personagens foram importantes para a formação de arqueólogos urbanos brasileiros, como veremos abaixo.

Logo após o golpe militar de 1964, um Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa) foi acertado em Washington, DC, em coordenação conjunta com as novas autoridades brasileiras e sob a liderança do Smithsonian Institution, sob o comando de Clifford Evan e Betty Meggers. O Pronapa estabeleceu um programa de levantamento ativo por todo o país, particularmente preocupado com áreas estratégicas, contribuindo para o esforço de controle do território no contexto da Guerra Fria. Os princípios teóricos e empíricos eram muito reacionários e anti-humanistas, promovendo o conceito de que os povos nativos eram preguiçosos e o país pobre devido às condições naturais.

A luta contra a ditadura se intensificou nos anos 1970 e em 1979 uma anistia foi concedida pelos militares, o que permitiu a muitos exilados voltar, partidos políticos foram logo legalizados e as eleições diretas para cargos oficiais em 1982 possibilitaram uma ampla gama de atividades acadêmicas e políticas. O final do governo ditatorial, em março de 1985, marcou assim uma nova fase para o país e para a Arqueologia. Desde então, em liberdade, floresceram estudos sobre os mais variados temas, a começar pela busca pela presença humana mais antiga no Novo Mundo. Por fim, Niède Guidon foi bem sucedida e nas profundezas do nordeste brasileiro, na mais pobre e atrasada área de sertão do país, levou a Missão francesa para um charmoso paraíso natural, a Serra da Capivara, uma região serrana.

A Arqueologia Histórica desenvolveu-se tardiamente no Brasil e dela deriva a Arqueologia Urbana no Brasil. A disciplina começou, assim como nos EUA, com um culto às elites, mas logo os estudos arqueológicos foram dirigidos nas Missões Jesuítas no sul do Brasil, buscando descobrir como os índios guaranis e os padres missionários conviviam. A Arqueologia nos quilombos iniciou-se no mesmo período, meio e final dos anos 1980, explorando essas preocupações nas áreas de mineração no século XVIII em Minas Gerais. Quando a democratização ganhou espaço, a Arqueologia Histórica passou a se preocupar com os mais icônicos patrimônios públicos, Palmares século XVII e Canudos final do século XIX. Ambos, Palmares e Canudos, foram centros urbanos estudados pela Arqueologia em busca dos excluídos, como mencionamos anteriormente. Desde então, a Arqueologia Histórica Urbana tem explorado diversos outros temas, tanto o estudo da ditadura e da repressão, quanto da cerâmica, da arquitetura e ainda estudos em relação a gênero, etnia e outras questões relevantes à sociedade atual. A Arqueologia tem sido ativa em fomentar a interação entre arqueólogos e pessoas comuns, buscando produzir material acadêmico relevante para a sociedade como um todo e para grupos específicos. A Arqueologia brasileira tem sido bastante ativa nesta área e agora reconhecida como um dos principais contribuidoras para o avanço da disciplina na Arqueologia Pública mundial e isso está relacionado às condições sociais no Brasil, cujas características contraditórias revelam mais do que o observador estrangeiro possa perceber. Publicações como “Arqueologia Pública” e muitos outros livros, teses de doutorado e artigos atestam o desenvolvimento da Arqueologia Pública no Brasil e suas contribuições para a disciplina além das fronteiras brasileiras.

## **Arqueologia Urbana no Brasil: conquistas e desafios**

A Arqueologia Urbana iniciou-se tardiamente e em meio às atribulações políticas e sociais já acenadas. Durante a ditadura militar (1964-1985), houve algumas iniciativas de estudos arqueológicos nos principais centros urbanos brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro, ainda que de maneira incipiente, pois a legislação de proteção ambiental e patrimonial demorou a desenvolver-se. Isso só viria a consolidar-se com o ocaso do regime e, em particular, com os governos estaduais eleitos, a partir de 1982, e a possibilidade de intervenções

arqueológicas em âmbito democrático. No caso de São Paulo, deve enfatizar-se a atuação pioneira de Margarida Davina Andreatta, oriunda da escola francesa pré-histórica do grande mestre André Leroi-Gourhan, no início da década de 1960, mas que se dedicou ao estudo dos sítios urbanos paulistas por toda a vida, até os dias de hoje. Foi, contudo, a partir da abertura política e da Anistia (1979) que a disciplina pôde deslanchar. Os estudos pioneiros, nesse âmbito, foram do arqueólogo gaúcho Arno Kern, também proveniente da escola francesa de Pré-História. Kern dedicou-se, por muitos anos, às missões jesuíticas e foi, em certo sentido, o primeiro a introduzir temas como diversidade étnica entre guaranis e jesuítas e as particularidades da mescla cultural, além de apresentar temas bem arqueológicos como o lixo nas missões (KERN, 2012).

Outro estudo pioneiro dos assentamentos urbanos, ainda no ocaso da ditadura, foi levado a cabo pela UFMG sob a lida de Carlos Magno Guimarães, sobre os quilombos associados às cidades coloniais mineiras. Guimarães argumentou, desde cedo, que os assentamentos quilombolas mineiros eram urbanos em dois sentidos: tinham uma estrutura que não era rural, mas urbana e estavam em estreita relação com as cidades mineradoras. Eram, portanto, sítios urbanos por excelência, ainda que estivessem fora de cidades atuais (GUIMARÃES, 1988). Os ventos de liberdade viriam a vivificar as práticas arqueológicas, multiplicar as pesquisas, abordagens e atuações. A democracia trouxe, também, todo um conjunto de preocupações mais abrangentes e inclusivas. Basta lembrar que um dos primeiros atos do primeiro presidente civil, José Sarney, foi declarar a Serra da Barriga, sede da capital do quilombo dos Palmares, como patrimônio nacional, em clara ruptura com o período ditatorial. De fato, Palmares foi o maior estado rebelde da nossa história, composto por fugitivos da escravidão, por todo o século XVII. Sua capital, Macaco, na Serra da Barriga, era uma das maiores cidades do Novo Mundo à época. A pesquisa arqueológica de Palmares, levada adiante a partir do início da década de 1990, tornou este o sítio arqueológico urbano brasileiro mais conhecido e citado em todo o mundo (FUNARI, 2010). Palmares como comunidade que abrigava africanos fugidos, mas também indígenas, mulheres perseguidas como bruxas, judeus, muçulmanos e outros desclassificados da ordem, constituía uma alternativa à tentativa de coesão colonial, abrigando, mesmo que de maneira conflitiva, a

diversidade. Na mesma linha, deve destacar-se o estudo arqueológico da outra grande cidade rebelde, Belo Monte, destruída pelo exército republicano no episódio de Canudos, imortalizado por Euclides da Cunha. Paulo Zanettini estudou o sítio e mostrou tanto a riqueza cultural da cidade, como a brutalidade dos que sitiaram e destruíram o lugar (ZANETTINI, 1996).

A legislação ambiental e patrimonial, resultado da democracia, viria a multiplicar a atuação arqueológica no Brasil de maneira exponencial, com consequências muito evidentes no âmbito urbano. Todo tipo de intervenção arqueológica urbana tornou-se não apenas possível como corriqueira, o que atesta o imenso avanço do país e da disciplina, nesses trinta anos de caminhada desde o auge da ditadura, com o fechamento do congresso em 13 de abril de 1977. Como estampava o editorial de José Roberto Guzzo, diretor de redação da revista *Veja* (450, 1977, p. 19), “[...] após exatos 154 anos, sete meses e oito dias como nação independente, continuava em vigor o conceito de que o povo brasileiro ainda não está pronto para se governar”. Depois disso, foi possível muito fazer, também no âmbito da Arqueologia Urbana.

Dentre os estudos mais relevantes, podemos destacar alguns, por sua importância local ou social. No Rio Grande do Sul, as escavações em Pelotas merecem atenção, levadas a cabo por dois laboratórios de Arqueologia. O Lepaarq tem escavado os casarões no centro da cidade, com resultados notáveis no que se refere aos edifícios das elites do ápice do charque na região (CERQUEIRA, VIANA, PEIXOTO, 2012). Já o Lâmina tem estudado os vestígios referentes aos escravos nas charqueadas (FERREIRA, 2013). Em Porto Alegre, pesquisas consistentes e continuadas têm produzido resultados sobre os padrões de assentamento, consumo e descarte (TOCCHETTO, 2010). Na Grande São Paulo, há estudos sobre vilas operárias (PLENS, 2011), assim como, na Bahia, há análise cerâmica (ETCHEVARNE, 2006). As pesquisas resultantes da legislação ambiental e patrimonial multiplicam-se, ainda que se deva reconhecer que as publicações nem sempre correspondem a esse volume, na medida em que os relatórios de campo acabam por ficar armazenados nos arquivos do IPHAN. De toda forma, as pesquisas aumentaram de forma substancial e houve atenção crescente aos excluídos, tanto do passado, como no presente.

Não se poderia deixar de citar ainda, como um importante campo em desenvolvimento e com perspectivas promissoras para o futuro próximo



da Arqueologia Urbana brasileira, o que engloba questões que se inserem dentro do tema da Arqueologia da Repressão e da Resistência. O fim da ditadura militar brasileira não só tem permitido o desenvolvimento do campo arqueológico como um todo, possibilitando o surgimento de leis e de debates que põem a questão patrimonial em primeiro plano, mas também tem permitido, ainda que timidamente, um questionamento das próprias ações do regime, abrindo também espaço para o aprofundamento das análises de outros períodos ditatoriais ou repressivos da história do país.

Neste contexto, a colaboração de importantes pesquisadores que se tem dedicado ao tema, não somente em contexto brasileiro, mas também numa perspectiva latino-americana tem sido crucial para o despertar de questionamentos acerca dos (não) lugares clandestinos destinados à repressão de grupos opositores durante os períodos estudados, bem como a revisão da produção científica do próprio campo durante a vigência desses governos repressivos (FUNARI, 2002; ZARANKIN, SALERNO, 2008; ZARANKIN, FUNARI, 2008; FUNARI ET AL, 2009; FUNARI, FERREIRA, 2012; SALERNO, ZARANKIN, 2013).

No atual momento político do país em que os trabalhos da chamada Comissão da Verdade se desenvolvem assim como pesquisas em contextos como o do Araguaia, buscando clarificar os acontecimentos e dar voz e reconhecimento aos abatidos pelo regime naquele sítio de conflito, o papel da Arqueologia Urbana revela-se de novo crucial na revelação e compreensão dos lugares relacionados à repressão e à resistência durante a vigência dos regimes ditatoriais brasileiros.

Por outro lado, se este, bem como outros campos da Arqueologia Urbana se tem desenvolvido de maneira promissora no país, os horizontes da disciplina ainda apresentam muitos desafios. Estes referem-se à maior difusão das pesquisas arqueológicas urbanas e à ampliação das ações de Arqueologia Pública e interação entre estudiosos e as pessoas. O predomínio da pesquisa ligada ao mercado tende a continuar e aprofundar-se, o que constitui um grande desafio. As pesquisas multiplicam-se e há necessidade premente de uma melhor difusão dos estudos resultantes das pesquisas arqueológicas urbanas. Essa deverá ser a tendência nos próximos anos, na medida em que apenas dessa forma essa produção poderá efetivar seu potencial tanto para a ciência, como para a população mais ampla. Pode concluir-se, de todo modo, que os avanços foram notáveis, tendo em vista a breve trajetória da Arqueologia Urbana no Brasil e que as perspectivas são as mais promissoras.

## Agradecimentos

Agradecemos a Fábio Vergara Cerqueira, Carlos Fabião, Lúcio Menezes Ferreira, Nelsys Fusco, Carlos Magno Guimarães, Harold Mytum, Cláudio Plens, Raquel Rolnik, Daniel Schávelzon, Michael Shanks, Christopher Tilley, Fernanda Tocchetto, Paulo Zanettini e Andrés Zarankin. Mencionamos o apoio institucional do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP/NEPAM/UNICAMP), FAPESP e CNPq.



PEDRO PAULO A. FUNARI É BACHAREL EM HISTÓRIA (1981), MESTRE EM ANTROPOLOGIA SOCIAL (1986) E DOUTOR EM ARQUEOLOGIA (1990), SEMPRE PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), LIVRE-DOCENTE EM HISTÓRIA (1996) E PROFESSOR TITULAR (2004) DA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (UNICAMP). PROFESSOR DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNICAMP E USP, DISTINGUISHED LECTURER UNIVERSITY OF STANFORD, RESEARCH ASSOCIATE - ILLINOIS STATE UNIVERSITY E UNIVERSIDAD DE BARCELONA, BOLSISTA DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA DO CNPQ.

RITA JULIANA SOARES POLONI É DOUTORA EM ARQUEOLOGIA (PORTUGAL - 2012) E MESTRE EM TEORIA E MÉTODOS DA ARQUEOLOGIA (PORTUGAL - 2008), AMBOS OS TÍTULOS PELA UNIVERSIDADE DO ALGARVE. É, AINDA, ESPECIALISTA EM ANTROPOLOGIA SOCIAL E CULTURAL PELA UNIVERSIDADE DE LISBOA (PORTUGAL - 2011) E GRADUADA EM HISTÓRIA (BACHARELATO E LICENCIATURA) PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (2003). ATUALMENTE É PÓS-DOUTORANDA PELA UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (UNICAMP), COM APOIO DA FAPESP, COM O TEMA: *O ATLÂNTICO CIENTÍFICO: ARQUEOLOGIA E ESTADO NOVO EM CONTEXTO LUSO-BRASILEIRO (1926-1945)*.









Repaisagem #19

Marcelo Zocchio

\*montagem sobre foto de Aurélio Becherini/Museu da Cidade-Casa da Imagem

imagem retirada do livro *Repaisagem São Paulo*

## A Cidade e Nós

UGO GIORGETTI

Numa recente biografia do grande cineasta italiano Luchino Visconti, (*Une vie exposée*, Laurence Schifano), o autor faz um histórico de sua ascendência próxima. O pai de Luchino, o conde Visconti, pertencia a uma linhagem cuja origem se perde no tempo. Os Visconti contavam-se entre os fundadores de Milão e mantinham, ainda no fim do século XIX, grande prestígio e poder na cidade. É claro que a fortuna não tinha se mantido inteiramente intacta ao longo dos anos e, por vezes, sofrera das vicissitudes que a história produz. A mãe de Luchino pertencia, por seu lado, à riquíssima família Erba. Sua origem era recentíssima, sua fortuna feita no período da revolução industrial, quando Carlo Erba fundou e desenvolveu o laboratório e a indústria farmacêutica que levava seu nome até transformá-la numa verdadeira empresa multinacional, com filiais inclusive no Brasil. Eram burgueses de enorme fortuna, mas não aristocratas. Os Visconti se não precisavam propriamente de dinheiro, tampouco o desprezavam. Os Erba queriam se transformar de burgueses ricos em aristocratas. A união dessas ambições, sem levar em conta outros fatores, como o possível verdadeiro amor e afeição entre os cônjuges, foi a origem imediata de Luchino Visconti. Os burgueses Erba sabiam que a aristocracia incorpora elementos que eles não tinham nem poderiam ter. Alguns tangíveis, outros meramente simbólicos. O fato é que esses elementos, a maioria quase impossível de descrever, tinham enorme valor para esses burgueses, no sentido de adicionar a seus nomes todo um cabedal de características acumuladas vagarosamente ao longo dos séculos e que passava muito além do simples dinheiro. Uma dessas características, que interessa para o que estou escrevendo, é a proximidade dos Visconti com a arte. Para os Visconti, como para a aristocracia em geral, a arte era fundamental como ferramenta que ajudava primeiro a distingui-los e singularizá-los entre os cidadãos de sua cidade, depois, como força auxiliar para a manutenção de seu poder efetivo. Em todo projeto aristocrático, a arte teve sempre seu lugar de excelência. Os Erba podiam comprar, ou obter, um camarote no Alla Scala de Milão, claro. Mas não teriam o camarote número 4

dos Visconti, que indicava claramente uma ordem de chegada, uma ordem de participação especial na própria criação da mitológica sala. Os Erba, sem dúvida, tinham dinheiro para construir um teatro dentro de sua casa, mas mesmo se o fizessem provavelmente não conheciam ninguém no meio artístico. Os Visconti mantinham desde séculos anteriores, em seu palácio da cidade, um teatro particular frequentado assiduamente por dramaturgos, atores, cantores, produtores, cenógrafos, e quem mais importava no meio artístico de Milão. O pai de Luchino era, ele mesmo, um colecionador de arte e um poeta de méritos não inteiramente desprezíveis. Isso era aristocracia. Produziram um filho que se tornou um dos maiores artistas do século XX, cineasta, homem de teatro e ópera, de refinada cultura, cidadão da Europa, marxista, filiado ao partido comunista italiano, numa daquelas contradições dos espíritos inquietos e atormentados, contradições que são, elas também, aristocracia.

Tudo isso para dizer que, mal ou bem, houve um projeto aristocrático também nesta cidade de São Paulo que, em grande medida, foi responsável por tudo que há ainda hoje de aparelhos culturais significativos disponíveis na cidade. A união de dinheiro novo com velhas cepas, que incorporavam outros valores além do dinheiro, deu como resultado essa quase aristocracia que tinha entre suas tarefas transformar essa cidade em símbolo eloquente de suas ambições e anseios. Não é necessário identificar essas uniões familiares que, de resto, são do conhecimento de todos, até assunto de minisséries da Tv Globo. O fato é que esse projeto de poder, porque todo projeto aristocrático implica um projeto de poder, trazia em seu bojo preocupações seríssimas a respeito de arte e educação, reconhecendo que sem esses elementos, entre outros, não poderia haver processo civilizatório decente. E é disso que, por decorrência, também se tratava: um projeto civilizatório que contemplava o poderio financeiro junto com o poderio da cultura. Foi alavancado por essas intenções que São Paulo irrompeu no século XX e sacudiu o Brasil. O poderio do café e da indústria que se implantava foi acompanhado de movimentos que colocavam São Paulo a par culturalmente não só de qualquer cidade do Brasil, como das manifestações mais atuais que se produziam na Europa. A Semana de Arte Moderna e o conseqüente movimento que se denominou Modernismo foram frutos desse projeto e, até hoje, é o movimento artístico mais significativo da cultura brasileira no século XX, espalhando-se pelo



Brasil, e trazendo consequências até nossos dias na arquitetura, nas artes plásticas, na poesia, na prosa, na música, no teatro e no cinema. Ainda não conseguimos nos livrar do Modernismo como atestam movimentos revolucionários como o Cinema Novo e o Tropicalismo, em que ainda se podem identificar facilmente origens e mesmo temáticas modernistas. Essa Semana tão significativa foi patrocinada, se não organizada, no interior e com a decisiva participação das grandes famílias de São Paulo, particularmente os Prado, Pentecost etc. A burguesia endinheirada da época também queria mais pois, como os Erba de Milão, sabia que dinheiro, apenas ele, não é suficiente para ambições aristocráticas. E essas ambições existiam inclusive no meio de imigrantes recém-chegados da Europa que enriqueceram no Brasil. Trazendo vestígios, talvez inconscientemente, de um espírito europeu que, naquele momento, ainda conservava ecos de épocas em que o poder era expresso por um complexo de realizações que incluía arte e educação, reitero, esses imigrantes muito ricos passaram a integrar o programa paulista da renovação de uma cultura que tinha que expressar o dinamismo da cidade, ser moderna como a época. Nos anos subsequentes à famosa Semana surgiram, entre outros aparelhos culturais, a Universidade de São Paulo, o Conservatório Musical de São Paulo, a Discoteca Municipal, o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), a Escola de Arte Dramática, a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, o Museu de Arte de São Paulo, a Fundação Bienal, a renovação da Biblioteca Municipal, a Cinemateca Brasileira, a inauguração da Televisão no Brasil e muitos outros empreendimentos notáveis, pois cito de memória. O provincianismo e o isolamento da cidade em séculos anteriores tinham sido rompidos e São Paulo debruçou-se sobre o mundo. Figuras importantíssimas do cenário científico e artístico da Europa daquele momento passaram pela USP, como Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Giuseppe Ungaretti, etc, etc, ou no TBC, como Luciano Salce, Ruggero Jacobbi, Gianni Ratto, etc, etc. Tudo isso foi construído no centro da cidade, à exceção do que demandava lugares especiais como a Vera Cruz, por exemplo. Porque a cidade tinha um centro e, como em todas as grandes cidades do mundo, nele se agrupavam suas realizações mais importantes, se exibiam seu poderio e seus monumentos. Havia também um centro intelectual, um centro onde se agrupavam opiniões, às vezes conflitantes, mas sempre incansáveis no

debate das coisas da cidade. Refiro-me ao jornal “O Estado de S. Paulo” que representava, até mesmo pela origem de seus proprietários, uma das vertentes mais importantes da gestação desse sonho de realizações. Foi em sua redação que nasceu e foi impulsionada a ideia da USP. Foi por iniciativa pessoal de membros dessa família que nasceram a Escola de Arte Dramática e o Teatro de Cultura Artística, na rua Nestor Pestana. Foi esse sonho aristocrático de poder, certamente, que fez com que Alceu Amoroso Lima afirmasse que “*o século XVI pertenceu a Salvador, o XVII a Recife, o XVIII a Ouro Preto, o XIX ao Rio de Janeiro e o século XX pertence a São Paulo*”. Essa gente punha a mão no bolso e colocava seu próprio dinheiro e sua grande influência no que achava importante. Não importa se certos ou errados, não importa se seus sonhos eram de poder para uma determinada classe social e defendiam interesses específicos dessa classe. Não invalida a atitude altiva de usar seu próprio dinheiro em obras que finalmente escaparam dos limites estreitos de uma única classe e foram beneficiar outras. O governo do estado e a prefeitura da cidade estavam evidentemente presentes em várias dessas realizações dando contribuição, às vezes, importante. Mas eram, por assim dizer, forças auxiliares das iniciativas da sociedade civil e extremamente influenciadas por ela. Não é por outro motivo que um dos mais importantes intelectuais paulistas, Mário de Andrade, foi por certo período um verdadeiro secretário de cultura do Município. É evidente que não se tratava de alguém exatamente familiarizado com o mundo político nas suas práticas do dia a dia. Mas fazia parte de um círculo seleta, era amigo de Paulo Prado, por exemplo, e certamente sua designação ao cargo foi também produto desse tipo de convivência. Além do mais, São Paulo de 1930 não despertava nenhuma simpatia no Governo da República, portanto, não pôde, por algum tempo, contar com ele para seu desenvolvimento, sobretudo imediatamente após os acontecimentos de 1932.

As realizações desse período não se limitaram à construção de prédios. Ao contrário, sua maior contribuição foi na vertente das ideias, da produção de arte paulista, na criação de obras por artistas de São Paulo. O TBC, por exemplo, não foi apenas um teatro, foi usina de onde nasceram o Teatro de Arena, o Teatro Oficina, uma geração de diretores que é ainda festejada como das mais fecundas do teatro brasileiro, com figuras como Antunes Filho ou Antonio Abujamra, que ainda estão atuando e nos

surpreendendo. Foi causa do aparecimento de novos dramaturgos paulistas como Jorge Andrade, Gianfrancesco Guarnieri, Plínio Marcos, José Celso Martinez Corrêa. A Vera Cruz não foi só um sonho delirante que se desfez. Deu como frutos Roberto Santos, Walter Hugo Khouri, Luiz Sérgio Person e, no limite, Nelson Pereira dos Santos. A música nacionalista dos anos da Semana, contraditoriamente, de alguma forma, como um eco distante, está na raiz da Tropicália que, muitos anos depois, foi concebida, nasceu e se desenvolveu em São Paulo. Enfim, edifícios e prédios foram guarida e complemento de um projeto que no longo prazo foi responsável sempre por todo o processo criativo e artístico da cultura paulista. Esse projeto gerou, sobretudo, criatividade e produção como legados mais importantes, inclusive científicos, por meio da Universidade de São Paulo. Esta mesma Revista do Arquivo Municipal, na qual escrevo neste momento, é uma realização dessa mesma época e dessa mesma gente. E curiosamente por meio da trajetória da Revista no tempo podemos acompanhar o destino desse projeto cultural de São Paulo. A trajetória da Revista é uma espécie de mapa do que houve, uma testemunha simples, clara, e por isso mesmo eloquente, de uma história que se pretendia grandiosa, e o que resta dela hoje. A Revista sai pela primeira vez em 1934 com periodicidade mensal. Atravessa com essa periodicidade mais ou menos intacta os anos até 1946, aproximadamente. Continua valentemente em frente entrando nos anos 50, ainda com circulação bastante constante. Nos anos 60, começam pequenas ausências de circulação. No início, pequenas falhas, um mês saltado aqui, outro ali, pequenos períodos que se alongam aos poucos, na medida em que entramos nos anos 70, nos quais a periodicidade começa a mostrar vazios cada vez mais amplos. Os anos 80 são anos mais ou menos agonizantes, onde os vazios suplantam os períodos de publicação e, por fim, deságuam nos anos 90, em que se completa o desenlace desse estado agônico. A Revista cessa de ser publicada. O que essa trajetória nos diz? O que nos relata essa simples sucessão de datas que podem ser verificadas facilmente? Essa rota da revista, do vigor inicial até a inanição, é mais do que tudo um símbolo, mas não só. É um testemunho de uma atitude diante da cultura que foi morrendo ao longo dos anos e, em larga medida, terminou por desaparecer. As datas são claras. Há o vigor das décadas de 30, 40 e 50, depois momentos de alguma indecisão, alguma perplexidade nos anos 60 e,

finalmente, momentos de decadência em plano inclinado nas décadas de 80, 90 e adiante. Esse caminho é um dos muitos indícios, quase invisíveis, que o mundo mudava e só fomos compreender isso perfeitamente ali pelos anos 90, quando tudo já estava definido. Havia um novo capitalismo e um novo gênero de capitalistas no poder. Não eram mais donos de terras onde se plantava ou de fábricas onde se produziam coisas palpáveis. Eram donos de dinheiro e produziam, como único produto, mais dinheiro. Precisavam apenas de escritórios no alto de modernos edifícios e audácia de jogadores. Talvez, mente e obsessão de jogadores. Esses flibusteiros sempre existiram desde que o mundo é mundo. Ganhar dinheiro obsessivamente, sem qualquer outra finalidade, aceitando e até se comprazendo com todos os riscos, mesmo os que beiravam a irresponsabilidade, sempre foi prática conhecida. Mesmo antes do capitalismo. Mas sempre foram práticas marginais da economia, operações de pirataria financeira. As coisas, no entanto, se encaminharam no mundo de tal maneira, que esses jogadores audaciosos e temerários, de repente, surgiram no poder, saíram da marginalidade para se transferir para uma posição central. Na verdade as coisas não aconteceram tão de repente. Houve quem pressentisse sua ascensão, que avisou e advertiu, mas esses falaram em vão. De qualquer forma, aí estão os novos ricos. Muito, muito ricos. Sem comparação, talvez, com aqueles plantadores de café ou imigrantes sonhadores. Estamos falando de dinheiro inimaginável. E essa nova classe, para estupor de pessoas desacostumadas a serem sacudidas por transformações bruscas e radicais, dispensa a aristocracia. Ri dela. Nunca lhes ocorreu que precisavam completar suas fortunas com qualquer outro predicado para se afirmar no poder. Entraram arrombando todas as portas e ocupando todos os palácios, sem necessidade de projeto algum que acompanhasse sua ascensão ao poder. Chegaram sem exigir de si mesmos mais nada a não ser unicamente a habilidade de ganhar dinheiro. Cultura, nessas circunstâncias, passa de necessidade a enfeite. Isso acontece em todo o mundo, mas eu não moro em todo o mundo. Vivo em São Paulo e me parece que a cidade se ressentia desses novos tempos. Quando a cultura como projeto não quer dizer mais nada, por que se dispor a financiá-la? Quando a própria cidade não é mais símbolo de poder, já que o poder está compreendido numa tela de computador cheia de números, por que se preocupar com ela? Ninguém põe mais a mão no bolso. Ninguém dá mais nada. A USP não recebe um tostão de doações, ao contrário, aliás, das universidades americanas que ainda conseguem, sabe-se lá como,

viver praticamente disso. Aqui, quando ainda subsiste alguma coisa, a origem em geral é a velha classe, os sobreviventes e os que morreram recentemente. É José Mindlin, que passou a vida construindo uma biblioteca de valor inestimável para legá-la às nossas universidades. É o Dr. Antônio Ermírio de Moraes que, até alguns anos atrás, enquanto lhe restava entusiasmo e disposição física, executou projetos importantíssimos. Eu vi o Dr. Antônio na sua sala da Beneficência Portuguesa tirar um talão de cheque do bolso e pagar toda a dispendiosa divulgação destinada a alertar sobre uma doença grave e importante. Sem ouvir duas vezes as razões. Num impulso imediato de compreensão e sensibilidade. Esses homens são quase fantasmas de uma época francamente extinta. Tudo foi deixado para o Estado resolver. O Estado tem que se encarregar de fazer o que até recentemente fazia a sociedade civil. E sabemos todos quanto pode e o que é o Estado brasileiro. Às vezes temos a sorte de aparecer um Secretário ou Ministro da Cultura competente, hábil e, principalmente, alguém para quem a cultura representa pessoalmente uma necessidade. Não é muito comum, mas acontece. Só que esse secretário, mesmo quando talentoso e capaz, está só. Não há mais ninguém com quem contar, a não ser a esquálida verba, sempre sujeita a cortes, que é destinada à sua secretaria, invariavelmente a Gata Borralheira entre todas as Secretarias do Município ou do Estado.

O governo federal, através do Ministério da Cultura (MinC), em dado momento, constatando que do bolso da agora chamada “elite” não iria sair nada mesmo, resolveu criar leis de incentivo à cultura. A ideia era de oferecer descontos nos impostos para atrair empreendedores para o universo da cultura até que, com o correr do tempo, acostumados, ou talvez rendidos, aos encantos da atividade, pudessem abrir mão dos incentivos e começar a usar seu próprio dinheiro, como se fazia em épocas passadas. O problema é que essa nova classe não sabe o que fazer com cultura, não tem nenhuma utilidade para ela. Dispensa a cultura, não quer se aproximar dela, a não ser quando percebe algum ganho material, imediato e visível. Ou então, na forma de acontecimentos festivos, inaugurações, estreias, vernissages, devidamente registrados pelas colunas sociais. Mas de qualquer forma, a “elite” foi atraída pelos incentivos, isto é, por participar sorridente de “eventos”, contanto que pagos com o dinheiro do contribuinte. É o que está acontecendo até hoje. Salvo exceções, que é sempre bom ressaltar, o subsídio individual, feito de

vontade própria, propensão ou inclinação generosa, deu lugar a novos patrocinadores que, no entanto, não põem dinheiro algum. Põem o dinheiro que, de qualquer maneira, deveriam pagar como imposto. Todas ou quase todas as atividades artísticas e não tão artísticas, hoje, são financiadas por dinheiro público que passa por ser de particulares. Marcas, logotipos e símbolos, aliás, quase sempre os mesmos e provenientes quase sempre das mesmas atividades, aparecem em todos os lugares, financiados pelo dinheiro da chamada renúncia fiscal. A cultura se transformou num apêndice da publicidade e conseqüentemente da televisão. O novo empresariado não foi atraído absolutamente para a cultura. Foi atraído pela simpatia que uma ação de patrocínio sempre suscita no público, portanto atraído por razões práticas, por benefícios que essas ações podiam eventualmente trazer para seus produtos. E, além de tudo, gratuitas. O que significa que a cultura hoje, no fundo, é também promoção de vendas. Se as leis de incentivo à cultura forem suspensas, no dia seguinte não haverá um tostão para qualquer atividade cultural, e os artistas voltarão a ser impedidos de sequer entrar no saguão dos edifícios das grandes corporações por seguranças armados. Os artistas, mesmo os que aparecem na revista Caras, voltarão a comer na cozinha com os criados.

Essa nova classe não incorpora a cultura como um bem público nem como necessidade pessoal. Repudiam inclusive porque ignoram. A prova disso é que, fora exceções, que sem dúvida existem, não tenho notícia de empresário que escolha pessoalmente os projetos que vai patrocinar. Nem vou mais entrar no assunto de que não se trata de patrocínio algum. Vou apenas me deter no fato da escolha. Quase nenhum empresário parece saber como julgar pessoalmente a validade de um projeto cultural. Também, de sua própria iniciativa, não tem qualquer ideia do que patrocinar. Ao contrário da quase aristocracia dos anos pré -Segunda Guerra Mundial, que sabia exatamente o que queria e o que escolhia. Hoje, acostumados a ver apenas televisão para aferir da efetividade de seus comerciais, os empresários parecem se sentir completamente perdidos quando se trata de decidir sobre projetos a patrocinar. Essa é uma das razões que os fazem criar Institutos, que não são mais do que departamentos de suas empresas, cuja finalidade é analisar os projetos apresentados para pretensamente dar um destino inteligível para suas ações culturais. Esses Institutos ficam, na maioria dos casos, a cargo de gente mais ou menos letrada, com um pé na academia, autores de alguma tese de mestrado ou doutorado que ninguém leu, munidos de arroubos

de uma modernidade do gosto médio, destinada a disfarçar suas escolhas opacas, sempre anódinas, feitas para aprovar coisas que não incomodem ou criem qualquer polêmica que possa envolver a empresa, recomendação, aliás, que é a única que recebem dos patrocinadores. Protegem a marca, mas fingindo que propõem algo novo. O que propõem, em geral, não é novo, não tem nenhum valor, não desperta discussão e, obviamente, não estimula nem de longe a criatividade necessária à atividade artística. Não é desses patrocínios que vai sair um novo Jorge Andrade, um novo Roberto Santos, ou uma televisão ao menos inteligente aqui em São Paulo.

O Ministério da Cultura (MinC) parece ter compreendido que seu sonho de um dia patrocinadores voltarem a usar seu próprio dinheiro é apenas um sonho. Mas não pode mais voltar atrás, por razões poderosas e que não cabe analisar aqui. Tenta então preservar para si uma área de arbitragem, em que se reserva o direito de aprovar ou não projetos apresentados. Mas acaba aprovando sempre. Uma lei de incentivo à cultura pressupõe que necessariamente exista uma definição de cultura. Mas não há. Como o assunto é espinhoso, o governo decidiu afastar-se dele, fingiu não ter percebido o perigo, e ficou assim refém de uma lei que ele mesmo criou. Não que não haja a percepção de que devem ser estabelecidas definições, parâmetros e direcionamento para a cultura. Não é por outra razão que frequentemente temos notícia de que a lei Rouanet, por exemplo, vai ser reformulada. Mas isso não é fácil. Assombrando a todos fica o imbróglio: o que é cultura a ser financiada? O que é arte? O que é apenas entretenimento? O que é entretenimento inteligente? O que é entretenimento burro e, ademais, já capitalizado? Essas questões que não se colocavam absolutamente para a quase aristocracia paulista de pré-guerra, agora se colocam com toda a força. Na sua hesitação sobre essas questões, de fato se retirando de arbitrar uma matéria na qual, pode-se ser até injusto, mas não imparcial, o governo abriu todos os flancos. A hesitação não é a melhor forma de resistir a pressões, principalmente quando passaram a usar as leis de incentivo os pesos pesados da comunidade. Há dinheiro disponível, meus caros. Hoje todos têm projetos e a impressão é que esses projetos todos são fundamentais para a cultura. O governo tenta contemplar a torto e a direito com resultado desastroso, a meu ver. Patrocínios são dados às vezes às cegas, e retirados da mesma maneira. Grupos importantes são subitamente tolhidos de patrocínios por alguma

mudança desconhecida e inexplicável no interior das empresas. Grupos com rendimentos gigantescos e de atividade quase discutível, como o Rock in Rio ou musicais da Broadway, que chegam a São Paulo já consagrados e fartamente lucrativos, são financiados pelo dinheiro público das leis de incentivo à cultura. E por que não? Eles têm legalmente direito. E o espectro vai se alargar. Agora entrou o setor da moda. Por que não? Amanhã sem dúvida chegará a vez da gastronomia. Por que não? Afinal, tudo isso é cultura. Ou não é?

O penico de Duchamp ressuscitou gloriosamente e foi parar na porta das Secretarias Municipais, Estaduais e Federais de Cultura. Alguns Secretários de Cultura privilegiados saberiam o que fazer com ele. Outros, porém, ficam sem saber se o levam para o MASP ou se o colocam embaixo da cama para alguma eventualidade. Os velhos mecenas, os homens da quase aristocracia paulista de outros tempos, diriam que um processo civilizatório se findou, e que em seu lugar se instalou a barbárie. Dariam exemplos. O Museu do Ipiranga, caindo aos pedaços, acaba de ser fechado e só Deus sabe quando será reaberto. O Teatro de Cultura Artística, na falta de outra Esther Mesquita, se arrasta há anos numa reforma de lentidão exasperante. A Cinemateca Brasileira vive crise sem precedente. A arte popular é totalmente ignorada pelas galerias da moda e até mesmo pela Bienal, ela que já foi abrigada pela Bienal, estando presente inclusive na primeira edição, em 1951. O teatro, bem como o cinema paulista mais criativo, vive do entusiasmo, do empenho, do talento e da abnegação de profissionais que se recusam a desistir. Fundações e legados culturais e educacionais da maior importância para a comunidade, destinados a cumprir nobres intenções de antigos verdadeiros mecenas, foram desvirtuados e, hoje, são apenas vitrines da mediocridade, do modismo, do nada, enfim. São Paulo, que inaugurou a televisão no Brasil e por muitos anos liderou esse setor, não tem mais nenhum canal realmente representativo. Dramaturgos, atores, diretores e escritores paulistas têm que se deslocar ao Rio onde se lhes são asseguradas, ao menos, condições mínimas de trabalho. Para muita gente que aprendeu no TBC, no Arena ou no Oficina, São Paulo hoje não é mais do que uma doce lembrança de outros tempos. Lá do Rio de Janeiro lembram-se de São Paulo como imigrantes recordam a terra natal. Faz pouco tempo, num jantar destinado a arrecadar fundos para uma sempre claudicante, mas importante instituição, aliás, criação dos antigos mecenas, foi arrecadada a quantia de cerca de 1.450.000 reais. Havia aproximadamente 450 pessoas no “evento”. A média de arrecadação per capita foi, portanto, 3.000 reais mais ou menos. O preço de um jantar em muitos dos restaurantes elegantes da “capital mundial da gastronomia”.



Não há nenhum projeto sério de cultura em São Paulo que tenha origem na sociedade civil. A sociedade não se ocupa mais disso. Talvez isso não importe mais. O que aconteceu em São Paulo durante boa parte do século passado ficou para trás, limitado dentro de circunstâncias históricas que não se repetirão mais. Temos apenas o que aí está.

Queria terminar esse texto com algumas explicações. Sou um cineasta privilegiado. Tenho recebido recursos para meus filmes, dinheiro público em muitos deles, o que me permitiu e continua me permitindo trabalhar. Utilizo, portanto, as leis de incentivo. Ainda há, nos editais públicos e nas leis, brechas por onde se esgueiram pessoas como eu. Pouco tenho a reclamar pessoalmente. Por circunstâncias, que quem leu o texto acima não terá dificuldade em compreender, trabalho cada vez com menos dinheiro e em condições financeiras cada vez mais restritivas. Mas isso não é um grande empecilho, antes um convite para ser mais criativo. A cultura não está paralisada, ela nunca para. Em tempos difíceis, porém, como dizia Octavio Paz, “*a cultura acaba se dando nos subterrâneos da sociedade*”. É lá, nos subterrâneos, que hoje se move parte da cultura em São Paulo. E *pur si muove*. É ali que estamos todos misturados, até mesmo elementos da elite que não se sentem mais à vontade na companhia de seus pares, renegados, deslocados, que vêm até nós nos subterrâneos. Ainda há essa gente, mas sempre nos subterrâneos. Repito: tenho pouco a reclamar do estado das coisas, no que se refere unicamente à possibilidade de exercer minha profissão. Não sou, porém, apenas roteirista e diretor de cinema. Sou também, e sobretudo, um cidadão. E o texto que escrevi representa meu pensamento como cidadão. Cidadão desta cidade de São Paulo, que é a minha. Um cidadão preocupado. “*A concerned citizen*”, como diriam os ingleses.

SETEMBRO, 2013

UGO GIORGETTI NASCEU EM SÃO PAULO, EM 1942. ESTUDOU FILOSOFIA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) E DEDICA-SE À ATIVIDADE CINEMATOGRAFICA, SEJAM FILMES PUBLICITÁRIOS, SEJAM DOCUMENTÁRIOS E FILMES DE FICÇÃO, DESDE OS ANOS 60. NA SUA PRODUTORA, A *SP FILMES DE SÃO PAULO*, REALIZOU INÚMEROS DOCUMENTÁRIOS E CERCA DE 10 LONGAS-METRAGENS DE FICÇÃO, ENTRE ELAS, *FESTA, SÁBADO, BOLEIROS, O PRÍNCIPE, SOLO, CARA OU COROA* E *UMA NOITE EM SAMPA*, ESTE ÚLTIMO EM FASE DE MONTAGEM. É COLUNISTA DO JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO*.







Repaisagem #23

Marcelo Zocchio

\*montagem sobre foto de fotógrafo desconhecido/Museu da Cidade-Casa da Imagem  
imagem retirada do livro *Repaisagem São Paulo*

## Ensaio Fotográfico

*REPASAGEM*

EXPOSIÇÃO DE MARCELO ZOCCHIO

23 DE JUNHO DE 2013 A 9 DE MARÇO DE 2014

MUSEU DA CIDADE-CASA DA IMAGEM

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

MARCELO ZOCCHIO, 1963, VIVE E TRABALHA EM SÃO PAULO. FORMADO ENGENHEIRO CIVIL PELA ESCOLA DE ENGENHARIA MACKENZIE. NOS ANOS 90, CURSOU O GENERAL STUDIES PROGRAM NO INTERNATIONAL CENTER OF PHOTOGRAPHY (ICP), EM NOVA YORK. HOJE ATUA COMO FOTÓGRAFO NO MERCADO INSTITUCIONAL, TRABALHA COMO DESIGNER E MARCENEIRO, DESENHANDO E FABRICANDO MOBILIÁRIO, OBJETOS E PEÇAS PARA INTERIORES E, COMO ARTISTA, DESENVOLVE PROJETOS PESSOAIS. DESDE 1991 TEM PARTICIPADO DE EXPOSIÇÕES COLETIVAS E PRODUZIDO EXPOSIÇÕES INDIVIDUAIS. POSSUI OBRAS EM INSTITUIÇÕES COMO MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND (MASP), MUSEU DE ARTE MODERNA DE SÃO PAULO (MAM-SP) E MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO (MAM-RJ). PUBLICOU EM 1999 O LIVRO *PEQUENO DICIONÁRIO ILUSTRADO DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS* E, LANÇOU EM 2012, O LIVRO *REPASAGEM SÃO PAULO*. GANHOU O *PRÊMIO NACIONAL DE FOTOGRAFIA DA FUNARTE* EM 1996 E O *PRÊMIO PORTO SEGURO DE FOTOGRAFIA* EM 2005.

JORGE MENNA BARRETO É ARTISTA E PESQUISADOR. ATUALMENTE, DEDICA-SE A UM PÓS-DOCTORADO NA UDESC – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ONDE PESQUISA RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE AGROECOLOGIA E PRÁTICAS *SITE-SPECIFIC* EM ARTE.

## A escuta do lugar

JORGE MENNA BARRETO

*Porque uma cidade  
sempre contém  
outra dentro de si.*

MÁRIO QUINTANA

Enquanto escrevo este texto, o apartamento do vizinho passa por um processo de “modernização”, termo utilizado atualmente pelos corretores imobiliários como um sinônimo mais glamoroso de “reforma”. O choque de marretas contra as paredes e o trânsito da Avenida Angélica compõem a trilha sonora desta escrita, tornando o som dos dedos no teclado do computador mais um instrumento da grande sinfonia de carros e concreto.

O espírito renovador, acompanhado pelo apagamento do passado, não é novo nesta metrópole. Como grande parte da paisagem paulistana, o local onde se encontra a Casa da Imagem já passou por diversas mudanças. A construção que se vê hoje data de 1880. Antes disso, havia um casarão de taipa que abrigou, entre outras coisas, um hotel chamado Boa Vista, a partir do qual os hóspedes podiam “gozar-se da linda vista da várzea”, referindo-se às margens do Tamanduatef. Desde então, o rio foi retificado e silenciado. A várzea foi transformada em concreto. A boa vista encurtou-se e passou a ser uma cortina de árvores que habitam o pátio da casa, protegendo o olhar e atenuando a brutalidade com que a paisagem foi alterada.

A escuta de Marcelo Zocchio não se dirige ao ronco incessante da cidade voraz. O que o artista ouve é o silêncio de uma ausência, o vácuo deixado por um passado invisível que o faz perfurar o presente. Pesquisando imagens antigas, Zocchio indaga-se sobre o efeito escultórico do tempo em determinados locais da cidade. Utiliza-se das fotos de arquivo como se fossem mapas, onde busca o exato ponto a partir do qual as fotografias foram tiradas e ali reencena o clique original. Tal mirada é o único ponto fixo de toda essa história. É onde o artista finca a ponta seca do compasso e inicia o meticuloso desenho de sobreposição espacial e temporal apresentado em *Repaisagem*.

Na imagem que mostra a Avenida 9 de Julho, vista a partir do Viaduto Martinho Prado, percebem-se algumas das escolhas do artista na edição das imagens fundidas. O lado esquerdo da foto prioriza o local em 1940, clicado por Benedito Junqueira Duarte. Ali ainda encontramos a vegetação de um terreno baldio, onde um grupo de crianças joga futebol. No entanto, já é possível notar ao fundo a cidade em construção, que resultaria no espaço apertado visto no lado direito da foto, em 2012, onde predomina um paredão de prédios. É nessa parede que se vê a sombra projetada dos edifícios que estavam no outro lado da rua no momento em que a foto atual foi tirada. Ao fundir as duas imagens, resta a sombra, mas já não se tem mais o corpo que a produziu. Revela-se assim o passado daquela fotografia, e não o do lugar.

Tais curtos-circuitos temporais e espaciais minam o senso de direção e, mais profundamente, ativam um estranho sentimento de pertencimento. Estranho porque a arqueologia proposta desencava uma cidade que não deixou traços no presente, e portanto não é familiar. Assim, a noção de pertencimento não se dá em relação a uma identidade estável construída historicamente, como o termo costuma evocar. A familiaridade reside no fluxo constante, na eterna substituição do presente por um vir a ser. Desmorona-se uma ideia apaziguada de lugar, movimento precisamente cartografado pela fina escuta do artista. Tudo o que se vê aqui não é, apenas está.









Repaisagem #26

Marcelo Zocchio

\* montagem sobre foto de Benedito Junqueira Duarte/Museu da Cidade-Casa da Imagem  
imagem retirada do livro *Repaisagem São Paulo*

# Referências

## Aspectos Históricos da Escola em São Paulo

BRUNO BONTEMPI JR.

ALMEIDA, José Ricardo P. *Instrução pública no Brasil (1500-1889)*. História e legislação. 2. ed., Tradução de Antônio Chizzotti. São Paulo: Educ, 2000.

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *A instrução pública no estado de São Paulo: a reforma de 1920*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976. (Estudos e Documentos v.12).

ARAÚJO, Cristina. A Reforma Antônio Carneiro Leão no final dos anos de 1920. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 19, p. 119-136, jan./abr. 2009.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ARELARO, Lisete Regina Gomes. A municipalização do ensino de 1º. grau: tese controversa. *Revista da Faculdade de Educação*, v. 11, n. 1/2, p. 193-210, jan./dez. 1985.

BONTEMPI JR., Bruno. Do vazio à forma escolar moderna: a história da educação como um fardo na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo*. A cidade no Império, 1823 - 1889. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 627, p. 507-549.

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 44, p. 282-299, 2010.

BRASIL. *Constituição de 1824*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acesso em: 30 set. 2013.

BRASIL. *Lei de 1827*. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Educa%C3%A7%C3%A3o-no-Imp%C3%A9rio/lei-de-15-de-outubro-de-1827.html>>. Acesso em: 30 set. 2013.

BRUNO, Hernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. 4. ed., São Paulo: Hucitec, 1991.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Profissão docente: percepções no mundo luso-brasileiro (1759-1822). *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 36, n. 22, p. 163-180, set./dez. 2009.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva/EDUSP, 1978.

CAVALIERE, Ana Maria. Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p.27-44, jan./jun. 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino industrial-manufatureiro no Brasil*. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 89-107, 2000.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida; HILSDORF, Maria Lucia Spedo. O colégio dos jesuítas de São Paulo (que não era colégio nem se chamava São Paulo). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 39, p. 169-179, 1995.

FRAGOSO, Myrian Xavier. *O ensino régio na Capitania de São Paulo (1759-1801)*. 1972. Tese (Doutorado em Educação). – São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1972.

Haidar, Maria de Lourdes M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1972.

Hansen, João Adolfo. Ratio Studiorum e política católica ibérica no século XVII. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: Edusp, 2001. p.13-42.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. Francisco Rangel Pestana: o educador esquecido. In: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. *Prêmio grandes educadores brasileiros: monografia premiada em 1987*. Brasília: INEP, 1988.

\_\_\_\_\_. Cultura escolar/cultura oral em São Paulo (1820-1860). In: VIDAL, Diana Gonçalves e HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 67-96.

\_\_\_\_\_. Construindo a escolarização em São Paulo (1820-1840). In: PRADO, Maria Lígia C.; VIDAL, Diana Gonçalves. *À margem dos 500 anos. Reflexões irreverentes*. São Paulo: Edusp, 2002. p.185-202.

\_\_\_\_\_. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

MONARCHA, Carlos. *A Escola Normal da Praça: o lado noturno das Luzes*. Campinas: Unicamp, 1999.

MORAES, Carmen S. Vidigal. Instrução “popular” e ensino profissional: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves e HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 169-204.

NADAI, Elza. *O Ginásio do Estado em São Paulo: uma preocupação republicana (1889-1896)*. São Paulo: FEUSP, 1987. (Estudos e Documentos, v. 26).

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo/Rio de Janeiro: EPU/Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NEVES, Guilherme Pereira das. Aulas. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.) *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

SÃO PAULO (Província). *Discurso recitado pelo Exmo. Presidente Manuel Felisardo de Souza e Mello*, 1844. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/978/000001.gif>>. Acesso em: 30 set. 2013.

SÃO PAULO (Província). *Relatório sobre o estado da instrução pública na Província de São Paulo*, por Diogo de Mendonça Pinto, inspetor geral da instrução pública, 1854. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/990/000039.gif>>. Acesso em: 30 set. 2013.

SOUZA, Rosa Fátima. *Templos de civilização. A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Unesp, 1998.

SPOSITO, Marília Pontes. *O povo vai à escola. A luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1984.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 39, p.502-516, set./dez. 2008.

# Antropologia Urbana em São Paulo

JOSÉ GUILHERME CANTOR MAGNANI

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

BORJA, Jordi. La ciudad mundial. In: MEYER, Regina M.; GROSTEIN, Marta D. (Coord.). *Memória do encontro Centro XXI: preparatório do seminário internacional. Anais...* São Paulo: Associação Viva o Centro, 1995.

CAMARGO, Candido Procópio F. *Kardecismo e Umbanda*. São Paulo: Pioneira, 1961.

DURHAM, Eunice. *A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

\_\_\_\_\_. *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio: Zahar, 1968.

HANNERS, Ulf. *Transnational connections: culture, people and places*. London: Routledge, 1996. 103p.

KANTOR, Íris; MACIEL, Débora; SIMÕES, Júlio A. (Org.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação, 1933-1953*. São Paulo: Escuta, 2001.

LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Lisboa/São Paulo: Ed. 70/Martins Fontes, ([1955]1981).

\_\_\_\_\_; DIDIER, Eribon. *De Perto e de Longe*. Rio: Nova Fronteira, 1990.

LOPEZ, Juarez Rubens Brandão. *Desenvolvimento e Mudança Social*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp/Fapesp 1996.

\_\_\_\_\_. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Expedição São Paulo 450 anos: uma viagem por dentro da metrópole*. São Paulo: Secretaria de Cultura do Município de São Paulo/ Instituto Florestan Fernandes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MARTINS, Luciano. *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MONGIN, Olivier. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PEREIRA, João Baptista Borges. *A Escola Secundária numa Sociedade em Mudança*. São Paulo: Pioneira, 1976.

PIERSON, David. *Cruz das Almas, a Brazilian Village*. Washington: Smithsonian Institute, publication n. 12, 1951.

REDFIELD, Robert. *Tepoztlan, a Mexican Village: A Study of Folk Life*, Chicago: University of Chicago Press, 1930.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SOUZA, Beatriz Muniz de. *A Experiência da Salvação: Pentecostais em São Paulo*. São Paulo: Duas Cidades, 1969.

WAGLEY, Charles. *Amazon Town: a study of Man in the Tropics*. New York: Macmillan, 1953.

WILLEMS, Emílio. *Cunha: Tradição e Transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1947.

WIRTH, Louis. The Urbanism as Way of Life. *The American Journal of Sociology*, Chicago, v. 45, n. 1, 1938.

## **A Habitação Popular em São Paulo entre 1890-1940**

MARIA AUXILIADORA DIAS GUZZO

BRUNO, Ernani Silva. *Memória da cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes/ 1553-1958*. São Paulo: SMC/DPH, n. 4, 1981. (Série Registros)

CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

GUZZO, Maria Auxiliadora Dias. No interior da morada operária: São Paulo – 1890/1940. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. 23, p. 97-109, 1984. (Cinqüentenário da Universidade de São Paulo/USP, 1934/1984).

\_\_\_\_\_. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo – 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Cotidiano de trabalhadores na República: São Paulo – 1889/1940*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil – 1889 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991.

\_\_\_\_\_. *As mil faces de São Paulo*. História (Argumento) 49 páginas. São Paulo: SE/CENP, 1993, pp. 27-39.

\_\_\_\_\_. *Vila dos ingleses / Vila Economizadora*. In: Guia de bens culturais da cidade de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2012. 416p. (p. 117 e 118).

HARDMAN, Francisco F. *Nem pátria, nem patrão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1970.

MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de outrora*: evocações da metrópole. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. (Orgs.). *A Classe Operária no Brasil, 1889-1930*, Documentos. São Paulo: Brasiliense/Funcamp, 1981. p. 24 -25. (volume II)

PRADO JR, Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RODRIGUES, Marly. *Vila Maria Zélia*. In: Guia de bens culturais da cidade de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2012. 416p. (p. 286).

TOLEDO, Benedito Lima de. 3. ed. São Paulo: três cidades em um século. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.

## Referências consultadas

ANAIS do Primeiro Congresso da Habitação em São Paulo. São Paulo: Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1931.

BOLETIM do Departamento Estadual do Trabalho. São Paulo: Tipografia Brasil de Rothschild e Companhia, n. 8/9, p. 447, 1914.

BOLETIM da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, v. IX, n. 4, 1926. (3ª série)

JORNAL O Internacional, 18/04, 1927.

RELATÓRIO do Intendente Municipal. São Paulo: Tipografia A. V. de Espíndola/Siqueira e Companhia, 1894.

REVISTA do Arquivo Municipal. São Paulo: Departamento de Cultura e Recreação, n. 23, p. 189-206, 1935; n. 25, p. 189-206, 1936.

REVISTA do Arquivo Municipal. São Paulo: Departamento de Cultura, n. 48, 1938, p. 5-56; n. 65, p. 227-246, 1940.

## Fisionomia Urbana e Bandeirantismo: a Tradição Bandeirante na Paisagem Paulistana

MAURÍCIO MARTINS DO CARMO

ALMEIDA, Guilherme de. Nossa bandeira. In: \_\_\_\_\_. *Guilherme de Almeida*. Seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios por Frederico Ozanam Pessoa de Barros. São Paulo: Abril Educação, 1982. p. 90-91. (Literatura comentada).

AVARÉ; GAROTO; CHIQUINHO. *São Paulo Quatrocentão*. [Partitura]. Rio de Janeiro: Euterpe, [1953?].

BHABHA, Homi K. Introdução: narrando a nação/Disseminação: tempo, narrativa e as margens da nação: tempo, narrativa e as margens da nação moderna. [Introduction. Narrating the nation/DissemiNation: time, narrative, and the margins of the modern nation]. Tradução de Glória Maria de Mello Carvalho. In: *Cadernos CESPUC de Pesquisa*. Coordenação de Lília Pereira Duarte. Belo Horizonte: PUC Minas/CEPUC, 1996. p. 7. (Traduções, 1).

CARMO, Maurício Martins do. *Rubrica de Rubinato: Adoniran Barbosa e a narrativa paulistana*. 221f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Nomes de ruas de São Paulo. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v. 34, p. 145-158, jan./dez. 1996.

FONTES, Martins. *Paulistania*. Réplica da edição de 9 de julho de 1934. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 326p.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições* [The invention of tradition]. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23. (Pensamento crítico, 55).

KRAUSCHE, Valter. *Adoniran Barbosa: pelas ruas da cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Encanto radical, 71).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*, São Paulo, n. 13, p. 78-87, mar./abr./mai., 1992.

RAMA, Angel. *A cidade das letras* [La ciudad letrada]. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985. 160 p.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.223-307.

ZAN, Mario; ALVES, J. M. *Quarto centenário: dobrado*. [Partitura]. São Paulo: Bandeirante, [1953?].

## **Evolução Histórica da Verticalização em São Paulo: Balanço e Perspectivas**

NADIA SOMEKH

GUILHERME GAGLIOTTI

ALBUQUERQUE, Maria José de. *Verticalização de favelas em São Paulo: balanço de uma experiência (1989-2004)*. Tese (Doutorado). São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, 206.

ANTUNES, C. M. *São Paulo Vertical*. São Paulo: Ipsis, 2004.

AZEVEDO, Aroldo. *A Cidade de São Paulo*. São Paulo: Associação dos Geógrafos, 1954. (volume III)

AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. A. G. de. *A Cidade de São Paulo*. São Paulo: Associação dos Geógrafos, 1954. (volume III)

BARBOSA, Eliana Rosa de Queiroz. *O BNH e a verticalização em São Paulo: a Cia. Hindi*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.



- BASTIDE, Roger. *Habitação e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BATALHA, W. de S. C. *Sistema Jurídico da Propriedade Privada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1959.
- BOTELHO, Adriana. *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: Annablume, 2007. 315p.
- BRAGA, J. C. de S.; AGUNE, A. C. *Os Transportes na Política Econômica: Brasil 1956/1979*. São Paulo: Fundap, 1979.
- CAMPOS, Cândido Malta; SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo (Org.). *Palacete Santa Helena: um pioneiro da modernidade em São Paulo*. São Paulo: Senac/Imprensa Oficial, 2006.
- CAMPOS, Cândido Malta; SOMEKH, Nadia. *A cidade que não pode parar: planos Urbanísticos de São Paulo no Século XX*. São Paulo: Mackpesquisa, 2002. 192p.
- CARMO, E. C. do. *A Política Habitacional no Brasil Pós Plano Real (1995-2002): diretrizes, princípios, produção e financiamento: uma análise centrada na atuação da Caixa Econômica Federal*. Tese (Doutorado). - Campinas, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. *Operações Urbanas em São Paulo: interesse público ou construção especulativa do lugar*. 395f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FARAH, Marta Ferreira dos Santos. *Estado, Previdência Social e Habitação*. Dissertação (Mestrado) - São Paulo, Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, 1983.
- FELDMAN, Sarah. *Planejamento e Zoneamento: São Paulo 1947 a 1972*. São Paulo: Edusp, 2005. 312p.
- FERNANDES, Ana Maria; LAMICQ, Helene. *Le Processus de Manutention et de Reproduction du Quartier du Bom Retiro dans la ville de São Paulo: L'exclusion d'un quartier central*. Paris: Institut D'Urbanisme de Paris, 1982.
- FIX, Mariana. *São Paulo cidade global*. São Paulo: Bomtempo, 2007. 192p.
- FONSECA, Antonio Claudio Pinto da. *A produção imobiliária privada e a construção da cidade de São Paulo: 1970-2002*. Tese (Doutorado) - São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- GAGLIOTTI, Guilherme. *A Verticalização de São Paulo: 1980 – 2011*. Dissertação (Memorial de Qualificação de Mestrado) - São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.
- GALHARDO, Ana Carolina Soldera. *Formas de morar em Interlagos: do bairro residencial ao condomínio fechado*. 207f. Dissertação (Mestrado). - São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.
- GOLDBERGER, Paul. *The Skyscraper*. 5. ed. Nova York: Alfred Knof, 1989.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOESEL, P. G. V. *O crescimento vertical residencial em São Paulo 1980 a 1998: o caso do Morumbi*. Dissertação (Mestrado). - São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 1999.

- HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O Prédio Martinelli*. São Paulo: Projeto, 1984.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JARDIM, Eduardo Ferreira. *Programas de Estabilização e o Consumo de Bens Duráveis*. 69f. Dissertação (Mestrado em Economia). - São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - Universidade de São Paulo, 2010.
- LANGEBUCH, Juergen Richard. *A Estruturação da Grande São Paulo*. 564f. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, 1971.
- LEFEVRE, Henrique Neves. *Influência da legislação urbanística sobre a estruturação das cidades: aplicação especial ao caso de São Paulo*. Tese (Concurso de Cátedra). - São Paulo, Escola de Engenharia, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 1951.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979.
- MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- MICHELIN, Rodrigo Fernandes. *A Verticalização da Vila Romana*. 175f. Dissertação (Mestrado). - São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.
- NERY JR, José Marinho. *Um século de Política para Poucos; O Zoneamento Paulista 1886-1986*. 363f. Tese (Doutorado). - São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- OKANO, Tais Lie. *Verticalização e modernidade: São Paulo 1940-1957*. 102f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). - São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- ROGERS, Richard. *Cidades para um pequeno planeta*. Barcelona: Gustavo Gili, 1997.
- SECRETARIA Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. *Operação Urbana Faria Lima*. São Paulo: Sempla, 2001.
- SINGER, Paul. *O Capitalismo, sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. São Paulo: Moderna, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SOMEKH, Nadia. *O Edifício Martinelli*. Trabalho de Graduação Interdisciplinar. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador: São Paulo 1920-1939*. Tese (Doutorado). - São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A (des)verticalização de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). - São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador: São Paulo 1920-1939*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Edusp, 1997.

\_\_\_\_\_; GAGLIOTTI, Guilherme. *Metrópole e Verticalização em São Paulo: exclusão e dispersão*. Recife: Enanpur, 2013.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Produção do Espaço na Avenida Paulista*. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1981. (Trabalho Apresentado pelos Alunos na Disciplina AUH-708)

\_\_\_\_\_; Santos, Milton (Org.). *A Construção do Espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

\_\_\_\_\_. *A identidade da Metrópole*. São Paulo: Hucitec, 1994.

STIEL, Waldemar Corrêa. *História dos Transportes Coletivos em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1978.

TOLEDO, Benedito. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

VASCONCELOS, Augusto Carlos de. *O concreto no Brasil, recordes, realizações, história*. São Paulo: Copiare, 1985.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*, São Paulo: Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 1998.

XAVIER, Denise. *Arquitetura Metropolitana*. São Paulo: Anablume, 2007.

## Artigos Eletrônicos

ANITELLI, Felipe; TRAMONTANO, Marcelo. Construir, legislar, burlar: edifícios de apartamentos em São Paulo, 1920-1957. *Vitruvius*, ano 12, mar., 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.142/4268>> Acesso em: 23 jun. 2012.

CAMBA, D. *A culpa da Prefeitura na especulação imobiliária em São Paulo*. 2011. In: Portal Exame, São Paulo. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/imoveis/noticias/a-culpa-da-prefeitura-na-especulacao-imobiliaria-em-sp>>. Acesso em: 12 dez. 2001.

SOMEKH, Nadia. Trinta anos de urbanismo em São Paulo; teoria e ação. 2012. *Vitruvius*, ano 12, abr., 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.143/4324>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

## Jornais e Periódicos

A GAZETA. *É um Abuso de Bradar aos Céus*. São Paulo, 18 jul. 1957.

CORREIO Paulistano. *Cortiços de Luxo, os Arranha-Céus*. São Paulo, 30 jun. 1957.

DIÁRIO Comércio Indústria. *O primeiro elevador instalado pela Villares*. São Paulo, 23 ago. 1979.

DIÁRIO de São Paulo. *Regulamentada a Utilização dos Terrenos*. São Paulo, 7 jul. 1957.

DIÁRIO de São Paulo. *Licenciados em 1962 em nossa Capital, 12.320 Construções*. São Paulo, 31 jan. 1963.

FARAH, Marta Ferreira dos Santos. *Estado e Habitação no Brasil: O caso dos Institutos de Previdência*. *A Construção*, n. 1.911, p.127-23, 1984.

FOLHA da Manhã. *Registrou-se em 1949 o Licenciamento Máximo de Construções em São Paulo*. São Paulo, 4 set. 1956.

FOLHA de São Paulo. *Mercado especial de imóveis residenciais, Megametrópole*. São Paulo, 21 jun. 2012.

IMPRESA Oficial. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*. São Paulo, 14 jun. 2012.

NOTÍCIAS Villares. *O Legado de um Pioneiro*. São Paulo, jun. 1979. (Boletim Bimestral das Indústrias)

O ESTADO de São Paulo. *A Densidade da População e a Lei 5.261*. São Paulo, 28 jul. 1957.

O ESTADO de São Paulo. *Quinze Quilômetros de Metrô na Administração P. Maia*. São Paulo, 24 jun. 1962.

OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. *Seleções CEBRAP*, São Paulo: Cebrap, n. 1, 231-72. 1975.

SERRA, José. Ciclos e Mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. *Revista de Economia Política*, v.2/2, n. 6, abr./jun., p. 87-38 e 93-25, 1982.

VEJA. *A Copacabana de São Paulo*. São Paulo, 27 set. 1972.

## **Instituições**

A.B.C.P. *A Indústria de Cimento no Brasil*. São Paulo, n. 43, 1940. (Boletim de Informações)

A.B.C.P. *A Indústria de Cimento no Brasil*. São Paulo, n. 23, 1948. (Notas e Comentários).

COGEP. *Levantamento dos Preços de Terreno no Município de São Paulo*. São Paulo, jun., 1970. (Relatório)

COGEP/FUNDAP. *O Planejamento Urbano em São Paulo*: Documento. São Paulo, fev., 1979. (Relatório)

SECOVI. *Cadastro de Lançamentos Imobiliários: 2000 – 2011*. São Paulo, 2011. (Relatório Anual)

## **Arqueologia Urbana: Trajetória e Perspectivas**

PEDRO PAULO A. FUNARI

RITA JULIANA SOARES POLONI

BABITS, Lawrence E.; GANDULLA, Stephanie. *The Archaeology of French and Indian War Frontier Forts*. Gainesville: University Press of Florida, 2013.

BAIRSTOW, Damaris. Urban archaeology, American theory, Australian practice. *Australian Archaeology*, n. 33, p. 52-58, dec. 1991.

- BERNARDES, Paulo; MARTINS, Manuela. *Computação gráfica e Arqueologia Urbana: o caso de Bracara Augusta*. Encontro Português de Computação Gráfica, 12., 2003, Porto. *Anais...* Instituto Superior de Engenharia do Porto, 2003. p. 1-10.
- BROWN, Martin; Osgood, Richard. *The Archaeology Of A Great War Battlefield*. Yeovil: Haynes Publishing, 2009.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara; VIANA, Jorge de Oliveira; PEIXOTO, Luciana da Silva. Projeto de Salvamento Arqueológico da Área Urbana de Pelotas: Praça Cel. Pedro Osório, Casa 8, Casa 2. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, Pelotas, v. 5, n. 9/10, p. 240-247, 2008.
- CHAN, Joseph; TO, Ho-Pong; CHAN, Elaine. Reconsidering social cohesion: developing a definition and analytical framework for empirical research, *Social Indicators Research*, v. 75, p. 273-302, 2006.
- CHILDE, V. Gordon. The Urban Revolution'. *Town Planning Review*, v. 21, n. 1, p. 3-17, apr., 1950.
- ETCHEVARNE, Carlos . Aspectos da cerâmica colonial do século XVII, em Salvador, Bahia. *CLIO*, v. 1, n.20, p. 53-79, 2006. (Série Arqueológica)
- FABIÃO, Carlos. Ler as cidades antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa, *Penépole*, n. 13, p. 147-162, 1994.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. Essas Coisas não lhes Pertencem: Relações entre Legislação Arqueológica, Cultura Material e Comunidades. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 7, p. 87-106, 2013.
- FUNARI, Pedro Paulo A. Desaparecimento e Emergência dos Grupos Subordinados na Arqueologia Brasileira. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 131-153, dez., 2002.
- \_\_\_\_\_. The world archaeological congress from a critical and personal perspective. *Archaeologies*, v. 2, n. 1, 2006.
- \_\_\_\_\_. The archaeology of the African Diaspora in Brazil - paperback 2010. In: Akinwumi Ogundiran; Toyin Falola (Org.). *Archaeology of Atlantic Africa and the African Diaspora*. 2. ed. Bloomington: Indiana University Press, v. 1, p. 151-160, 2010.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; Bezerra, Marcia. Public archaeology in Latin America. In: Robin Skeates; Carol McDavid; John Carman (Org.). *The Oxford Handbook of Public Archaeology*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, v. 1, p. 100-115, 2012.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; FERREIRA, Lucio Menezes. A Social History of Brazilian Archaeology: A Case Study. *Bulletin of the History of Archaeology*, North America, 16 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.archaeologybulletin.org/article/view/bha.16203>>. Acesso em: 27 dez. 2012.
- FUNARI, Pedro; Zarankin, Andres; Salerno, Melissa (Org.). *Memories from Dakrness, Archaeology of Repression and Resistance in Latin America*. Nova Iorque: Springer, 2009. 192p. (volume I)
- FUSCO, N. Colonia del Sacramento, un relevamiento sistemático en la zona urbana. *Boletín de Arqueología*, Montevideo, n. 2, p. 31-41, 1990,.
- GALINIÉ, Henri. *Ville, espace urbain et archeology*. Tours: Université François Rabelais, 2000.
- GEIER, Clarence; POTTER, Stephen. *Archaeological Perspectives on the American Civil War*. University Press of Florida, 2001. 432p.

GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da Ordem Escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Editora Ícone, 1988.

HADDAD, Fernando. Trabalho e classes sociais. *Tempo Social*, v. 9, n. 2, p. 97-123, 1997.

HAGENAARS, Aldi; VOS, Klaas de. The definition and measurement of poverty, *Journal of Human Resources*, v. 23, n. 2, p. 211-221, 1988.

KERN, Arno Alvarez. Los sitios misiores del Río de La Plata: reflexiones sobre las transformaciones culturales, *Arqueología Histórica Latinoamericana*, v.1, n. 1, p. 35-48, 2012.

KUSHNER, Howard I.; STERK, Claire E. The limits of social capital: Durkheim, Suicide, and social cohesion. *American Journal of Public Health*, v. 95, n. 7, p. 1139-1143, 2005.

LADERCHI, Caterina Ruggeri; SAITH, Ruhi; STEWART, Frances. Does it matter that we do not agree on the definition of poverty?: a comparison of four approaches. *Oxford Development Studies*, v. 31, n. 3, p. 243-274, 2003.

LEMOS, Francisco Sande.; MARTINS, Manuela. A Arqueologia Urbana em Portugal. *Penélope*, 7, p. 93-103, 1992.

LIEBMANN, Matthew; MURPHY, Melissa S. *Enduring Conquests: Rethinking the Archaeology of Resistance to Spanish Colonialism in the Americas*. Santa Fe: Sar Press, 2011.

LINO, Jailson Teixeira; FUNARI, Pedro Paulo (Org.). *Arqueologia da Guerra e do Conflito*. 1. ed. Erechim: Habilis Press, 2013. 260 p. (volume 1)

MYTUM, Harold, CARR, Gilly. *Prisoners of War: Archaeology, Memory, and Heritage of 19th- and 20th-Century Mass Internmen*. Springer, 2012. 341p.

PEACE, Robin. Social exclusion: a concept in need of definition. *Social Policy Journal of New Zealand*, v. 16, p. 17-36, 2001.

PENDERY, Steven R. Urban archaeology. In: *The Oxford Companion to Archaeology*, 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012. p.327-330.

PLENS, Claudia Rregina. Da força repressora à coesão sutil: a Arqueologia da vila operária. *Revista de Arqueologia* (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), v. 23, n. 2, p. 142-162, 2011.

RAVALLION, Martin. Growth, inequality and poverty: looking beyond averages. *World Development*, v. 29, n. 11, p. 1803-1815, 2001.

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. *São Paulo em Perspectiva*, v. 13, n. 4, p. 100-111, 1999.

\_\_\_\_\_. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país – avanços e desafios. *Políticas Sociais – acompanhamento e análise*, v. 12, p. 1999-210, 2006. (Boletim de Políticas Sociais do IPEA)

SALERNO, Melisa; ZARANKIN, Andres; PEROSINO, C. Arqueologías de la clandestinidad: una revision de los trabajos efectuados en los centros de detencion clandestinos de la ultima dictadura militar en la Argentina. *Revista Universitaria de Historia Militar*, v. 2, p. 50-84, 2013.

SCHÁVELZON, D. *Tipología de la loza arqueológica de Buenos Aires (1780-1900)*. Buenos Aires: Programa de Arqueología Urbana, 1988.

SCOTT, Douglas, HAECKER, Charles, BABITS, Lawrence. *Fields Of Conflict: Battle Archaeology From The Roman Empire To The Korean War*. Potomac Books, 2008.

SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher Y. *Re-Constructing Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SHELLEF, Leon Shaskolsky. *Social Cohesion and legal Coercion*. Amsterdam: Rodopi, 1997.

SMITH, Michael E. Centenary Paper, V. Gordon Childe and the Urban Revolution: a historical perspective on a revolution in urban studies. *Town Planning Review*, 80, p. 3-28, 2009.

STEIN, Gil. *Archaeology of Colonial Encounters: Comparative Perspectives*. Santa Fe: Sar Press, 2005.

SYMONDS, James. Historical archaeology and the recent urban past. *International Journal of Heritage Studies*, v. 10, n. 1, p. 33-48, 2004.

TOCCHETTO, Fernanda B. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre oitocentista*. *Revista de Arqueologia*, v. 16, n. 2, p. 59-69, 2010.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. 1984 Sistemas construídos e memória social: uma Arqueologia Urbana?. *Revista de Arqueologia*, v. 2, n. 2, p. 46-50, 1984.

WALTON, J. Urban conflict and social movements in poor countries: theory and evidence of collective action. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 22, n. 3, p. 460-481, 1998.

WEIK, Terrance. *The Archaeology of Anti-Slavery Resistance*. University Press of Florida, 2012.

YOUNG, Peter. *The Archaeology of War: Human Conflict Since the Dawn of Civilization*. *Archeology Magazine*, Hatherleigh Press, 2005.

ZANETTINI, Paulo Eduardo et al. *Arqueologia Histórica de Canudos*. Salvador: Editora da UNEB, 1996.

ZARANKIN, A. *Arqueología Histórica Urbana en Santa Fe la Vieja: el final del principio*. Columbia: University of South Carolina Press, 1995.

\_\_\_\_\_; FUNARI, Pedro Paulo A. Eternal Sunshine of the Spotless Mind: Archaeology and Construction of Memory of Military Repression in South America (1960-1980). *Archaeologies*. World Archaeological Congress, v. 5, p. 74-91, 2008.

\_\_\_\_\_; SALERNO, Melisa. Después de la Tormenta Arqueología de La Represión en América Latina. *Complutum*, v. 19, p. 21-32, 2008.

ESTA PUBLICAÇÃO FOI IMPRESSA  
PELA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

PAPEL  
COUCHÉ 115 G/M<sup>2</sup>

FONTES  
UNIVERS CE 55 MEDIUM  
UNIVERS LT 47 CONDENSED LT  
TIMES NEW ROMAN

5.000 EXEMPLARES

IMPRESSO NO BRASIL

DEPÓSITO LEGAL  
NA BIBLIOTECA NACIONAL  
CONFORME DECRETO N° 1.825,  
DE 20 DE DEZEMBRO DE 1907

SÃO PAULO, JANEIRO DE 2014





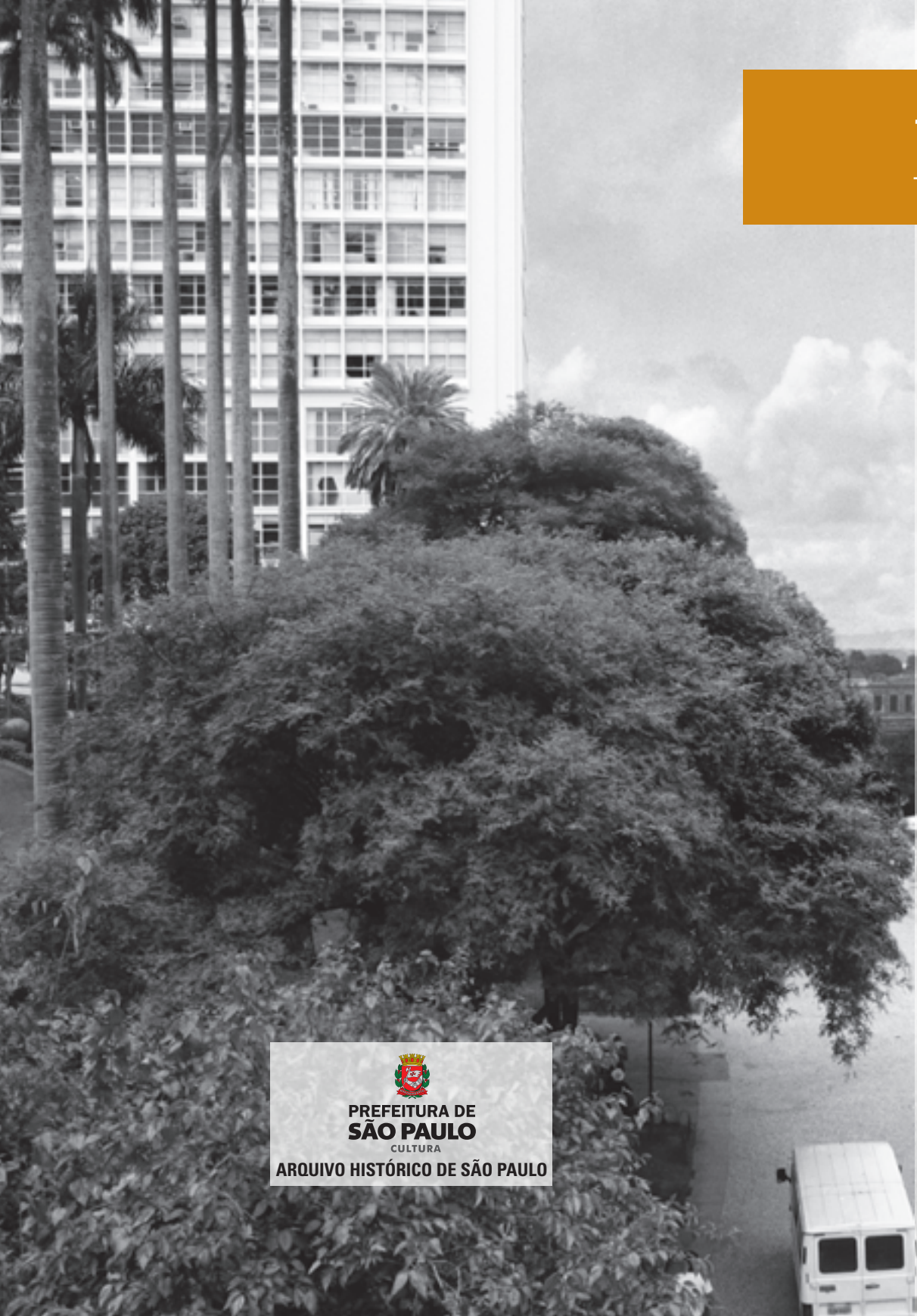
Repaisagem #28

Marcelo Zocchio

\* montagem sobre foto de Benedito Junqueira Duarte/Museu da Cidade-Casa da Imagem  
imagem retirada do livro *Repaisagem São Paulo*







PREFEITURA DE  
**SÃO PAULO**  
CULTURA

ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO

